

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

ADRIANO EZEQUIEL FONSECA

**REDES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
ENTRELAÇAMENTOS DE TERRITÓRIOS NO ESTADO DE
SÃO PAULO, 2018**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus Rio Claro

Adriano Ezequiel Fonseca

**Redes de Comercialização de Alimentos da Agricultura Familiar
para a Alimentação Escolar: Entrelaçamentos de Territórios
no Estado de São Paulo, 2018**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Giacomo Baccarin

Rio Claro - SP

2026

F676r	Fonseca, Adriano Ezequiel Redes de comercialização de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Entrelaçamentos de territórios no estado de São Paulo, 2018 / Adriano Ezequiel Fonseca. — Rio Claro, 2026 137 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro Orientador: José Giacomo Baccarin 1. Agricultura Familiar. 2. Alimentação Escolar. 3. Circuitos Curtos. 4. Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. 5. Desenvolvimento Local. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus Rio Claro

Adriano Ezequiel Fonseca

**Redes de Comercialização de Alimentos da Agricultura Familiar
para a Alimentação Escolar: Entrelaçamentos de Territórios
no Estado de São Paulo, 2018**

Defesa de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. JOSÉ GIACOMO BACCARIN (Orientador)

(Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGCE da UNESP, Rio Claro/SP)

Profª. Dra. DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA

(Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGCE da UNESP, Rio Claro/SP)

Profª. Dra. ANA CLAUDIA GIANNINI BORGES

(Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGCE da UNESP, Rio Claro/SP)

Prof. Dr. GABRIEL BUENO

(Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) da UNIFAL, Poços de Caldas/SP)

Prof. Dr. NELSON JOSÉ PERUZZI

(Departamento de Ciências Exata da UNESP, Jaboticabal/SP)

Conceito: APROVADO

Rio Claro, SP 18 de maio de 2026

Aos Meus avós paternos Eliza Ferreira Fonseca e Nelson Fonseca e minha avó materna Geracina Marcelino Muniz, pelo constante incentivo e apoio durante minha formação. (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

A minha querida esposa Maria Natalina da Silva Souza Fonseca, pela compreensão e apoio.

Ao professor Dr. José Giacomo Baccarin, pela valiosa orientação e ensinamentos.

Aos meus filhos Guilherme Souza Fonseca e Octavio Souza Fonseca, pela compreensão e carinho durante meus estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro, pela oportunidade concedida de realizar minha Pós-Graduação, nível de doutorado, nesta instituição de prestígio.

A Prof^a. Dra. Ana Claudia Giannini Borges, pelas valiosas sugestões feitas na banca de defesa desta tese.

A Prof^a. Dra. Regina Aparecida Leite de Camargo, pelas valiosas sugestões feitas na banca de defesa desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Gabriel Bueno, pelas valiosas sugestões feitas na banca de defesa desta tese.

Ao Prof. Dr. Nelson José Peruzzi, pelas valiosas sugestões feitas na banca de defesa desta tese.

Ao Prof. Gabriel Antônio Neto, por sua colaboração na organização dos dados.

Aos meus amigos, familiares e a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Muito Obrigado!

“O povo brasileiro quer viver bem, comer bem, morar bem. Quer um bom emprego, um salário reajustado sempre acima da inflação, quer ter saúde e educação públicas de qualidade. Quer liberdade religiosa. Quer livros em vez de armas. Quer ir ao teatro, ver cinema, ter acesso a todos os bens culturais, porque a cultura alimenta nossa alma. O povo brasileiro quer ter de volta a esperança. É assim que eu entendo a democracia.”

Luiz Inácio Lula da Silva

RESUMO

A base conceitual geral considerada é a noção de território, entendido como determinado espaço físico em que são exercidas relações de poder que lhes dão consistência específica. Estuda-se como os municípios das 16 Regiões Administrativas (RA) do estado de São Paulo estabelecem sua rede de compras de produtos dos agricultores familiares para a alimentação escolar, verificando a adequação às concepções de circuito curto de comercialização, de desenvolvimento local e fortalecimento do território. A Lei Federal 11.947/2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em seu Artigo 14, estabeleceu, até 2025, que os entes federados executores de ações de alimentação escolar utilizassem no mínimo 30% dos recursos federais recebidos através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compra de alimentos de agricultores familiares. Os municípios devem dar preferência aos agricultores locais, seguidos pelos da região, do estado e, por fim, de outros estados. Diante da premissa intrínseca no artigo 14, sobre circuitos curtos de comercialização agroalimentar, através da compra da agricultura familiar, e considerando essa uma forma de melhorar a renda dos agricultores e fortalecer a economia local, tem-se como questão norteadora da presente tese: em que medida e sobre quais condicionantes os municípios que integram cada uma das 16 RAs de São Paulo estabelecem suas redes de compras de produtos dos agricultores familiares ou suas organizações? Usam-se as informações das Prestações de Contas da Alimentação Escolar junto ao FNDE das 645 prefeituras de São Paulo, relativas ao ano de 2018, de forma a estabelecer a abrangência dos circuitos de comercialização dos produtos da alimentação escolar. Analisam-se os reais circuitos estabelecidos e se os mesmos se mostram condizentes com a ideia de fortalecer os circuitos curtos e a agricultura local. Além dos dados da alimentação escolar, procura-se caracterizar as regiões de acordo com o número de alunos, a população e o nível de urbanização. Além da disponibilidade de dados, quando do início dessa Tese, a escolha de 2018 se justifica por outras duas razões. A aplicação do Artigo 14 já estava relativamente consolidada no Brasil, após nove anos de sua instituição formal, e evitou-se trabalhar com os anos de 2020 a 2022, em que o funcionamento do serviço de Alimentação Escolar enfrentou contratemplos em decorrência da Covid 19, com suas influências específicas nas atividades escolares. Os resultados mostram que outros interesses, que não os dos agricultores familiares locais são levados em conta pelas prefeituras, limitando o estabelecimento de circuitos curtos de comercialização. Especialmente nas regiões mais populosas, as compras extravasam seus limites geográficos, em benefício de agricultores de outras regiões de São Paulo ou de outros estados. Ao mesmo tempo, agricultores de algumas regiões pouco populosas conseguem vender uma quantidade maior para prefeituras de outras regiões do que para as prefeituras locais.

Palavras Chave: Agricultura Familiar, Alimentação Escolar, Circuitos Curtos, Políticas Segurança Alimentar e Nutricional, Desenvolvimento Local.

Title in English: Food Marketing Networks from Family Farming for School Feeding:
Interconnected Territories in the State of São Paulo, 2018

ABSTRACT

The general conceptual basis considered is the notion of territory, understood as a specific physical space in which power relations are exercised that give it specific consistency. This study examines how the municipalities of the 16 Administrative Regions (RA) of the state of São Paulo establish their network for purchasing products from family farmers for school meals, verifying its adequacy to the concepts of short supply chains, local development, and territorial strengthening. Federal Law 11.947/2009 of the National School Feeding Program (PNAE), in its Article 14, established that, until 2025, the federated entities executing school feeding actions should use at least 30% of the federal resources received through the National Fund for the Development of Education (FNDE) for the purchase of food from family farmers. Municipalities should give preference to local farmers, followed by those from the region, the state, and finally, those from other states. Given the premise inherent in Article 14, regarding short supply chains for agri-food products through purchases from family farms, and considering this as a way to improve farmers' income and strengthen the local economy, the guiding question of this thesis is: to what extent and under what conditions do the municipalities that make up each of the 16 Administrative Regions of São Paulo establish their networks for purchasing products from family farmers or their organizations? This study uses information from the School Meal Program Accountability Reports submitted to the National Fund for Educational Development (FNDE) by the 645 municipalities of São Paulo, relating to the year 2018, in order to establish the scope of the marketing circuits for school meal products. The actual circuits established are analyzed, and their consistency with the idea of strengthening short supply chains and local agriculture is examined. In addition to school meal data, the study seeks to characterize the regions according to the number of students, population, and level of urbanization. Besides the availability of data at the beginning of this thesis, the choice of 2018 is justified by two other reasons. The application of Article 14 was already relatively consolidated in Brazil, after nine years of its formal institution, and the years 2020 to 2022 were avoided, as the operation of the School Meal Program faced setbacks due to Covid-19, with its specific influences on school activities. The results show that other interests, besides those of local family farmers, are taken into account by the municipalities, limiting the establishment of short marketing circuits. Especially in the most populous regions, purchases extend beyond their geographical boundaries, benefiting farmers from other regions of São Paulo or other states. At the same time, farmers from some sparsely populated regions manage to sell a larger quantity to municipalities in other regions than to local municipalities.

Keywords: Family Farming, School Feeding, Short Supply Chains, Food and Nutrition Security Policies, Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	47
Figura 2 – Conformação da Região Metropolitana de São Paulo no estado de São Paulo	52
Figura 3 – Conformação da Região Administrativa de Campinas no estado de São Paulo.....	57
Figura 4 – Conformação da Região Administrativa de Registro no Estado de São Paulo	63
Figura 5 – Conformação da Região Administrativa de Araçatuba no Estado de São Paulo.....	67
Figura 6 – Conformação da Região Administrativa de Sorocaba no estado de São Paulo.....	71
Figura 7 – Conformação da Região Administrativa de Barretos, estado de São Paulo.....	76
Figura 8 – Conformação da Região Administrativa de Bauru no estado de São Paulo	79
Figura 9 – Conformação da Região Administrativa Central no estado de São Paulo	84
Figura 10 – Conformação da Região Administrativa de Franca no estado de São Paulo	88
Figura 11 – Conformação da Região Administrativa de Itapeva no estado de São Paulo.....	92
Figura 12 – Conformação da Região Administrativa de Marília no estado de São Paulo	97
Figura 13 – Conformação da Região Administrativa de Presidente Prudente em São Paulo.	102
Figura 14 – Conformação da Região Administrativa de Ribeirão Preto em São Paulo	106
Figura 15 – Conformação da Região Administrativa de Santos no estado de São Paulo.....	111
Figura 16 – Conformação da Região Administrativa de São José do Rio Preto em São Paulo	114
Figura 17 – Conformação da Região Administrativa de São José dos Campos em São Paulo	119
Figura 18 – Valor das compras de agricultores familiares para a alimentação escolar de acordo com o local da produção, reais, 2018, estado de São Paulo	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Regiões Administrativas do estado de São Paulo e números de estudantes atendidos pelo PNAE, ordem decrescente, 2018	48
Tabela 2 - Participação das regiões administrativas do estado de São Paulo nas compras (vertical) e nas vendas (horizontal) do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em milhões de reais, 2018	49
Tabela 3 - Relação de municípios e respectivas populações da RMSP, por ordem decrescente, 2022	51
Tabela 4 – Relação de municípios da RMSP e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	53
Tabela 5 – Distribuição dos municípios da RMSP de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	54
Tabela 6 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RMSP, 2018	55
Tabela 7 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RMSP, 2018	55
Tabela 8 – Relação de municípios e populações da RAC, por ordem decrescente, 2022	57
Tabela 9– Relação de municípios da RAC e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	58
Tabela 10 – Distribuição dos municípios da RAC de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	60
Tabela 11 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento, em reais, RAC, 2018.....	61
Tabela 12 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAC, 2018	61
Tabela 13 – Relação de municípios e populações da RAR, por ordem decrescente, 2022	62
Tabela 14 – Relação de municípios da RAR e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	63
Tabela 15 – Distribuição dos municípios da RAR de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	64
Tabela 16 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAR, 2018	65
Tabela 17 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAR, 2018	65
Tabela 18 – Municípios e populações da RAA, por ordem decrescente, 2022	67
Tabela 19– Municípios e estudantes atendidos pelo PNAE, RAA, ordem decrescente, 2018..	68
Tabela 20 – Distribuição dos municípios da RAA de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	69
Tabela 21 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAA, 2018	70

Tabela 22 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAA, 2018	70
Tabela 23 – Relação de municípios e populações da RASO, por ordem decrescente, 2022...	72
Tabela 24 – Relação de municípios da RASO e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	73
Tabela 25 – Distribuição dos municípios da RASO de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	73
Tabela 26 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RASO, 2018.....	74
Tabela 27 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RASO, 2018.....	74
Tabela 28 – Relação de municípios e populações da RAB, por ordem decrescente, 2022	76
Tabela 29 – Relação de municípios da RAB e respectivos números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.....	77
Tabela 30 – Distribuição dos municípios da RAB de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	77
Tabela 31 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em milhões de reais, RAB, 2018.....	78
Tabela 32 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAB, 2018	78
Tabela 33 – Relação de municípios e populações da RABU, por ordem decrescente, 2022 ..	80
Tabela 34 – Relação de municípios da RABU e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	81
Tabela 35 – Distribuição dos municípios da RABU de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	81
Tabela 36 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RABU, 2018	82
Tabela 37 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RABU, 2018	83
Tabela 38 – Relação de municípios e respectivas populações da RACEN, por ordem decrescente, 2022.....	84
Tabela 39– Relação de municípios da RACEN e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	85
Tabela 40 – Distribuição dos municípios da RACEN de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	85
Tabela 41 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento, em reais, RACEN, 2018	86
Tabela 42 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RACEN, 2018..	87
Tabela 43 – Relação de municípios e populações da RAF, por ordem decrescente, 2022	88
Tabela 44 – Relação de municípios da RAF e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	89

Tabela 45 – Distribuição dos municípios da RAF de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	89
Tabela 46 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAF, 2018	91
Tabela 47 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAF, 2018	91
Tabela 48 – Relação de municípios e populações da RAI, por ordem decrescente, 2022	93
Tabela 49– Relação de municípios da RAI e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	93
Tabela 50 – Distribuição dos municípios da RAF de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	94
Tabela 51 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAI, 2018	95
Tabela 52 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAI, 2018.....	95
Tabela 53– Relação de municípios e populações da RAM, por ordem decrescente, 2022	96
Tabela 54 – Relação de municípios da RAM e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	98
Tabela 55 – Distribuição dos municípios da RAM de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	99
Tabela 56 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAM, 2018	100
Tabela 57 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAM, 2018	100
Tabela 58 – Relação de municípios e populações da RAP, por ordem decrescente, 2022	102
Tabela 59 – Relação de municípios da RAP e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	103
Tabela 60 – Distribuição dos municípios da RAP de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	103
Tabela 61 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAP, 2018	105
Tabela 62 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAP, 2018	105
Tabela 63 – Relação de municípios e populações da RARP, por ordem decrescente, 2022 .	107
Tabela 64– Relação de municípios da RARP e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	107
Tabela 65 – Distribuição dos municípios da RARP de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	108
Tabela 66 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RARP, 2018	109
Tabela 67– Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RARP, 2018	109

Tabela 68 – Relação de municípios e populações da RAS, por ordem decrescente, 2022....	111
Tabela 69– Relação de municípios da RAS e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	112
Tabela 70 – Distribuição dos municípios da RAS de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	112
Tabela 71 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAS, 2018.....	112
Tabela 72 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, 2018	113
Tabela 73 – Relação de municípios e populações da RASJRP, por ordem decrescente, 2022	115
Tabela 74– Relação de municípios da RASJRP e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.....	116
Tabela 75 – Distribuição dos municípios da RASJRP de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	117
Tabela 76 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RASJRP, 2018.....	118
Tabela 77 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RASJRP 2018	118
Tabela 78 – Relação de municípios e populações da RASJC, por ordem decrescente, 2022..	120
Tabela 79– Relação de municípios da RASJC e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018	121
Tabela 80 – Distribuição dos municípios da RASJC de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.....	121
Tabela 81 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RASJC, 2018	122
Tabela 82 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RASJC, 2018 .	122
Tabela 83 – Distribuição dos municípios do estado de São Paulo de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares, FNDE, 2018	124
Tabela 84 – Distribuição dos municípios do estado de São Paulo de acordo com faixas de compras de alimentos da AF, desconsiderando compras do comércio	124
Tabela 85 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, estado de São Paulo, 2018	125
Tabela 86 – Vendas por tipo de agricultor fornecedor, reais, São Paulo, 2018	125
Tabela 87 – Compras por Região Administrativa em reais e porcentual, no estado de São Paulo, 2018, em ordem decrescente	127
Tabela 88 – Vendas por Região Administrativa e outros estados, em reais e porcentual, no estado de São Paulo, 2018 em ordem decrescente	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 HIPÓTESE e OBJETIVOS.....	19
2.1. Relevância e impacto do estudo para o desenvolvimento científico e tecnológico.....	20
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	20
3.1. Possibilidades de Inserção de Agricultores Familiares.....	26
3.2 Diferentes conceitos de território.....	28
3.3 O Circuito Curto Agroalimentar e o PNAE.....	32
3.4 Política Pública e das Compras Institucionais: O caso do PNAE.....	38
4 METODOLOGIA.....	44
5. RESULTADOS.....	47
5.1. Região Metropolitana de São Paulo	51
5.2. Região Administrativa de Campinas	56
5.3. Região Administrativa de Registro.....	62
5.4. Região Administrativa de Araçatuba	66
5.5. A Região Administrativa de Sorocaba.....	70
5.6. A Região Administrativa de Barretos.....	75
5.7. A Região Administrativa Bauru.....	79
5.8. A Região Administrativa de Central	83
5.9. A Região Administrativa de Franca.....	87
5.10. A Região Administrativa de Itapeva	92
5.11. A Região Administrativa de Marília.....	96
5.12. A Região Administrativa de Presidente Prudente.....	101
5.13. A Região Administrativa de Ribeirão Preto.....	105
5.14. A Região Administrativa de Santos.....	110
5.15. A Região Administrativa de São José do Rio Preto.....	113
5.16. A Região Administrativa de Sorocaba.....	119
5.17. A Dinâmica do PNAE em 2018 no estado de São Paulo.....	123
6. CONCLUSÕES.....	129
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130

1. INTRODUÇÃO

A presente tese, em termos mais gerais, pretende analisar a dinâmica regional das compras institucionais de alimentos produzidos por agricultores familiares, na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pelos municípios das 16 Regiões Administrativas (RAs) do Estado de São Paulo, delimitando como recorte temporal o ano de 2018, Quer se verificar a procedência regional dos alimentos comprados e a capacidade de as compras fortalecerem a renda e a reprodução social dos agricultores familiares, contribuindo para o desenvolvimento local. Ao mapear os fluxos e identificar os principais polos compradores e vendedores investiga-se a eficácia e os desdobramentos territoriais do artigo 14, evidenciando como esta política pública atua como indutora do desenvolvimento local e da segurança alimentar.

Uma base conceitual importante para o estudo é o que na literatura vem sendo denominado *Home-Grown School Feeding* - HGSF (ESPEJO; BURBANO; GALLIANO, 2009; BUNDY *et al.*, 2009). Considera-se possível, através da compra local de alimentos, estimular o desenvolvimento da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que são adquiridos produtos *in natura* ou com baixo grau de processamento, em vez de produtos ultra processados, com menor qualidade nutricional e não produzidos localmente.

Em termos de políticas públicas, o Brasil aderiu a esta concepção com a aprovação da Lei 11.947/2009, que regulamenta o PNAE – Lei do PNAE (BRASIL, 2009). Embora as ações públicas de alimentação escolar (AE) sejam relativamente antigas no País, remontando à década de 1950, apenas mais recentemente, a partir dos anos 1990, a preocupação com a qualidade nutricional dos alimentos foi incorporada de forma mais explícita na legislação (Müller, 2010). Em seu Artigo 14 (A14), a Lei do PNAE determinava, até 2025, que, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para gastos na AE, no mínimo 30% deveriam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios oriundos de agricultores familiares ou de suas organizações.

A regulamentação de tal artigo estabelece que as compras dos agricultores familiares devem ser feitas com preços dos produtos previamente fixados, em nível do atacado ou varejo regional. Ao se comprar diretamente do agricultor ou de sua organização, garante-se que os mesmos recebam acima do que auferem nos canais tradicionais de comercialização, sem que as prefeituras paguem mais caro pelos alimentos, em decorrência da redução da margem de comercialização, em decorrência da diminuição do número de intermediários.

Como o preço de compra é previamente fixado, não se prevê a seleção de agricultores através desse quesito. Em caso da necessidade de desempate no certame de compra, feito

através de chamadas públicas, o primeiro critério para escolha do agricultor fornecedor é o da proximidade com o serviço de AE, dando preferência aos do município, seguidos pelos da região, do estado e, por último, de outros estados. Ou seja, estimula-se que os recursos recebidos da União circulem no próprio município, conforme exposto pela Resolução FNDE nº 38 de 2009, em seu artigo 18, §4º (FNDE, 2009).

Neste sentido, pode-se estabelecer que outro vínculo teórico da Lei do PNAE se estabelece com a concepção dos circuitos curtos de comercialização, em que se prevê maior aproximação, física e/ou relacional, entre produtores e consumidores de alimentos (Ploeg, 2008; Perez-Cassarino, 2012). A aproximação relacional diz respeito ao número de intermediários entre agricultores e serviços de alimentação escolar, prevendo-se que, no máximo, ele seja unitário, através de uma organização social dos agricultores.

Há um aspecto nutricional relacionado com a concepção de circuito curto de comercialização, em termos físicos. Os produtos perecíveis ou in natura, que muitas vezes pressupõem o comércio local, tendem a apresentar um valor nutricional superior aos produtos muito processados, com maiores possibilidades de serem transportados a longas distâncias.

A intenção de promover o desenvolvimento local é correta, em princípio. Contudo, deve-se considerar que existem restrições importantes para sua efetivação. Por exemplo, regiões com muitos agricultores familiares, como o Vale do Ribeira em São Paulo, podem ter população pequena e suas prefeituras apresentarem baixa capacidade de compra de alimentos. Neste caso, estudo de Gonçalves (2018) verificou que a renda de seus agricultores cresceu mais em razão de venderem para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com grande população e alunado, do que em decorrência das vendas locais.

Este exemplo, não único, certamente, serve para questionar a ideia simples de que as próprias regiões contam com todas as condições internas para promoção de seu desenvolvimento econômico e social. É possível que o aumento da renda regional se fortaleça à medida em que ela estabeleça laços comerciais com outras regiões, cujo poder de consumo é maior.

Neste sentido, a ação política dos agricultores familiares e de suas organizações deve passar pela tentativa de acessar mercados que lhes tragam maior retorno econômico, não simplesmente os locais. No caso das associações e cooperativas do Vale do Ribeira, que se criaram após a Lei do PNAE, isto foi facilitado pela proximidade com a RMSP (Gonçalves, 2018).

Ainda da RMSP pode ser apresentado outro exemplo de compras realizadas fora de seu território. Rocha e Baccarin (2021) mostram que, em 2018, 28,5% das compras de agricultores

familiares pelas prefeituras da RMSP vieram do Rio Grande do Sul, valor que aumentou para 44,8%, em 2019. Isto está associado à tradição organizativa dos agricultores gaúchos, que permite que apresentem grande capacidade comercial para atender o alunado da grande São Paulo, distante do seu local de produção. Também contribui para isto a capacidade de as estruturas organizativas gaúchas ofertarem produtos já processados, como óleo de soja, suco de uva, arroz beneficiado etc.

Além da distância física entre agricultores familiares e serviços de AE, da capacidade de compra das prefeituras municipais e do potencial comercial de estruturas sociais dos agricultores familiares, outras variáveis podem ser elencadas para interpretar a forma e o nível de execução do A14. Cite-se a importância da agricultura familiar na produção e o perfil de uso do solo regional.

Como mostra Fonseca (2021), o predomínio do plantio canavieiro por grandes agricultores na RA Ribeirão Preto, em terras próprias e arrendadas junto a agricultores de menor porte, dificulta a execução local do A14. Por sua vez, os resultados alcançados por Baccarin et al (2017) mostram que a maior presença de agricultores familiares na Região Sul fazia com que seus agricultores participassem mais da execução do A14 do que aqueles do estado de São Paulo, onde o número de agricultores familiares era bem menor.

Julga-se procedente que estas evidências empíricas sejam aprofundadas com novos e mais abrangentes estudos. A presente Tese tem a intenção de delimitar as redes de compras de produtos da agricultura familiar pelas prefeituras das 16 RAs de São Paulo. Quer também verificar se algumas RAs conseguiram suplantiar os limites das compras locais estabelecendo canais de comercialização com outras regiões do estado de São Paulo.

Desde o início, é importante deixar clara a limitação de considerar a RA como representação de um território homogêneo, bem como de se adotar uma visão simplificada de que apenas os certames de compras que envolvam agricultores e prefeituras de uma mesma RA se constituiriam como circuitos curtos de comercialização. Na própria execução do A14 podem ser estabelecidas redes envolvendo agricultores e prefeituras de diferentes RAs, mas próximas em termos físicos (entre municípios de duas RAs vizinhas, por exemplo) ou que criem relações sociais e de poder consistentes a partir das compras para a alimentação escolar.

Os principais dados a serem trabalhados são os das prestações de contas que as prefeituras municipais encaminham ao FNDE sobre os gastos efetivados, em determinado ano, com AE, através do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC-Público). Neste documento é possível consultar o valor pago dos produtos para alimentação escolar, a quantidade comprada, o tipo do produto adquirido e a localização do fornecedor, que pode ser

agricultor familiar, suas associações ou cooperativas. O ano escolhido como recorte de estudo é o de 2018, posto que no momento inicial da pesquisa, este ano era o mais consolidado, em relação as informações relevantes a este trabalho envolvendo todos os municípios paulistas, cujas informações serão agrupadas nas 16 RAs do Estado.

2. HIPÓTESE, OBJETIVOS E RELEVÂNCIA

Pretende-se verificar como o conjunto dos municípios de cada uma das 16 RAs do estado de São Paulo estabelece sua rede regional de compras de alimentos dos agricultores familiares para os serviços de alimentação escolar, confrontando tal evidência com as concepções de circuito curto de comercialização, fortalecimento do território e de desenvolvimento local, implícitas no A14 da Lei do PNAE.

Baseado em estudos anteriores e em aportes teóricos, estabelece-se como hipótese que a intenção de promover desenvolvimento local pela aplicação do A14 em circuitos curtos de comercialização (em termos de distância física) encontra diversas limitações na estrutura socioeconômica, localizacional e demográfica de municípios e regiões. Destaque-se a capacidade insuficiente de compras que algumas regiões apresentam, dificultando a efetivação do aumento de renda de seus agricultores, através das compras para a AE conforme observado por Gonçalves (2018) e Fonseca (2021).

Especificamente, para o ano de 2018, para cada uma das RA de São Paulo, pretende-se analisar:

- a) O nível de cumprimento do Art. 14, se abaixo ou acima dos 30% mínimos preconizados pela Lei do PNAE;
- b) O nível de venda dos agricultores para as prefeituras de suas regiões em confronto com as vendas para prefeituras de outras regiões do Estado;
- c) A procedência dos agricultores participantes, considerando os da região; de outras regiões de São Paulo e de outros estados;
- d) A forma como os agricultores familiares participam, individualmente ou organizados em associações ou cooperativas;
- e) O tipo e grau de processamento dos alimentos adquiridos.

Com caráter de extensão, pretende-se, ao final da pesquisa, ter analisadas e organizadas, em tabelas e gráficos, informações de compras dos municípios das 16 RAs, e divulgar essas informações para associações de agricultores familiares e serviços municipais de AE do estado de São Paulo.

2.1. Relevância e Impacto do Estudo para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Espera-se contribuir em diversos pontos, como:

- a) Obtenção de panorama regional significativo do andamento da aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE, identificando dificuldades e potencialidades;
- b) Melhor entendimento do funcionamento de mercados institucionais ligados à AE no estado de São Paulo, em específico quanto à atuação dos gestores de prefeituras municipais e os efeitos sobre produção, renda e organização de agricultores familiares;
- c) Delimitação de fluxos ou dos canais de comercialização de produtos hortigranjeiros nas RAs de São Paulo;
- d) Estudar o alcance de políticas de sustentação de preços de produtos agropecuários e inferir sua efetividade na promoção da renda de agricultores e no desenvolvimento regional;
- e) Divulgação dos resultados das pesquisas em artigos encaminhados para eventos acadêmicos e periódicos científicos.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Pretende-se fundamentar, teoricamente, os elos que conectam os mercados institucionais, o desenvolvimento econômico da agricultura familiar e as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esta revisão tem por propósito contextualizar de que forma o PNAE se apresenta como instrumento estratégico de desenvolvimento territorial, fortalecimento econômico da agricultura familiar e da alimentação escolar de qualidade, observando também as fragilidades em sua execução.

Aliyar et al. (2015), afirmam que existem evidências que a AE promove o aumento da matrícula e da frequência escolar, colaborando para promover a realização profissional e aliviando a fome no curto prazo. O aumento na Insegurança Alimentar nos lares brasileiros nos anos da Covid 19, em que foram suspensas as aulas presenciais e a AE funcionou precariamente, é um indício da importância deste serviço à complementação da alimentação das famílias.

Segundo Gelli et. al. (2009), os benefícios da AE, ou Food For Education (FFE), podem atingir diferentes dimensões socioeconômicas, como educação, saúde e nutrição, igualdade social e fortalecimento da agricultura.

A partir da aprovação da Lei do PNAE, em 2009, a aplicação do A14 começou efetivamente em 2010. Nos quinze anos completos passados até 2024, ocorreu acúmulo de experiência dos agentes sociais envolvidos, entre eles gestores municipais e estaduais de AE, nutricionistas, extensionistas rurais, agricultores familiares. Também se desenvolveram diversas avaliações acadêmicas, divulgadas em artigos ou relatórios de pesquisa. A partir delas

é que se pode pensar em novas necessidades de aprofundamento e novos pontos a se abordar em futuras pesquisas.

Oliveira e Santos (2015), analisam o tema das compras públicas como promotora do desenvolvimento sustentável e local, pois teriam um papel de estimular a economia local e questões sociais, bem como ambientais, através do incentivo à compra de produtos agroecológicos, que conduzam a uma melhoria da qualidade de vida das pessoas. Segundo os autores, a Lei do PNAE representa grande progresso em termo dos critérios que visam os impactos sociais para as compras públicas, referente a obrigatoriedade de um mínimo estipulado de compra da agricultura familiar.

Estudos de Saraiva *et al.* (2013) e de Soares *et al.* (2013) demonstraram que 47,4% dos municípios brasileiros já adquiriam alimentos da agricultura familiar para o PNAE um ano após a aprovação da Lei 11.947, e que o percentual de compra nestes municípios era, em média, de 22,7% dos repasses do FNDE. A Região Sul do país apresentava o maior percentual de municípios comprando alimentos da agricultura familiar (71,3%), e a Centro-Oeste, o menor (35,3%). Em 2012, a proporção dos municípios participantes aumentou para 67%, sendo que a Região Sul atingiu 87%, tendo em vista o “alto nível dos capitais físicos e sociais, incluindo os altos níveis de afiliação cooperativa” (Soares *et al.*, 2013, p. 22).

Segundo dados disponíveis no site do FNDE (2015), os percentuais de municípios que compravam alimentos de agricultores familiares no país, em 2013 e 2014, foram de 84% e 89%, respectivamente. Os municípios do Rio Grande do Sul em conjunto gastaram próximo a 40% dos repasses do FNDE com produtos de agricultores familiares, em 2014, maior proporção do País, enquanto no Amapá esse índice não passou de 4,2%, o menor entre todos os estados.

Várias pesquisas têm verificado dificuldades para o agricultor acessar e permanecer no mercado institucional. Podem ser citadas questões operacionais, estruturais e políticas como a organização dos agricultores, a dificuldade de logística, os preços pagos pelos produtos, a falta de formação e informação dos atores envolvidos, a falta de documentação dos agricultores, a desconfiança em relação ao poder público, a informalidade das agroindústrias, as estruturas inadequadas nas escolas, a falta de articulação entre os gestores e os agricultores e celeumas políticas (Baccarin *et al.* 2011; Corá; Belik, 2012; Triches; Schneider, 2012; Bezerra *et al.*, 2013; Saraiva *et al.*, 2013; Soares *et al.*; 2013; Bevilaqua; Triches; Grisa, 2015; Baccarin *et al.* 2017)

Para muitos analistas, a agricultura familiar apresenta um perfil social, econômico, cultural e ambiental afeito à promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), por sua tendência ao fortalecimento das estratégias de autoconsumo, diversificação e integração das

atividades produtivas e busca pela inserção em circuitos locais e regionais de comercialização, grande parte das vezes de produtos *in natura* ou com baixo grau de processamento (Ploeg, 2008; Perez-Cassarino, 2012; Hespanhol, 2000; Lamarche, 1993; Elias, 2007; Leite, 2011; Teo, 2018).

No entanto, o que se observa é a estruturação de um sistema agroalimentar que caminha em rumos opostos à garantia da SAN. Como referência pode-se tomar o desenvolvimento de monoculturas, cada vez mais dependentes de insumos químicos e sementes geneticamente modificadas. Da mesma forma, no que se refere ao intenso processo de concentração corporativa¹ e a retirada do Estado enquanto ente regulador do mercado de alimentos, dificultando seu acesso e priorizando o estabelecimento de circuitos longos de distribuição dos alimentos e a desterritorialização dos processos de produção, processamento, abastecimento e consumo dos alimentos (Perez-Cassarino, 2012).

O PNAE, através de seu A14, procura, justamente, fortalecer ou integrar o consumo nutricionalmente mais saudável de alimentos, com estímulos à produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Isto se daria, por um lado, mediante a integração de políticas relacionadas à saúde e nutrição da população de escolares, e, por outro, mediante a criação de mercados para os agricultores familiares, inclusive com potencial para fomentar práticas de gestão ambiental.

Segundo Teo (2018), a Lei 11.947/2009 apresenta a intenção de contribuir para o desenvolvimento da pequena agricultura familiar local, ao mesmo tempo que procura criar hábitos alimentares mais saudáveis para população escolar.

No caso do consumo, procura-se investir na melhoria nutricional da AE, o que condiz com a preocupação com os problemas crescentes de saúde pública associados ao excesso e desequilíbrios da dieta de grande parte da população. Nas últimas décadas, observa-se um fenômeno chamado “transição nutricional” no Brasil, caracterizado por aumento dos índices de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis, associado ainda a grande prevalência de déficits nutricionais (Kac e Velásquez-Meléndez, 2003).

Em relação à evolução dos padrões de consumo alimentar nas últimas três décadas, Levy Costa *et al.* (2005), evidenciam declínio no consumo de alimentos básicos e tradicionais da dieta do brasileiro, como o arroz e o feijão, elevação de até 400% no consumo de produtos

¹ Como exemplo pode-se citar que, atualmente, as dez maiores empresas de cada setor controlam 67% do mercado de insumos químicos e 25% do mercado de alimentos processados. As 10 maiores redes varejistas controlam 40% do mercado das 100 maiores, sendo que no Brasil, somente 5 grandes redes controlam 46% do mercado nacional (PEREZ-CASSARINO, 2012).

industrializados, como biscoitos e refrigerantes, persistência da ingestão excessiva do açúcar e insuficiente de frutas e hortaliças e aumento sistemático no consumo de lipídeos.

Somado a isso, na esfera da produção, fortalece-se um modelo produtivo que dissemina práticas e disponibiliza tipos de alimentos que estão intimamente ligados a esse quadro de saúde e à degradação do meio ambiente. A produção está pautada na agricultura intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos², com consequências ambientais e sociais como a marginalização de grande parte de produtores rurais e aumento da pobreza no campo (Friedmann, 2000).

Ao mesmo tempo, a manutenção de um programa público e massivo de AE se justifica porque a insegurança alimentar não pode ser desprezada no Brasil. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que, em 2004, 34,8% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar (IA), valor que caiu para 30,2%, em 2009, e para 22,6%, em 2013 (IBGE, 2009, 2013). Mas dados da POF 2017-2018 demonstraram que a insegurança alimentar voltou a crescer para 36,7% (IBGE, 2020). Mais recentemente, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) constataram, em 2023, queda da IA para 27,6% dos lares brasileiros. Apesar de queda de quase 10%, em relação a 2018, a IA ainda é preocupante no país.

Nas diretrizes do PNAE a melhoria da qualidade nutricional está relacionada com a elevação do consumo de produtos agrícolas *in natura*, como frutas, legumes e verduras. Por serem, de maneira geral, muito perecíveis, sua oferta deveria ser garantida por agricultores locais, com prioridade aos familiares, fortalecendo desta forma a compra nos circuitos curtos de produção.

Estudos no Estado de São Paulo (Souza, 2012; Baccarin *et al.* 2011) destacam que para os gestores municipais, a nova forma de aquisição pública de alimentos impõe a necessidade de se proceder adaptações significativas na execução do PNAE. Entre elas, a mudança no cardápio, com aumento da presença de produtos *in natura*, resultando na maior necessidade de manipulação dos produtos pelos servidores da AE. Há também de se ter alguma flexibilidade, levando em conta que a produção agrícola pode sofrer efeitos do clima e tem caráter sazonal.

² Dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) mostram que culturas como abacaxi, alface, beterraba, cenoura, couve, mamão, morango, pepino e pimentão apresentavam em mais de 31,9% das amostras analisadas resíduos de agrotóxicos acima dos limites máximos permitidos ou amostra com agrotóxicos proibidos para a cultura. Das amostras de pimentão analisadas, 91,8% mostraram irregularidades (BRASIL, 2010).

Em estudos mais recentes (Baccarin, 2015, 2016), envolvendo além de São Paulo, os estados do Paraná e Santa Catarina, foi constatado que o conhecimento da legislação e sua aplicação melhoraram pelas prefeituras municipais, mas ainda permaneciam dificuldades de integração entre os diversos setores administrativos envolvidos. Entre 2011 e 2014, aumentou a porcentagem de gastos com produtos da agricultura familiar, dando-se preferência aos produtos vegetais *in natura* e produzidos localmente. Os preços pagos, de forma geral, não estavam acima daqueles registrados em mercados atacadistas ou varejistas, mas se mostravam mais remuneradores do que os preços ao produtor, ou seja, recebidos pelos agricultores.

O tratamento diferenciado à agricultura familiar, criando-se um mercado específico e garantindo um preço mais remunerador, se justifica pela sua histórica marginalização social e como beneficiária de políticas públicas e pelo fato de que alguns segmentos de agricultores familiares, presentes com maior evidência na Região do Semiárido brasileiro, têm problemas de geração de renda capaz de contemplar suas necessidades mínimas (Kageyama e Hoffmann, 2007).

Outra justificativa para o tratamento diferenciado aos agricultores familiares está relacionada com as maiores dificuldades que enfrentam na comercialização de seus produtos e, portanto, na geração de renda. Por ofertarem lotes menores de matérias primas, os pequenos agricultores tendem a receber preços relativamente mais baixos de comerciantes e das agroindústrias. Estas também, comumente, estimulam o aumento do tamanho médio de seus fornecedores, resultando em diminuição da participação dos agricultores familiares entre eles.

Ao se abordar a agricultura familiar brasileira, apesar do grande volume e diversidade da produção, a comercialização apresenta-se como um dos maiores gargalos, sendo necessárias condições facilitadoras que permitam a criação/utilização de canais privilegiados para escoamento da produção (Batalha; Souza Filho, 2005).

Apesar das dificuldades enfrentadas, vários estudos mostram que ainda permanece muito importante a participação da agricultura familiar no fornecimento de produtos destinados à alimentação no Brasil. Em 2006, os estabelecimentos familiares produziam 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% de feijão, 58,0% do leite e possuíam 59,0% do plantel dos suínos e 50,0% do plantel de aves (IBGE, 2009). Mas é real também o fato que em algumas cadeias já não predominam os agricultores familiares, como na do arroz, em que eles eram, em 2006, responsáveis por 34% da produção.

Entendendo que a agricultura familiar apresenta maior nível de ocupação e geração de renda bruta por área explorada do que os grandes estabelecimentos agropecuários e que possui particularidades socioeconômicas, percebe-se a importância da instituição de leis e normas

públicas que procurem desenvolver mercados institucionais que garantam melhores condições de comercialização, remuneração e sobrevivência para os agricultores familiares (Ceron & Gerardi, 1979).

O Art. 14 da Lei do PNAE, na esfera institucional, pode ser considerado como derivado da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e, mais especificamente, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), ambos da alçada do Governo Federal. A PGPM foi instituída em 1945 e seu gerenciamento ficava a cargo da Comissão para Financiamento da Produção (CFP), órgão constituído em 1943 (Wedekin, 2005). Tal política se dava, até o início da década de 1990, exclusivamente através de dois instrumentos básicos, a Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF). Nos anos 1990, a política se sofisticou com a criação de novos instrumentos de comercialização, baseados na equalização de preços (Baccarin, 2011).

Apesar da sofisticação dos instrumentos utilizados e todo arcabouço administrativo, a PGPM não conseguiu contemplar as necessidades de garantia de renda dos agricultores familiares. “Em sua maioria, as formas de acesso à PGPM exigem, por exemplo, contratação de pregoeiro, contrato com armazém cadastrado, volume de produtos, e outros elementos que de alguma forma dificultam a participação da agricultura familiar” (Müller, 2010).

Em 2003, a AE e outros programas de suplementação alimentar apareceram como uma das ações priorizadas pelo Programa Fome Zero do Governo Federal e foi inserida em um contexto de mudança da concepção sobre o fornecimento da AE, atrelada ao desenvolvimento local e à alimentação saudável e diversificada. Primeiramente, criou-se o PAA, em 2003, e depois o A14 da Lei 11.947/2009, com maior abrangência orçamentária. Sua aplicação, em tese, é compulsória e abrange todos os municípios brasileiros que recebem recursos do FNDE para execução de ações de AE.

Seguindo nesta perspectiva, o PNAE passou a se apresentar com grande potencial para ser usado como política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes. Além disso, é importante salientar o seu grande potencial em promover bons hábitos alimentares aos escolares e melhorar as condições de saúde. Ademais, estimula-se o fortalecimento de outro modelo agroalimentar, que seja social e ambientalmente sustentável (Triches, 2010).

Não se deve menosprezar, contudo, que a fixação de preços mais remuneradores pode estimular ações oportunistas por parte de agentes econômicos. Tanto o PAA como o PNAE não estão isentos disto, tendo-se registrado algumas fraudes, em que os beneficiários forjaram a

condição de agricultor familiar ou a produção orgânica. Também se tem constatado que algumas associações/cooperativas que participam das compras públicas de alimentos acabam por não repassar aos seus associados os valores adicionais recebidos, neste caso se comportando como os agentes tradicionais de comercialização de produtos agropecuários (BUENO, 2020).

3.1. Possibilidades de Inserção de Agricultores Familiares

Para o agricultor familiar, sua participação no PNAE é estimulada pelo valor que arrecade vendendo para a AE. No início, com a Resolução do FNDE nº 38 de 2009 (BRASIL, 2009), previa-se que cada agricultor poderia vender no máximo até R\$ 9 mil por ano, valor que passou para R\$ 20 mil, a partir da Resolução do FNDE nº 25 de 2012 (BRASIL, 2012), considerando-se o conjunto de entes públicos executores da AE.

Desde 2015, por meio da Resolução do FNDE nº 4 (BRASIL, 2015), esse limite manteve-se em R\$ 20 mil, mas passou a ser relacionado a cada Entidade Executora (EE). Ou seja, um agricultor familiar poderia alcançar ganhos muito maiores, fornecendo para mais de uma EE, tendo como limite a renda máxima atribuída à agricultura familiar. Em 2021, através da Resolução FNDE nº 21 (BRASIL, 2021), o limite de vendas por EE passou para R\$ 40 mil. Em relação as cooperativas e associações este valor é calculado observando o número de agricultores associados multiplicado pelo limite de vendas por agricultor por EE.

Outra alteração, bem mais atual é a da Lei 15.226/2025, regulamentada pela Resolução FNDE nº 4 de 2026, que altera de 30% para 45% a obrigatoriedade de aquisições através de recursos do FNDE de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural para alimentação escolar.

Essas mudanças merecem muita discussão, na medida em que pode beneficiar mais determinados agricultores ou suas organizações, mas também pode limitar a participação de maior número deles, especialmente dos mais pobres e menos estruturados em termos organizacionais e produtivos.

Deve-se lembrar que o recorte temporal desta tese é 2018, desta forma, para embasamento e discussão da mesma utilizaremos as legislações anterior a este período.

Quanto ao alcance potencial do Artigo 14, para o estado de São Paulo, Baccarin *et al.* (2011) informam que o FNDE repassou em 2010 para prefeituras e Secretaria Estadual da Educação R\$ 542,1 milhões para AE, o que permitiria a compra de R\$ 162,6 milhões de alimentos dos agricultores familiares, caso o A14 fosse integralmente cumprido. Esse último valor equivalia a 3,2% da renda bruta da agricultura familiar do Estado, apurada pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2012).

Baccarin (2015), aponta que, ao cumprirem o mínimo de 30% estipulado pelo A14 e gastarem R\$ 20.000,00/agricultor, 77,1% das prefeituras paulistas, 92,7% das paranaenses e 93,2% das catarinenses conseguiriam comprar de até 10 agricultores, revelando pequena capacidade de intervenção na renda de seus agricultores familiares. Especificamente para São Paulo, apenas sete prefeituras, ou 1,2%, conseguiriam atender mais de 100 agricultores. Merece destaque a situação da prefeitura de São Paulo, a única que poderia demandar alimentos de mais de 1.000 agricultores, acima daqueles existentes em sua área territorial.

Desconsiderando o necessário transporte dos produtos, os grandes municípios são mais atrativos para os agricultores familiares. De acordo com Corá e Belik (2012), as 100 maiores prefeituras brasileiras (1,7% do total) receberam cerca de 30% dos recursos de AE repassados aos municípios, sendo que 36 deles estão situados em São Paulo. Tal fato pode estimular que as organizações de agricultores familiares mais estruturadas priorizem fornecer para os grandes municípios, dificultando o acesso à política de organizações mais frágeis ou do agricultor familiar individualmente. Para os municípios, as grandes cooperativas, com agricultores familiares entre seus cooperados, apresentam vantagens de ofertarem maior quantidade de produto e de transformarem previamente os produtos agrícolas em, por exemplo, lácteos, frigorificados, óleos, sucos, panificados e massas.

As pesquisas coordenadas por Baccarin (2015, 2016), revelam que as compras institucionais, do PAA e do PNAE, contribuíram para aumento da organização social dos agricultores familiares, com a criação de associações e, em menor número, de cooperativas, bem como para a realização de investimentos em equipamentos para processamento mínimo dos produtos. Também se percebeu que algumas daquelas instituições agiam como meros intermediários na comercialização dos produtos obtidos pelos agricultores familiares, que não participavam e influenciavam de fato nas ações e resultados das associações. Algo semelhante foi constatado por Gonçalves (2018) em estudo específico para o Vale do Ribeira, em São Paulo.

Legalmente, é possível às cooperativas que representam agricultores de todos os portes obterem a chamada DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Certificado Nacional de Agricultura Familiar) jurídica, desde que tenham agricultores familiares entre seus cooperados, de forma predominante. Isto permite que elas participem dos certames de compra do A14, mas não necessariamente resulta em benefício ao agricultor familiar que lhes fornece a matéria-prima agropecuária a ser processada em suas agroindústrias.

Ao pensar-se nas relações que se estruturam entre a aquisição da alimentação escolar pelos municípios do estado de São Paulo e a venda que ocorre através dos agricultores

familiares ou suas organizações, considera-se retomar os diferentes conceitos de território, de forma, que estes possam, contribuir no entendimento de como se estruturam estas redes de comercialização dentro do estado e até mesmo com outros estados da federação, bem como, colaborar no melhor entendimento do recorte espacial utilizado neste trabalho.

3.2 Diferentes Conceitos de Território

Neste estudo, para promover uma análise sobre o desenvolvimento do PNAE no Estado de São Paulo, utiliza-se como recorte espacial as 16 RAs, de forma que cada uma delas será aqui analisada em relação as compras institucionais para a AE, tendo como ponto central a Lei do PNAE, com maior atenção ao seu A14. Pode-se entender cada uma das RAs como um território, posto que nelas se apresentam as relações de poder, bem como as relações entre o homem e a natureza.

O conceito de território ainda hoje é discutido por muitos autores e contém diferentes significados. Para se pensar nos diferentes conceitos de território, deve-se compreender, primeiro, que o este não é sinônimo de espaço, mas sim, como propõe Raffestin (1993), o território acontece dentro de um espaço através das ações entre os atores que do espaço se apropriam, bem como desses atores com o meio que ali se apresenta.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (Raffestin, 1993, p. 143).

Raffestin (1993b), também, em seu livro “Por uma Geografia do Poder”, propõe que ao se falar em território promove-se uma referência implícita da ideia de limite, pois para ele território representa a relação de um grupo com uma porção do espaço. Pode-se entender que estas relações se apresentam através da manifestação de poder dentro de um espaço delimitado, que sendo este bem entendido, deixaria de lado o problema da escala a ele aplicada.

“[...] A história da noção de limite seria apaixonante... e verdadeiramente estafante, pois estaria além das possibilidades de um só homem. Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. O problema da escala sendo bem entendido, posto de lado” (Raffestin, 1993, p. 153).

Para Haesbaert (2005), a concepção de território tenta responder às relações da sociedade com o seu espaço, onde os fenômenos se processam, o que se aproxima das concepções de Raffestin.

Para Santos (2000), território é mais que um conjunto de sistemas naturais e sistemas criados pelo homem, o território é uma identidade. Para Santos e Silveira (2006), o território é constituído a partir do seu uso pela sociedade, ou seja, é uma extensão apropriada e usada. Para os autores, o uso do território “pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando igualmente os sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (Santos; Silveira, 2006, pag. 14).

Ao se pensar no território como uma escala geográfica, pensa-se nas relações sociais dentro de um espaço delimitado onde ocorrem relações políticas e econômicas, como colocado por Costa (2010, p.29): “Como ideia geral e preliminar pode-se afirmar, portanto, que toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção, delimita ao mesmo tempo um espaço político, uma dada projeção territorializada das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas...”.

O território, [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. [...] o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Esse Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? [...] (Souza, 1995, p. 78-79).

Desta forma, partindo do conceito de Souza, as relações de poder determinam a organização do território, promovendo assim, sua estruturação a partir dos interesses daqueles que possuem maior poder. No caso da agricultura pode-se pensar nos grandes agricultores e nas agroindústrias.

Outra delimitação de território é feita por Perico (2009) e se mostra muito adequada aos propósitos desta tese. Ela possui uma abordagem parecida com a dos circuitos curtos de produção, conceito aqui abordado, e expõe que é no território que se dimensionam os laços de proximidade entre as pessoas.

A adoção da abordagem territorial como referência para estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se apoia pelo menos em quatro aspectos: a) o rural é mais do que o agrícola, mais que um setor econômico, e as áreas rurais são definidas por suas características espaciais, apresentam menor densidade e maior peso dos fatores naturais quando comparadas às áreas urbanas; b) a escala municipal é restrita para o planejamento e a organização dos esforços de promoção do desenvolvimento; c) a escala estadual é bastante ampla para conseguir cuidar da heterogeneidade e das especificidades locais, que devem ser mobilizadas em prol de iniciativas de desenvolvimento (por isso, a descentralização é necessária, face às políticas públicas, enquanto articulação de competências e atribuição de espaços e de atores nos diferentes níveis territoriais); e d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser

mobilizados e convertidos em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento.(Perico, 2009, pag. 28).

Ainda segundo Haesbaert, Limonad (2007), como instrumento geral de análise e como síntese da multiplicidade de feições que o território e os processos de territorialização assumem num mundo dito globalizado, é possível afirmar que:

Num sentido mais material-funcionalista, o território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo. (Haesbaert; Limonad, 2007 p.49)

Souza (1995), propõe uma visão mais ampla do conceito de território observando que o mesmo não está vinculado apenas a uma escala nacional, bem como sua associação com o Estado, conforme exposto pela Geografia Clássica, mas, que este conceito pode estar inserido em diferentes escalas:

[...] A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (Souza, 1995, p. 81).

Para Cunha (2009), ao pensar em desenvolvimento territorial, deve-se ter em mente que o território está centrado na questão do poder, posto que uma política pública de caráter territorial só pode ser construída e ocorrer com a participação de diferentes atores que estão presentes nas diferentes configurações regionais ou territorial.

Um conceito de território centrado na questão do poder permite dar consistência à concepção de desenvolvimento territorial, visto que uma política pública de caráter territorial não pode ser construída e concretizada sem a participação dos atores públicos e privados vinculados ao maior número possível de segmentos econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais estão presentes em diferentes configurações regionais ou territoriais. (Cunha, 2009, 172-173)

O conceito de território como é compreendido por Souza (2009), está vinculado a outros conceitos como por exemplo o da região, posto que, a região como sendo um espaço geográfico delimitado, possui dentro deste espaço, relações de poder, através de relações comerciais e sociais, entre outros aspectos, que caracterizam a região como território, bem como as relações que ocorrem dentro deste território são consideradas as territorialidades.

[...] Uma região ou um bairro são, enquanto tais, espaços definidos, basicamente, por identidades e intersubjetividades compartilhadas; são, portanto, “lugares”, espaços vividos e percebidos. Mas uma região e um bairro também podem ser nitidamente ou intensamente territórios, em função de regionalismos e bairrismos, ou mesmo porque foram “reconhecidos” pelo aparelho de Estado como unidades espaciais formais a serviço de sua administração ou de seu planejamento, ou ainda porque movimentos sociais ali passaram a exercer, fortemente, um contrapoder insurgente. Ambos, região

e bairro, podem ser, aliás, até mesmo estudados privilegiando-se o exercício do poder, apesar de, teórico-conceitualmente, essa não ser a característica definidora primária desses tipos de recorte espacial. (Souza, 2009, p. 61)

Para Saquet (2007) redes e territórios se complementam à medida que ambos são relações e movimento, integrando tanto a circulação interna de um território, bem com a circulação entre diferentes territórios, criando desta forma, um conjunto de relações que consolidam o conceito deste.

O fato é que território e rede se condicionam reciprocamente. Ambos são relações e movimento e se inscrevem complementarmente. As redes de circulação e comunicação são meios na articulação interna do território e, ao mesmo tempo, são território e interligam-no a outros territórios, tornando o território “inicial/local” nó ou um território articulado a outros territórios [...]. (Saquet, 2007, p. 72)

A perspectiva apresentada acima, vem ao encontro do que se propõe nessa pesquisa, ao se analisar as redes de entrelaçamentos entre territórios, de forma a considerar a dinâmica de redes de circulação de mercadorias dentro e entre territórios. Neste trabalho, analisam-se as redes de fluxo de compras e vendas de produtos para alimentação escolar realizados entre os municípios do estado de São Paulo e os agricultores familiares e suas organizações, observando se as mesmas ocorrem de acordo com o proposto no A14.

Novas redefinições dos territórios também são considerados, através de novas formas espaciais ou novas formas de organização espacial, que ocorrem através de diferentes níveis das políticas públicas, como exposto por Leloup, et. al. (2005).

Por outro lado, observa-se um movimento de reterritorialização do espaço de ação pública, desencadeado, entre outras coisas, pela existência de novos níveis de intervenção das políticas públicas e por uma redefinição dos territórios de ação pública (distritos, regiões ou áreas urbanas). Esses níveis não correspondem mais a entidades políticas reguladas pelo sufrágio eleitoral; eles estão inseridos em novas formas espaciais (por exemplo, transmunicipais) ou novas formas de organização territorial (por exemplo, definidas pela noção de área de captação). Eles são construídos sobre a implementação de efeitos sociais e econômicos não apenas da produção e das trocas de mercado, mas também das relações, da história compartilhada e da vida cotidiana. Não se trata mais de governar unidades administrativas locais, mas de uma governança coordenada dos atores de um território, tal como definido no desenvolvimento local. (Leloup, Fabienne et. al., 2005, p.323)

Nesta Tese, a região considerada são as Regiões Administrativas do estado de São Paulo, delimitadas por critérios amplos, normalmente associados às ligações socioeconômicas de vários municípios com uma “capital regional”. Não se descarta a possibilidade, contudo, de que na execução do A14, os territórios ou as redes estabelecidas avancem além dos limites das RAs, formalmente, estabelecidas.

Segundo Haesbart (2007), o território manifesta um sentido multi-escalar, bem como multi-dimensional, propondo desta forma, a convivência entre diferentes tipos de território, bem como a construção da multiterritorialidade, sendo esta a capacidade dos indivíduos ou

grupos de interagirem com diferentes territórios, podendo ocorrer de forma material ou imaterial.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de "múltiplos" (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. (Haesbart, 2007, p.42)

Os territórios para Haesbart (2014) passam a se configurar por redes de conexões e de fluxos, criando mobilidade entre diferentes territórios, passando assim, a serem indispensáveis na construção do território e criando múltiplos territórios, bem como ampliando a possibilidade da multiterritorialidade.

Ao se buscar diferentes conceitos e análises sobre o território em diferentes autores, pode-se verificar que o debate sobre este fortaleceu-se no meio científico da geografia, propondo novos conceitos e visões sobre o mesmo.

Ao (re)visitar diferentes conceitos, a intenção é demonstrar que a ideia de território pode ser utilizada em diferentes recortes espaciais, como por exemplo, um município, sendo este entendido, como um território local, devido a proximidade entre os atores, bem como territórios em maior escala, como as 16 diferentes regiões administrativas do estado de São Paulo, recorte espacial, proposto aqui neste trabalho.

Diante dos diferentes conceitos apresentados, utilizaremos como base para esta Tese, o conceito de Perico (2009), que se interliga com a proposta do A14 sobre desenvolvimento local, observando a proximidade territorial. Outra questão abordada pelo autor e que vem ao encontro deste trabalho é o conceito de território e como este pode corroborar para uma melhor análise do desenvolvimento local.

Desta forma, busca-se analisar como o comércio de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar desenvolve diferentes redes de comercialização inter/entre territórios no estado de São Paulo e outros estados. Estas redes, conforme Corrêa (1996), podem ser entendidas como “um conjunto de localização geográficas interconectadas”, que podem ser estabelecidas na esfera local ou regional, caracterizando-se os circuitos curtos de comercialização.

3.3 O Circuito Curto Agroalimentar e o PNAE

Os circuitos curtos de comercialização de alimentos (*Short Food Supply Chains*) surgem como uma alternativa às grandes redes varejistas de venda de alimentos (super e

hipermercados), propondo maior proximidade entre agricultor e consumidor podendo ser física ou relacional, estabelecendo maior proximidade territorial entre o produtor e o consumidor.

O conceito de circuitos curtos de comercialização de alimentos promove, intrinsecamente, a ideia de uma alimentação mais saudável através do consumo de produtos “in natura”, muitos dos quais com alta perecibilidade e com dificuldades de serem comercializados a longa distância. No caso dos produtos minimamente processados, com destaque às carnes e aos lácteos, a tecnologia de processamento e refrigeração avançou de forma a estender o alcance geográfico da sua comercialização.

As redes alimentares alternativas (Alternative food networks) ou os circuitos curtos de comercialização propõem uma alternativa as grandes redes alimentares, ao promover uma proximidade espacial ou relacional entre o produtor e o consumidor. Segundo Fourat *et al.* (2020), os estudiosos chamam atenção para as características sociais, éticas e geográficas das Alternative Food Networks (AFNs), que procura criar maior interação entre agricultor e consumidor. O consumidor possui maior acesso à forma de produção, na agricultura e no processamento, do transporte e outras atividades capazes de agregar valor ao alimento.

Segundo Brinkley, as AFNs são caracterizadas como mais transparentes do que outras relações entre consumidores e agricultores:

[...] As AFNs são caracterizadas pela comercialização transparente e muitas vezes direta de alimentos. Nas AFNs, as fronteiras transparentes entre produtores e consumidores são enfatizadas como importantes para estreitar os ciclos de feedback entre dietas, procura dos consumidores, gestão da terra e investimento econômico em práticas sustentáveis, à medida que a confiança é redescoberta entre produtores e consumidores. Os benefícios proclamados para as gerações futuras são múltiplos, desde dietas saudáveis que impactam a epigenética ao longo de várias gerações até o uso da terra que orienta o desenvolvimento urbano compacto, protegendo ao mesmo tempo a saúde do solo a longo prazo com práticas agrícolas mais agroecológicas. (Brinkley, 2018, p. 1, tradução nossa).

Também como abordam Pierri & Valente (2015), os circuitos curtos tornam-se expressivos para a economia local, gerando trabalho e renda, com ênfase nos agricultores familiares, promovendo a oferta de alimentos mais nutritivos e saudáveis. Os autores colocam também que os circuitos curtos são promissores em promover o escoamento da produção de muitos agricultores familiares.

Os circuitos curtos, além de trazerem a ideia de uma alimentação mais saudável, propõe o fortalecimento da economia local, através da venda no próprio município:

Os circuitos curtos buscam que a produção e o consumo, sempre que possível, se deem no mesmo território, beneficiando sua cidade ou região. Não se trata apenas de encurtamento de distâncias, mas de estruturar uma economia de empresas locais, pequenas e grandes, que estimulem a circulação de riqueza no local, articulem cadeias produtivas, absorvam mão de obra local, necessitem

pouco capitais e utilizem baixa tecnologia, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares (Bava, 2012, p. 181).

A partir dos anos de 1980 ocorreu maior manifestação sobre os circuitos curtos através de movimentos políticos e sociais em sua defesa. A força destes movimentos, na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), está vinculada às mudanças que surgem em relação à qualidade alimentar e ambiental em detrimento de alimentos convencionais, ou seja, aqueles ultraprocessados. Para Darolt (2012), as pesquisas acadêmicas sobre os circuitos curtos de comercialização de alimentos no Brasil ainda são incipientes.

Em relação a qualidade na alimentação, a mesma passa a ser considerada por um grupo de consumidores, motivados por outras questões além do preço do alimento.

A emergência de novos circuitos alimentares nas economias agrícolas globalizadas deverá ser vista no contexto de uma série de mudanças fundamentais ao longo dos diferentes elos da cadeia agroalimentar. Do lado do consumo da cadeia agroalimentar, ocorreram transições importantes nas percepções dos consumidores sobre alimentos e agricultura. Estes podem ser visto em parte como as consequências de uma preocupação pública mais generalizada sobre questões como ecologia, saúde e bem-estar animal, resultando no surgimento de um potencial mercado de produtos alimentares que se distinguem de forma credível num ou mais dos aspectos contestados da qualidade dos alimentos. Acima de tudo, porém, a mudança na percepção dos consumidores tem sido alimentada por crescente desconfiança na qualidade dos alimentos decorrente de produtos convencionais da agricultura. (Renting; Marsden & Bank, 2003, p. 395, tradução nossa).

As mudanças que começaram a surgir por um grupo de consumidores em busca de alimentação mais saudável, tornam os circuitos curtos uma resposta às cadeias alimentares tradicionais, em que os alimentos são vendidos por grandes redes varejistas (super e hipermercados), desconsiderando alguns quesitos do alimento, como sua origem agrícola e as necessidades dos agricultores. Nos circuitos convencionais há valorização dos preços, bem como da saciedade em lugar de quesitos qualitativos como o valor nutricional e a ausência de agrotóxicos. Os grandes grupos alimentares que se desenvolvem neste ambiente, costumam atuar em escala mundial e são denominados por Ploeg (2008) de Impérios:

Um desses modelos centra-se na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial. Este modelo será referido ao longo do texto como Império. O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. (Ploeg, 2008, pag. 20, tradução nossa).

A agricultura familiar apresenta-se para muitos pesquisadores como promotora de alimentação mais saudável, favorecendo a SAN, com a produção em grande parte das vezes de produtos *in natura* ou com baixo grau de processamento (Ploeg, 2008; Perez-Cassarino, 2012; Hespanhol, 2000; Lamarche, 1993; Elias, 2007; Leite, 2011).

No contexto atual, com o desenvolvimento da indústria de transformação alimentar e de insumos agroindustriais, o que predomina é um sistema agroalimentar que vai na contra mão da garantia de SAN, como pode-se observar com o desenvolvimento de monoculturas como da cana-de-açúcar e da soja, cada vez mais dependentes de adubos químicos e sementes/mudas geneticamente modificadas. Ocorre também intenso processo de concentração corporativa, bem como a retirada do Estado enquanto regulador do mercado de alimentos, dificultando seu acesso e priorizando os circuitos longos de distribuição e a desterritorialização dos processos de produção, processamento, abastecimento e consumo dos alimentos (Perez-Cassarino, 2012). Soler (2009), também expõe que a produção de alimentos se torna cada vez mais dependente de insumos químicos, sementes e maquinários na agricultura, bem como do processamento alimentar.

A realização de compras de alimentos através de circuitos curtos de comercialização é uma forma de não se inserir na padronização do consumo proposto pelas grandes empresas alimentares do sistema tradicional agroalimentar. Reagindo à uniformização do modo de vida do consumidor, a concepção do circuito curto procura reforçar os laços entre alimentação saudável, desenvolvimento local e políticas públicas.

[...] Essas iniciativas abrem espaço para a discussão de novas proposições de desenvolvimento local e políticas públicas que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais, mas também valores sociais, éticos e culturais. Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais podem ser incorporados nas relações entre produção e consumo. (Darolt et. al. 2016, pag. 16).

Schneider e Ferrari (2015) destacam o surgimento de redes alternativas a partir da revalorização dos produtos, tendo como apelo a origem e a questão cultural atrelada.

Por conseguinte, para além de sua participação nos mercados coordenados pelas agroindústrias e/ou pelas redes de supermercados, estão surgindo redes alternativas de comercialização a partir da revalorização de processos e produtos com identificação de origem e apelo cultural. A agricultura familiar pode se apresentar em vantagem estratégica a partir da associação de seus produtos à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local. Nota-se a persistência e expansão dos mercados de proximidade, que se firmam pela reputação, mesmo em condições de comércio informal. Isso possibilita o estímulo de políticas locais como a aquisição de alimentos para a alimentação escolar e a criação de espaços para feiras livres e outras formas de venda direta, como “casas coloniais” e mercados públicos regionais. (Schneider e Ferrari, p.61, 2015a).

Os circuitos curtos possuem como ponto central a ideia de proximidade entre o agricultor e o consumidor, física ou relacional. Guzzatti, *et al.* (2014), expõem esta proximidade definindo circuito curto como a comercialização de produtos agrícolas com relações mais diretas entre agricultores e consumidores, sem intermediários, ou indireta, com a interferência de apenas um intermediário no processo.

Circuito curto é modo de comercialização de produtos agrícolas que busca o estabelecimento de relações mais diretas entre agricultores e consumidores. Circuito curto pode acontecer com a venda direta do produtor ao consumidor e também pela venda indireta, na condição de que haja apenas um único intermediário. (Guzzatti, *et al.*, 2014, p.366-367).

Guzzatti (2003, p.53) também observa que os agricultores familiares estão dispostos a compartilhar seu modo de vida, mantendo suas atividades econômicas, valorizando o ambiente e a cultura local, oferecendo produtos e serviços de qualidade.

Para Schneider e Ferrari (2015), as cadeias curtas apresentam diferentes dimensões:

- a) espacial, quando a distância que os alimentos percorrem entre a produção e o consumidor final é pequena;
- b) social, ao gerar contato direto entre produtor e consumidor, colocado por eles como relação face a face;
- c) econômica, ao criar mercados locais para produção.

Estes autores ainda colocam que as cadeias curtas buscam diminuir a ação de intermediários, desta forma, retomando o controle da venda pelos agricultores, que alcançam preços mais justos pelos seus produtos.

Renting, Marsden e Banks (2003) consideram três categorias de circuito curto:

- a) face a face, em que as relações produtores e consumidores são diretas, marcadas pelo contato pessoal (presencial ou pela internet), podendo ser citados os exemplos de venda direta, tendas rurais, feiras, entrega de cestas, além do comércio online;
- b) de proximidade, em que a distância entre produção e consumo permanece pequena, mas a venda não é marcada pela relação pessoal e consegue acessar mais consumidores, através de cooperativas de consumidores, marcas regionais, eventos especiais, mercearias e restaurantes locais e varejistas especializados;
- c) espacialmente estendida, é ainda mais abrangente, pois os produtos são vendidos fora do local da produção, até mesmo fora do país de origem, através de selos e códigos que transmitam uma informação portadora de valor que alcança o consumidor, como por exemplo, produtos de especialidades e do comércio justo.

Observa-se também em Schneider e Ferrari (2015), uma divisão das cadeias curtas alimentar:

Um primeiro tipo de cadeia curta acontece em relações face a face, como feiras livres, vendas a domicílio, casa do produtor, rotas temáticas. Um segundo tipo, de proximidade espacial, se verifica para os produtos produzidos nas pequenas agroindústrias rurais familiares, identificados e reconhecidos como “produtos coloniais”. Estes são vendidos nos mercados locais e regionais em pequenas casas de varejo, mercearias, restaurantes. A cadeia curta denominada espacialmente estendida se refere a produtos certificados, em geral orgânicos, redes em processo de expansão. (Schneider e Ferrari, 2015, p. 57).

O desenvolvimento de circuitos curtos permite ao consumidor ter papel mais ativo nas cadeias agroalimentares, buscar informações importantes do alimento, como saber o local de produção, quem produziu e a forma que foi produzido (Marsden, 2000).

Ao discutirem a concepção de circuitos curtos, muitos autores possuem em comum a ideia de aproximação geográfica e/ou relacional entre produtor e consumidor como elemento definidor de circuito curto. Relações nas quais a produção, o processamento, o comércio e o consumo de alimentos ocorrem em área geográfica definida (Kneafsey *et al.*, 2013) ou são capazes de engendrar alguma forma de conexão entre o consumidor e o produtor de alimentos (Marsden *et al.*, 2000).

Deve-se pensar o local como recorte de território, posto que conforme colocam Haesbaert e Limonad (2007), o território é uma construção histórica/social a partir de relações de poder nele inerentes, envolvendo, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico.

A constituição de circuitos curtos pode servir como fortalecimento de relações sociais em determinado território.

O circuito mais curto é aquele em que o produtor entrega diretamente o seu produto ao consumidor, chamado “venda direta”. Esses circuitos constituem capacidade de caracterizar o território e reforçar a especificidade dos produtos. Essas formas de venda, através da ligação mais estreita entre o território, o cliente e o produto, reforçam o caráter de proximidade da produção local, bem como a constituição de novos usos do território. (Rambo *et. al.*, 2019, p. 16).

As cadeias curtas possuem a capacidade de ressocializar ou reespecializar os alimentos, permitindo ao consumidor ter maior conhecimento sobre o produto promovendo um imaginário de maior valor agregado e qualidade do mesmo, além da maior demanda por produtos artesanais, agroecológicos entre outros.

Uma característica fundamental das cadeias de suprimentos curtas é sua capacidade de ressocializar ou reespecializar os alimentos, permitindo assim que o consumidor faça julgamentos de valor sobre a relativa desejabilidade dos alimentos com base em seu próprio conhecimento, experiência ou imagem percebida. Comumente, esses alimentos são definidos pela localidade ou mesmo pela fazenda específica onde são produzidos; e servem para extrair e aprimorar uma imagem da fazenda e/ou região como uma fonte de alimentos de qualidade. As cadeias de suprimentos "curtas" buscam redefinir a relação produtor-consumidor, dando sinais claros quanto à origem do produto alimentício. As cadeias de suprimentos curtas também são expressões de tentativas (ou lutas) de produtores e consumidores para corresponder a novos tipos de oferta e demanda. Notáveis aqui são os identificadores adicionais que vinculam o preço aos critérios de qualidade e à construção de qualidade. (Marsden *et al.*, 2000, p. 425, tradução nossa).

Esta reespecialização promovida pelas cadeias curtas alimentares possibilita a valorização do local, sendo que nesta escala territorial ocorre construção das relações entre produtores e consumidores, com este último obtendo maiores informações sobre a qualidade do produto comprado, valorizando a ética, a qualidade e a diferenciação dos alimentos.

Os circuitos curtos alimentares promovem através das vendas de produtos in natura ou minimamente processado, a Segurança Alimentar e Nutricional, em que alimentos com maior valor nutricional, diferente dos alimentos industrializados, podem chegar à mesa do consumidor.

Assim, além de a agricultura familiar ser um importante ator na promoção da SAN na sociedade em geral, é também geradora de SAN para as famílias dos agricultores, por meio da prática do autoconsumo. A produção diversificada de alimentos pela agricultura familiar apresenta uma qualidade nutritiva considerada superior aos alimentos industrializados, proporciona economia monetária e maior autonomia do agricultor frente ao contexto social e econômico, não havendo a necessidade de comprar alimentos, pois eles estão disponíveis na propriedade rural. O princípio do respeito aos hábitos alimentares ocorre uma vez que a família produz e consome alimentos que são de sua preferência, mantendo a bagagem cultural e histórica do território. (Pozzebon; Rambo; Gazolla, 2018).

A questão da SAN e da soberania alimentar, segundo Pedrada et al. (2022), está ligada aos circuitos curtos, ao estimularem a oferta local de alimentos de melhor qualidade nutricional. Ademais, os laços sociais entre produtores e consumidores se fortalecem.

Diante dos conceitos discutidos de circuitos curtos em que se apresenta como ponto central a questão da proximidade geográfica/relacional, este trabalho adota a proximidade geográfica como base de análise. Em complementação, cabe verificar até em que ponto a legislação do PNAE se mostra adequada à constituição ou fortalecimentos dos circuitos curtos de comercialização.

3.4 Política Pública de Compras Institucionais: O caso do PNAE

Ao se tomar a questão do SAN no Brasil, a AE pode ser considerada a política pública mais antiga, sendo também a mais abrangente na garantia do direito humano a alimentação saudável.

Em 1954, foi criado o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), a primeira denominação do PNAE. Este pretendia garantir a alimentação escolar nas escolas públicas de todo território nacional. Nos dias atuais este programa tem por objetivo atender toda a educação básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) matriculados em escolas públicas e filantrópicas, sendo atribuído a cada aluno um determinado valor por dia.

Para Turpin (2009), o Programa de Alimentação Escolar teve início na década de 1940 no Brasil, mas foi somente com o Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, instituindo a Campanha de Merenda Escolar, que se concretizou o PNAE. A criação deste programa tinha como objetivo melhorar principalmente o desenvolvimento pedagógico das crianças em idade escolar, objetivo presente também na Lei 11.947/2009.

Durante sua trajetória o programa assumiu diferentes nomes, em 1956 passou a ser denominado Campanha Nacional de Merenda Escolar; em 1965, Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE); passando a ser denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 1979 (BRASIL).

Cabe lembrar que desde sua criação até 1973, a execução do programa era centralizada, com o Governo Federal planejando o cardápio, adquirindo os alimentos e os distribuindo para todo o território nacional. Somente em 1994, através da Lei 8.913, houve a descentralização através da celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das secretarias de Educação dos estados e Distrito Federal, delegando competência para atendimento aos alunos de suas redes. Mas é com a Medida Provisória Nº 1.784, de 14/12/98, em que, além do repasse direto a todos os municípios e Secretarias de Educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios (FNDE, 2007).

Em 2000, a reedição da MP 1.784/98 criou o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), com participação do poder público, dos servidores públicos e da sociedade civil, com o objetivo de deliberar, assessorar e fiscalizar o PNAE. Já a Medida Provisória nº 2.178/2001 promoveu grandes avanços no Programa, um deles a orientação de que 70% dos recursos do governo federal fossem aplicados em produtos básicos, respeitando a cultura alimentar local e a vocação agrícola do município.

Mas a principal mudança ocorreu em 2009 através da Lei 11.947/2009, que consolidou normas dispersas da política, fortaleceu ainda mais a ideia de fornecimento de refeições com qualidade nutricional adequada aos estudantes e, de forma inovadora, estabeleceu uma obrigatoriedade de se comprar minimamente alimentos produzidos por agricultores familiares.

Diferentemente do PAA, o Artigo 14 do PNAE estabelece uma obrigatoriedade de gasto. Também tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento local, estabelecendo que se devam priorizar as compras de agricultores do próprio município. Isso não sendo possível, deve-se seguir a seguinte ordem de prioridade, compra de agricultores do território rural, do estado e de outros estados. (Oliveira, 2016, p. 47)

Essa lei traz consigo a concepção de alimentação escolar com maior qualidade nutricional e promotora do desenvolvimento local.

As ações de SAN no Brasil, entre elas o PNAE, foram fortalecidas a partir de 2003, sob o espírito do Programa Fome Zero. Elas se assentam em dois componentes básicos: o alimentar, relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento, e o nutricional, relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento, e, portanto, ao estado de nutrição da população (CONSEA, 2004). Ambos propõem um modelo de produção e consumo de alimentos mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores

familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre campo e cidade.

Segundo Kageyama; Hoffmann (2000), a renda dos agricultores familiares é claramente influenciada pela região em que se encontram.

O nível de renda e todos os indicadores de pobreza aparecem claramente influenciados pela região e pela pluriatividade e, provavelmente, por uma interação de ambos. Por exemplo, o fato de poder desempenhar atividades não-agrícolas no Sul ou em São Paulo deve favorecer incrementos da renda familiar de forma mais intensa do que a pluriatividade praticada no Nordeste ou em Tocantins. (Kageyama; Hoffmann, 2000, p. 16).

As questões socioeconômicas ligadas a empreendimentos familiares deixam claro a necessidade de mudanças no ambiente institucional, bem como a necessidade de criação de políticas públicas de apoio e viabilização de comercialização através da agricultura familiar.

De acordo com Mattei (2014), nas últimas décadas as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, principalmente da agricultura familiar ganharam espaço.

É neste contexto que nas duas últimas décadas as políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento rural, bem como aquelas políticas que têm interface com o mundo rural, tiveram forte impulso. Com isso, os instrumentos de políticas públicas voltadas ao público amplo da agricultura familiar ganharam espaço na agenda governamental, especialmente durante o Governo Lula (2003-2010). (Mattei, 2014, p.86)

A concepção de redes alternativas de alimento está presente na formulação da política brasileira de SAN neste século. No documento final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), define alimentação adequada e saudável como:

Alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero, raça e etnia e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados. (CONSEA, 2007, p. 26).

Desta forma ao se pensar em alimentação saudável, deve-se considerar diferentes fatores: nutricional, ambiental, cultural, de tradição, de sabor, entre outros elementos, ficando evidente a complexidade que carrega o imaginário de uma alimentação adequada e saudável.

No mesmo documento do CONSEA nota-se a preocupação em fortalecer os circuitos curtos como forma de proporcionar uma alimentação mais saudável ao alunado.

Garantir a toda a população escolar uma alimentação adequada e saudável, dando as condições legais e necessárias para a compra e venda de produtos oriundos da agricultura familiar local, preferencialmente dos sistemas produtivos de base

agroecológica, do agroextrativismo e de pequenos fornecedores urbanos, com controle social, aprovando o decreto de alteração do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) que cria a modalidade de compra direta da agricultura familiar com recursos financeiros do PNAE. (CONSEA, 2007, p. 29).

No Brasil, o PNAE é o principal programa na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), cujos propósitos valorizam o princípio da alimentação saudável (SOUSA et. al., p. 226, 2022).

Além da vinculação à qualidade nutricional da AE, o A14, aos moldes do propugnado, inicialmente, pelo PAA, procura garantir uma remuneração melhor aos agricultores familiares. O PAA depende de dotação orçamentária estabelecida para determinado ano, bem como, a participação de estados e municípios não é compulsória, tornando-se restrito a alguns municípios e regiões do Brasil, conforme observado por Cunha, Freitas e Salgado (2017, p. 432).

Nesse sentido, o A14 a lei do PNAE se mostra mais eficiente, pois tem uma vinculação orçamentária garantida e sua execução é compulsória, em princípio, para todos os entes federados que recebem recursos do FNDE para execução de ações de alimentação escolar.

O PNAE cria demanda constante de compra para o agricultor produzir durante 10 meses por ano (200 dias letivos), enquanto o PAA depende de aprovação de projetos, em que nem todos os municípios são atendidos; quando o são, a vigência é de 12 meses (365 dias ao ano). (Cunha; Freitas; Salgado, 2017, p.432)

Outro fator a ser relevante diz respeito à forma de aquisição dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar. A lei 11.947/2009 em seu artigo 14 ao estabelecer que no mínimo 30% das compras realizadas através dos recursos repassados pelo FNDE, determina através do §1º que a aquisição possa ser realizada dispensando o processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local. Desta forma, é necessário que a EE realize uma pesquisa de preço, observando os preços de pelo menos três fornecedores locais. No caso de pequenos municípios que encontrem dificuldades neste processo, a pesquisa pode ser realizada através de instituições oficiais como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e as Centrais de Abastecimento (CEASA). Com o preço fixado, a EE deve proceder a Chamada Pública, em que anuncia a intenção de compras para a AE.

A regulamentação sobre as compras através da AF surge com a resolução FNDE 38/2009, promovendo critérios para a participação e desempates nas Chamadas Públicas bem como para desempate na participação. Em seu artigo 21 determina que as compras realizadas ocorram através das CPs, priorizando fornecedores de acordo com sua localização, conforme a ordem a seguir: local, regional, estadual ou nacional (FNDE,2009). O artigo 22 relaciona a documentação necessária para os agricultores participarem, sendo que um documento é a

Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou seu sucedâneo criado em 2017, através do Decreto 9.064, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Para além da documentação necessária, outros critérios também são fixados como forma de desempate. É dada prioridade para determinados grupos sociais, sendo estes: assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Em seu parágrafo único estabelece uma ordem de prioridade, observando o grau de formalidade da organização produtiva de acordo com a seguinte ordem: Grupos Formais (Cooperativas/Associações), Grupos Informais e Fornecedores Individuais. Através da Resolução 6/2020, houve alteração nos critérios de desempate, mas estes são posteriores ao recorte temporal aqui estabelecido.

O PNAE passou a incorporar junto, especialmente, com o Pronaf, 1996, e o PAA, 2003, um conjunto de leis e normas com preocupação com os recursos naturais, bem como favorecer a agricultura familiar e as redes alternativas de alimentação, conforme exposto por Vila Real, Schneider, (2011).

Essa articulação das compras de alimentos do PNAE com os produtos advindos da agricultura familiar traz inúmeras vantagens para a promoção do desenvolvimento rural e da educação: transferência de renda diretamente aos produtores do entorno com as compras locais; a aproximação entre os produtores de alimentos com os consumidores - no caso, os alunos das escolas adquirentes, possibilidade de vitalização de circuitos locais de produção, propiciando o aquecimento da economia local e regional. No que tange à produção, diversifica a pauta de produtos, há um aumento da produção de alimentos para o consumo, preservando recursos naturais. (Vila Real; Schneider, 2011, p. 70)

O PNAE, ao priorizar as compras de alimentos da AF local, dando preferência a agricultores do próprio município, fortalece a criação de circuitos curtos alimentares, tentando promover maior aproximação entre o produtor local e o poder executivo municipal, responsável pela compra dos alimentos. Assim, utilizando-se dos recursos repassados pelo FNDE para compra da AE de agricultores do próprio município, promove-se o fortalecimento da economia local. Também se estimula a inserção nas escolas de alimentação que respeite a cultura, tradição e hábitos alimentares saudáveis e locais conforme disposto no artigo 2º da Lei do PNAE.

O PNAE busca-se também favorecer a compra de produtos orgânicos conforme artigo 2º, inciso V da Lei do PNAE de 2009, apoiando o desenvolvimento sustentável e contribuindo também para uma alimentação mais saudável, conforme Camargo, Baccarin e Silva (2016, p. 52):

Nesse sentido, programas de políticas públicas intersetoriais que estimulam e intermedeiam o acesso dos produtores familiares aos mercados institucionais locais, como é o caso do PAA e PNAE, possibilitam uma maior aproximação entre os conceitos de segurança e soberania alimentar ao adicionar aos quesitos quantidade, qualidade e sustentabilidade a priorização do alimento produzido localmente e necessariamente por produtores familiares.

No que se refere às relações com agricultores familiares e fortalecimentos dos circuitos curtos, a execução do PNAE vem encontrando dificuldades. Segundo Guzzati *et al* (2014), o PAA e PNAE fortaleceram a venda direta dos produtos da agricultura familiar, porém, na maioria dos casos não há aproximação do produtor com as instituições que compram os produtos, havendo um distanciamento entre produtores e os compradores.

O processo para os agricultores familiares participarem e permanecerem como participantes PNAE tem se mostrado árduo, o que leva a imaginar que haja um longo caminho na adequação do PNAE a diferentes realidades dos municípios. Em específico no que se refere à adequação das chamadas públicas lançadas pelas prefeituras à realidade dos agricultores locais.

Por outro lado, várias pesquisas têm verificado dificuldades para o agricultor acessar e permanecer neste mercado. Isso se relaciona a questões operacionais, estruturais e políticas como a organização dos agricultores, a dificuldade de logística, os preços pagos pelos produtos, a falta de formação e informação dos atores envolvidos, a falta de documentação dos agricultores, a desconfiança dos mesmos em relação ao poder público, a informalidade das agroindústrias, as estruturas inadequadas nas escolas, a falta de articulação entre os gestores e os agricultores e celeumas políticas (Baccarin *et al.*, 2017, p. 105)

Outras legislações também trazem dificuldades para a participação de agricultores familiares no PNAE, como as exigências sanitárias, em especial de produtos da pecuária, posto que são muito difíceis do pequeno produtor conseguir atender.

O PNAE apresenta potencial para fortalecer a conexão entre o consumo e a produção para além da realidade escolar, como uma alternativa ao modelo de produção hegemônico (monocultivo em grandes propriedades rurais) e possibilita a concepção de novas relações entre consumidores e produtores. Contudo, a formalização dos agricultores familiares é pautada em exigências legais e sanitárias muitas vezes não condizentes com a realidade do pequeno empreendimento rural e não permite a consolidação de novos arranjos produtivos locais. (Rossetti *et. al.*, 2016, p. 914).

Outra questão política a ser observada é a relação cooperação/conflito entre os entes federativos encarregados da execução do PNAE, sendo que na década de 1990, firmou-se um acordo administrativo no qual o papel da União é de estabelecer as diretrizes gerais, distribuir recursos aos estados e municípios e fiscalizar a execução do programa. Aos estados e municípios e, em casos menos significativos, às direções de escola cabe organizar o cardápio, realizar as compras e gerenciar a confecção e distribuição da AE.

O gerenciamento das verbas repassadas pelo FNDE ocorre de duas formas, a primeira em que as prefeituras recebem diretamente as verbas gerenciando-as, inclusive, em escolas estaduais, no caso do estabelecimento de convênios com governos estaduais. Na segunda, o gerenciamento é realizado diretamente pelas secretarias estaduais de educação, controlando a AE em escolas sobre sua gestão direta.

No estado de São Paulo, há duas formas de gerenciamento da AE nas escolas estaduais. Na centralizada, o Estado, com recursos federais e estaduais, é responsável direto pela compra e distribuição de alimentos, atendendo 2,6 milhões de alunos de escolas em 100 municípios paulistas. Na descentralizada, após ser firmado convênio, é feito repasse de verbas para que os municípios adquiram os alimentos e atendam 1,4 milhão de alunos de escolas estaduais localizadas em 545 municípios paulistas, números estes de 2019. Entre 2011 e 2019, a forma centralizada ganhou importância, com municípios rompendo convênios com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEESP (SÃO PAULO, 2019).

Em relação à Lei do PNAE, mais especificamente em seu A14, com 15 anos de existência, considera-se prudente supor que a coesão dos entes federativos em sua execução é mais frágil e que há mais resistência de estados e municípios para que a determinação federal compulsória, dos 30%, seja de fato atingida. Outra questão são as dúvidas sobre a capacidade dos agricultores familiares de determinada região se organizarem para pressionar o poder público a substituir a forma de compra dos produtos para AE em seu favor, em detrimento das empresas alimentícias tradicionais. Estas conseguem fornecer produtos mais processados, facilitando a manipulação pelos serviços municipais de alimentação escolar.

Uma análise mais aprofundada de como ocorrem as relações de compras institucionais através dos agricultores familiares e suas organizações dará melhor entendimento se a Lei do PNAE, especialmente seu A14, estão sendo atendidos pelos municípios que compõe cada RA, bem como o estado de São Paulo como um todo. Será possível verificar, em suma, se a legislação está colaborando com o fortalecimento dos chamados circuitos curtos de comercialização de alimentos.

4. METODOLOGIA

Para a investigação da temática, são utilizados dados bibliográficos, documentos oficiais e legislações, que permitiram uma abordagem qualitativa e quantitativa das redes estabelecidas na execução do PNAE pelos municípios de São Paulo.

Sobre os materiais bibliográficos foi realizada uma seleção e leitura de textos ligados aos temas: PNAE; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional; Territorialidade e Redes de Comercialização. Neste caso, deu-se especial atenção à constituição dos circuitos curtos de comercialização.

Álvares Castaño et al (2015) propõem uma “Metodologia para a avaliação alimentar e nutricional sob uma perspectiva de equidade” para programas públicos de AE. Nesta metodologia são apontadas diferentes dimensões a serem avaliadas. Optou-se na presente Tese

por indicar uma dimensão para avaliação chamada de Gestão Municipal do Programa de Compras Institucionais (GMP).

Quanto à GMP, verificam-se questões como o nível de cumprimento do Artigo 14, a procedência dos alimentos comprados, os tipos de produtos adquiridos, com destaque ao seu nível de processamento, os preços praticados. Também se levantaram informações sobre a forma de participação dos agricultores, se individual ou coletiva.

Esta metodologia vai ao encontro do que propõe o artigo 14, buscando melhorar a renda do agricultor familiar, promover alimentação mais saudável para os alunos, fortalecer os circuitos curtos de comercialização agroalimentares, desta forma, possibilitando o desenvolvimento local.

Foram acessados documentos das prefeituras paulistas encaminhados ao FNDE, basicamente as Prestações de Contas da Alimentação Escolar de 2018, no sistema SIGPC público. Mais especificamente foi acessado o ícone Documentos de Despesas e as informações contidas nas prestações de contas de cada município foram agrupadas em tabelas do Excel, sendo este agrupamento realizado por Região Administrativa. Verificou-se divergências em parte dos municípios referentes ao valor de aquisição da agricultura familiar informados pelo FNDE, com os extraídos no Sistema SIGPC-Público, com esses sendo os que foram usados.

A partir do levantamento realizado, verificou-se que dos 645 municípios que compõem o estado de São Paulo, 470 ou 72,9% possuem dados consolidados nas prestações de contas da AE de 2018.

As informações aí contidas permitem verificar o tipo, quantidade e valor pago por produto adquirido, o nome e documentação do fornecedor do produto, além de informações contábeis.

De posse da identificação do fornecedor foi realizada uma busca, através do nome, CNPJ e CPF, do seu município de origem. Os fornecedores foram classificados em individuais ou organizações (associações e cooperativas). A confirmação da natureza de agricultor familiar se deu através da consulta aos sites da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (BRASIL, 2017). Na sequência, com auxílio do programa Python buscou-se também a RA (ou estado) do município fornecedor e a RA do município comprador.

Percebeu-se que um número significativo dos fornecedores, embora registrados como agricultores familiares, de fato, não apresentavam essa condição. Nesse caso, eles foram classificados como comércio. No capítulo dos resultados deixa-se claro quando se usam os dados totais ou com a exclusão das compras realizadas no comércio. Embora haja a impressão

de que foram feitos registros indevidos de compra indevidas, o fato das prestações de contas terem sido aprovadas pelo FNDE indica que esse não foi o seu entendimento.

Os alimentos listados na prestação de contas foram classificados de acordo com o grau de processamento, a partir da proposta estabelecida Monteiro et al (2010). Esses autores definem os seguintes grupos: Grupo 1: alimentos in natura - que não sofreram nenhuma alteração e minimamente processado - que passaram por alterações mínimas, como limpeza, moagem, congelamento, entre outros; Grupo 2: ingredientes culinários processados - utilizados para cozinhar e temperar alimentos, como óleo, sal, açúcar, entre outros; Grupo 3: alimentos processados - com a adição de sal, açúcar ou outro ingrediente, por exemplo, queijos e conservas; Grupo 4: alimentos ultraprocessado - combinam ingredientes extraídos de diversos alimentos com aditivos como corantes, aromatizantes e outros. Procedeu-se uma pequena adaptação, considerando-se separadamente os alimentos in natura do minimamente processado.

Em termos de abrangência física da comercialização, são considerados quatro tipos de circuitos de compras: do próprio município, da própria região, de outras regiões do estado de São Paulo, de outros estados. Esse ponto merece uma discussão mais cuidadosa.

Sob o ponto de vista da proximidade física, em distância, entre agricultor e consumidor, pode-se indagar como seriam determinados os limites geográficos dos circuitos curtos. Até onde se percebe, não há discussão mais detalhada na literatura, com alguns sugerindo que deveria ser considerado um raio de 170 KM para a conformação do circuito curto (Conterato *et al.*, 2024).

Na presente Tese, adota-se a simplificação de considerar o circuito curto como conformado pelos municípios pertencentes a determinada Região Administrativa. Está se supondo que as características sociais, geográficas e econômicas das RA lhe dão certa homogeneidade, que propicia interações específicas entre seus agricultores e consumidores, indo além da simples distância física. Sugere-se que esse ponto seja mais bem desenvolvido em outros estudos.

Na Figura 1 são apresentadas as 16 RAs de São Paulo, existentes em 2018. Sua listagem, em ordem alfabética e com o número respectivo de municípios que contêm é a seguinte: Araçatuba (43 municípios), Barretos (19 municípios), Bauru (39 municípios), Campinas (90 municípios), Central (26 municípios), Franca (23 municípios), Itapeva (32 municípios), Marília (51 municípios), Presidente Prudente (53 municípios), Registro (14 municípios), Ribeirão Preto (25 municípios), Santos (9 municípios), São José do Rio Preto (96 municípios), São José dos Campos (39 municípios), Sorocaba (47 municípios) e Região Metropolitana de São Paulo (39 municípios).

Figura 1 - Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.



Fonte: São Paulo (Estado). Secretaria da Fazenda e Planejamento.

5. RESULTADOS

A tabela 1 revela o potencial de compra de produtos da agricultura familiar nas diversas regiões paulistas. Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) está concentrada quase metade do alunado paulista, seguida por Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos. São regiões que formam um *continuum* geográfico, a chamada macro metrópole paulista, em que estão 78,8% dos alunos do Estado. Pelo grande número de consumidores e por facilidades logísticas, tal região atrai o interesse dos fornecedores para alimentação escolar, especialmente as associações e cooperativas com grande capacidade de entrega de volume expressivo de produtos (Bueno, 2020).

Nas outras 11 regiões, dispersas por todo o Estado, o número de alunos é bem menor, com Registro ou o Vale do Ribeira registrando apenas 0,8% de todo o alunado, o menor de todas as RAs. As regiões com menos alunos tendem a não atrair o interesse de grandes fornecedores. Ademais, sua capacidade de compra reduzida significa pequena capacidade de injetar recursos financeiros, via PNAE, na agricultura regional, de forma a ter efeito pouco significativo no desenvolvimento local. Contudo, por serem, no mais das vezes, regiões com grandes produções agrícolas, elas podem procurar acessar os mercados mais promissores com maior número de alunos.

Tabela 1 –Regiões Administrativas do estado de São Paulo e números de estudantes atendidos pelo PNAE, ordem decrescente, 2018.

Região	Alunos		Região	Alunos	
	Número	%		Número	%
RMSP	3.936.328	47,9	Marília	181.648	2,2
Campinas	1.214.336	14,8	Central	179.558	2,2
Sorocaba	504.552	6,1	Pres. Prudente	152.287	1,9
São José Campos	462.577	5,6	Franca	140.478	1,7
Santos	357.204	4,3	Araçatuba	136.215	1,7
São José Rio Preto	256.942	3,1	Itapeva	119.615	1,5
Ribeirão Preto	231.050	2,8	Barretos	81.925	1,0
Bauru	202.011	2,5	Registro	63.812	0,8

Fonte: FNDE (2018).

Na prática, evidencia-se uma dificuldade para a constituição dos circuitos curtos de produção no PNAE. Nas regiões com compras relativamente pequenas, seus agricultores tendem a depender da venda para regiões maiores, não necessariamente próximas geograficamente. Ademais, a venda para regiões distantes tende a necessitar de intermediação de associações ou cooperativas, responsáveis pelos contatos comerciais e pelo acompanhamento do processo formal de compra do Artigo 14. Como visto no capítulo 3, o circuito curto pode ser considerado a partir da distância entre comprador e vendedor, necessariamente pequena, ou pela participação de apenas um intermediário na comercialização dos alimentos.

Por seu lado, as regiões com grande potencial de compras, normalmente muito urbanizadas, podem necessitar de produtos de fora do seu território, dada a exiguidade da produção local. E, como já afirmado, a venda para essas regiões tende a ser de interesse de grandes fornecedores (em especial, as cooperativas de agricultores familiares), que podem superar distância considerável entre produção e consumo, à medida que apresentam grandes escalas produtivas. Some-se a isso a possibilidade desses grandes fornecedores entregarem produtos já processados, facilitando o manuseio pelos serviços de alimentação escolar.

A tabela 2 apresenta a matriz de compras e vendas pelas RAs paulistas, incluindo as do comércio. Na vertical encontram-se os locais das compras, incluindo a de outros estados. Na horizontal são mostrados os destinos das vendas dos agricultores familiares de cada RA. Neste caso, há uma lacuna, a de não se registrar as eventuais compras por serviços de alimentação escolar de municípios de outros estados de agricultores paulistas, o que exigiria a análise dos processos de compra de todos os municípios brasileiros, além do escopo do trabalho. Também não se analisaram as compras feitas pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

Tabela 2 - Participação das regiões administrativas do estado de São Paulo nas compras (vertical) e nas vendas (horizontal) do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em milhões de reais, 2018.

Reg.	AR	BA	BU	CA	CE	FR	IT	MA	PP	RMSP	RE	RP	SA	SRP	SJC	SO	OE	Total
AR	2,6	0,1	-	3,6	-	0,7	-	0,2	-	5	-	0,8	0,3	0,2	0,2	0,6	-	14,1
BA	-	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	2,3
BU	0,1	-	2,1	0,4	-	-	-	-	-	0,4	-	-	-	0,2	-	0,1	-	3,4
CA	-	-	-	12,6	-	0,2	-	-	-	0,6	-	0,1	-	-	-	0,3	0,1	13,8
CE	-	0,1	-	1,2	2,7	-	-	-	-	0,9	-	0,4	-	-	-	0,2	-	5,6
FR	-	-	-	-	-	1,6	-	-	-	-	-	1,1	-	-	-	-	-	2,8
IT	-	-	-	1,4	-	-	3,5	0,3	0,1	0,8	-	-	0,2	-	0,2	1,1	-	7,6
MA	-	-	-	-	-	-	-	4,3	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	4,5
PP	0,2	-	0,2	0,9	0,2	-	-	0,2	4,1	0,3	-	-	0,4	-	-	-	-	6,5
RMSP	-	-	-	0,3	-	-	-	-	-	10,2	-	-	0,1	-	-	0,2	0,1	11
RE	-	-	-	0,9	-	-	-	-	-	28,5	1,5	-	0,7	-	0,4	0,1	-	32,1
RP	-	-	-	-	-	0,3	-	-	-	0,1	-	2,2	-	-	-	-	-	2,7
SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-	0,3	-	-	-	-	0,4
SJRP	0,5	0,5	0,1	1,1	0,1	0,4	-	-	0,1	0,7	-	0,4	-	8,4	-	0,8	-	13,1
SJC	-	-	-	-	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,7	-	-	2,6
SO	0,2	-	0,2	0,2	-	-	-	-	-	2,2	0,1	-	-	-	-	9,1	0,1	12,3
OE	-	0,1	0,5	8,3	-	1,3	0,1	0,9	-	19,3	-	0,8	1	-	0,7	0,4	0,3	33,8
Total	3,5	3	3,2	30,9	4	4,6	3,7	5,9	4,5	69,2	1,6	6	2,9	8,9	3,1	12,8	0	168,6

Fonte: FNDE

OBS: AR – Araçatuba; BA – Barretos; BU – Bauru; CA – Campinas; CE – Central; FR – Franca; IT – Itapeva; MA – Marília; PP – Presidente Prudente; RMSP – São Paulo; RE – Registro; RP – Ribeirão Preto; SA – Santos; SJRP – São José do Rio Preto; SJC – São José dos Campos; SO- Sorocaba; OE – Outros estados.

As duas RAs com maiores vendas de seus agricultores familiares no estado são Registro, com R\$ 32,1 milhões e Araçatuba, com R\$ 14,1 milhões. Em Registro, o total de compras pelas suas prefeituras municipais alcançou R\$ 1,6 milhão, ou seja, 5,0% do que seus agricultores familiares venderam para AE. Em Araçatuba, a compra local foi de R\$ 3,5 milhões, 24,8% da venda de seus agricultores. Nas duas regiões, as compras locais são bem menos importantes que as feitas por prefeituras de outras regiões.

Após Registro e Araçatuba, as regiões cujos agricultores mais venderam para AE foram Campinas, R\$ 13,8 milhões, São José do Rio Preto, R\$ 13,1 milhões e Sorocaba, R\$ 12,3 milhões, as três com extensas áreas de terra. Em Campinas, as compras das prefeituras locais representaram 226,8% da venda de seus agricultores. Em Sorocaba, os volumes de vendas dos agricultores e de compras das prefeituras foram bastantes próximos. Em São José do Rio Preto, as vendas dos agricultores superaram em 47,2% as compras das prefeituras locais.

É importante acrescentar que R\$ 33,7 milhões de compras, ou 20,0% do total comprado pelas prefeituras paulistas, foram realizadas de agricultores de outros estados com predominância, como será visto adiante, do Rio Grande Sul. Essas compras em R\$ 27,7 milhões ou em 82,2% concentraram-se na Região Metropolitana de São Paulo e em Campinas, em que estavam matriculados 72,7% do alunado paulista em 2018 (tabela 1).

Em Campinas, o total das compras de seus agricultores pelas prefeituras locais alcançou R\$ 12,7 milhões (próximo à venda total de seus agricultores, de R\$ 13,8 milhões), representando 40,6% do total de R\$ 31,3 milhões comprados para alimentação escolar. Entre as outras regiões fornecedoras para Campinas, destaque-se Araçatuba, com R\$ 3,6 milhões ou 11,5% das compras. Das demais regiões do estado, nenhuma merece maior destaque no fornecimento de alimentos para Campinas, enquanto de agricultores de outros estados foram adquiridos R\$ 8,4 milhões, ou 26,8%.

No caso da RMSP, do total de R\$ 69,2 milhões comprados pelas suas prefeituras, apenas R\$ 10,2 milhões ou 14,7% foram provenientes de agricultores locais. Predominaram as compras feitas junto aos agricultores de Registro, em valor de R\$ 28,5 milhões ou 41,2% do total. Esclareça-se que RMSP e Registros são regiões vizinhas, não necessariamente descaracterizando tal comércio como de circuito curto de produção. As compras feitas pela RMSP de Campinas, Santos, São José do Campos e Sorocaba, outras regiões limítrofes, somaram R\$ 2,8 milhões ou 4,0%. Somando as compras dos próprios agricultores e das regiões próximas isso resulta em 59,9% em circuitos curtos de comercialização. Outros 41,1% dos gastos se efetivaram junto a agricultores de regiões mais distantes, inclusive de outros estados, com participação de 27,9%, percentualmente, um pouco acima do verificado em Campinas.

A seguir são detalhados os processos de execução do Artigo 14 em cada uma das regiões administrativas do estado de São Paulo. Inicia-se pela RMSP e Campinas, as maiores compradoras, seguidas por Registro e Araçatuba, as maiores vendedoras. A seguir, discorre-se sobre Sorocaba, em que se verificou forte equilíbrio entre o volume comprado e vendido para o PNAE. Após, as demais RAs são analisadas em ordem alfabética.

5.1. Região Metropolitana de São Paulo

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 39 municípios, apresentados na tabela 3, com população de 21.571.281 milhões, a mais populosa entre as 16 RAs e equivalente a 47,4% da população do estado de São Paulo (IBGE, 2022). O município de São Paulo sozinho possui pouco mais de 50% da população da região. Os números deixam explícito que a RMSP tem grande poder de compra, atraindo o interesse dos agricultores familiares que fornecem para AE.

Tabela 3 – Relação de municípios e respectivas populações da RMSP, por ordem decrescente, 2022.

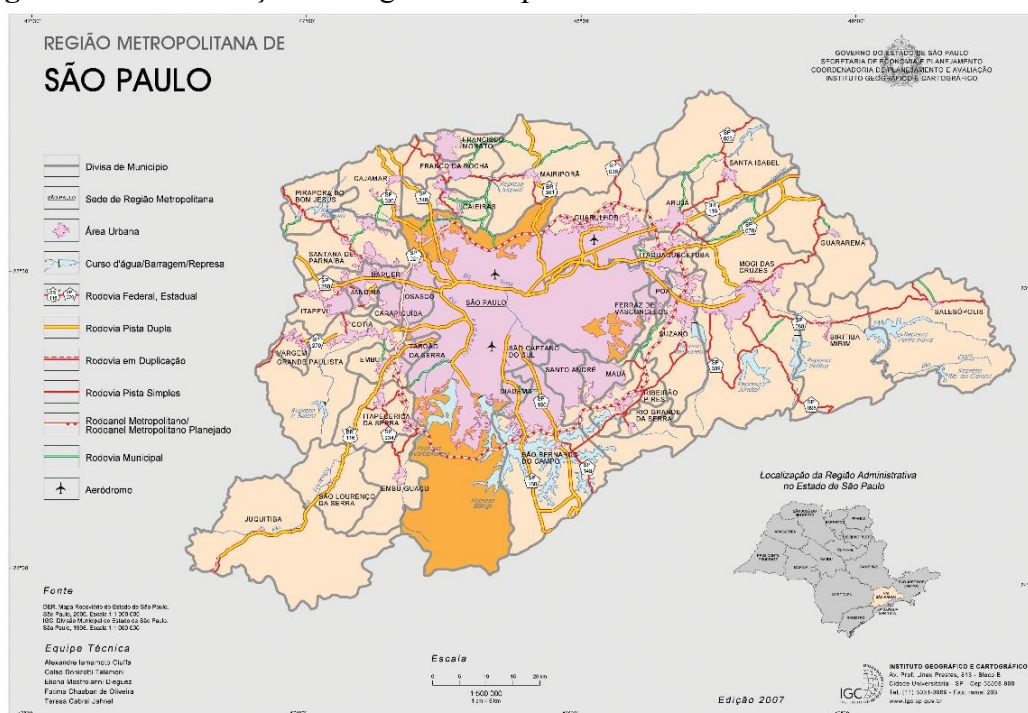
Município	População	Município	População
São Paulo	12.176.866	Franco da Rocha	152.433
Guarulhos	1.365.899	Santana de Parnaíba	136.517
São Bernardo do Campo	833.240	Jandira	123.481
Santo André	716.109	Ribeirão Pires	122.607
Osasco	696.850	Poá	116.530
Mauá	468.148	Caieiras	100.129
Mogi das Cruzes	440.769	Mairiporã	98.374
Diadema	420.934	Arujá	88.455
Carapicuíba	398.611	Cajamar	75.638
Itaquaquecetuba	366.519	Embu-Guaçu	68.856
Suzano	294.638	Santa Isabel	56.792
Taboão da Serra	285.570	Vargem Grande Paulista	51.702
Barueri	271.306	Rio Grande da Serra	50.241
Embu	270.843	Biritiba-Mirim	32.251
Cotia	244.694	Juquitiba	31.235
Itapevi	234.352	Guararema	29.451
Ferraz de Vasconcelos	191.993	Pirapora do Bom Jesus	18.604
Francisco Morato	174.008	Salesópolis	17.022
Itapeçerica da Serra	173.672	São Lourenço da Serra	15.667
São Caetano do Sul	160.275	Total	21.571.281

Fonte: IBGE (2022).

Sua conformação é apresentada na Figura 2. Sua área é de 7.946,8 Km², pouco acima de 3% da área do Estado, com uma densidade populacional de 2.674,3 habitantes/Km²

(SEADE, 2021). Apesar da forte urbanização, há uma produção agrícola importante em sua área, em especial de olerícolas.

Figura 2 – Conformação da Região Metropolitana de São Paulo no estado de São Paulo.



Fonte: IGC (2025).

Segundo Rocha, Pereira e Baccarin (2024, p. 8), na RMSP “[...] a maior parte dos estabelecimentos dedica-se a atividades econômicas condizentes com a oferta dos produtos mais demandados na AE e, portanto, podem ser contemplados nas CP (chamadas públicas).” Dessa forma, é possível que a AF seja beneficiada por meio das CP, mas, para isso, é preciso que haja a conscientização dos gestores que organizam as CP e dos profissionais da nutrição, para alinharem a produção local com a demanda de produtos requeridos. A característica agropecuária dos agricultores da região, produtores de hortaliças, frutas e legumes, condiz com as premissas da Lei do PNAE, de valorização da produção local e da qualidade da alimentação dos alunos.

Ao se pensar na Lei do PNAE, levantam-se alguns pontos a serem analisados, como proximidade entre a EE e o local de produção, nível de processamento do alimento e cumprimento do mínimo de compras da AF estabelecido pelo A14. Desta forma, pode-se verificar como se configuram as relações de compras de produtos da AF e suas organizações para AE pelos municípios da RMSP, bem como do local onde ocorre a produção.

Ao se observar os municípios da RMSP, verifica-se que o grande número de estudantes acaba concentrado no município de São Paulo, que possui pouco mais de dois milhões de estudantes, representando 52,1% da região, conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Relação de municípios da RMSP e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
São Paulo	2.051.435	Santana De Parnaíba	31.291
Guarulhos	265.088	Poá	29.976
São Bernardo Do Campo	148.106	São Caetano Do Sul	28.741
Osasco	131.320	Ribeirão Pires	23.433
Santo André	104.148	Jandira	22.739
Mogi Das Cruzes	89.265	Arujá	20.076
Barueri	88.604	Caieiras	19.519
Diadema	88.277	Cajamar	18.102
Itaquaquecetuba	81.959	Mairiporã	16.915
Carapicuíba	78.462	Embu-Guaçu	16.315
Mauá	77.282	Santa Isabel	12.075
Suzano	67.481	Vargem Grande Paulista	9.943
Embu	61.031	Rio Grande Da Serra	8.675
Taboão Da Serra	55.968	Juquitiba	7.624
Itapevi	53.296	Guararema	7.148
Cotia	50.620	Biritiba Mirim	5.987
Francisco Morato	42.708	Pirapora Do Bom Jesus	5.187
Itapeverica Da Serra	38.274	Salesópolis	3.691
Ferraz De Vasconcelos	37.936	São Lourenço Da Serra	3.292
Franco Da Rocha	34.339	Total	3.936.328

Fonte: FNDE (2018).

Em 19 municípios observou-se uma diferença entre os valores de compras apresentados diretamente pelo FNDE e os obtidos no SIGPG-Público, optando-se pelo uso desses últimos, posto que eles possuem maior detalhamento das aquisições.

Verifica-se que nove municípios não fizeram compras da agricultura familiar, nem apareceram na tabela de repasse do FNDE. São eles Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Francisco Morato, Itapevi, Itaquaquecetuba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e São Lourenço da Serra. Há duas prováveis explicações para este fato, tais municípios estavam com problemas de prestação de contas junto ao FNDE e tinham seus repasses para AE glosados; seus serviços de AE eram todos gerenciados pelo Governo do Estado.

Dos municípios com prestação de contas junto ao FNDE, percebeu-se que o total de gastos com agricultura familiar foi de R\$ 69.174.335,66, ou 42,4% dos repasses para AE. Contudo, uma parte desses gastos foi executada junto a empresas comerciais, fato constatado em 10 municípios: Rio Grande da Serra que apresentava um percentual de compra de 73,3%, diminuindo para 11,3%, São Paulo, de 45,8% para 34,0%, Poá, de 44,3% para 22,7%, Diadema, de 32,6% para 30,7%, Arujá, de 58,0% para 35,2%, São Bernardo do Campo, de 51,5% para

47,4%, Guarulhos, de 59,2% para 53,9%, Suzano, de 38,5% para 38,2%, Juquitiba, de 18,6% para 18,4% e Santa Isabel, de 10,4% para 10,3%, esses três últimos com queda inexpressiva.

Fazendo a correção, o gasto efetivo dos municípios da região com agricultura familiar somou R\$ 56.945.083,63 ou 33,7% do repasse do FNDE. Na Tabela 5, os municípios são classificados por faixas de compras.

Tabela 5 – Distribuição dos municípios da RMSP de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	9	23,1	-	-	-	-
0,01 a 10%	2	5,1	4.850.237	3,0	243.006	0,4
10 a 20%	8	20,5	7.135.130	4,4	974.148	1,7
20 a 30%	4	10,3	7.199.157	4,4	1.961.047	3,5
30 a 50%	13	33,3	136.260.153	83,5	48.484.404	85,9
mais de 50%	3	7,7	7.835.644	4,8	4.779.804	8,5
Total	39	100,0	163.280.321	100,0	56.442.409	34,6

Fonte: FNDE (2018).

Dois municípios da RMSP compraram menos de 10% da agricultura familiar, Ferraz de Vasconcelos e Barueri; oito municípios compraram entre 10% e 20%: Caieiras, Embu, Franco da Rocha, Itapeverica da serra, Juquitiba, Salesópolis, Santa Isabel e Rio Grande da Serra; quatro, entre 20% e 30%: Guararema, Mauá, Poá e Taboão da Serra; treze, entre 30% e 50%: Arujá, Diadema, Embu-Guaçu, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Ribeirão Pires, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, Suzano, Vargem Grande Paulista; e três municípios compraram acima de 50%: Biritiba Mirim, Guarulhos, Jandira. Ressalta-se que Biritiba Mirim comprou 119,4%, o que indica que além de todo o recurso repassado pelo FNDE, utilizaram-se recursos próprios municipais.

Ao analisar o total de compras da AF para AE, verifica-se uma forte concentração de compras por parte de seis municípios, o de São Paulo, sozinho representou 57,7% das compras da RMSP, em segundo lugar São Bernardo do Campo, com 7,4%, Guarulhos, com 6,3%, Mogi das Cruzes, com 4,3%, Suzano, com 4,2%, Santo André, com 3,9%. Na sequência, um município comprou entre 2% e 3% do total da região, cinco municípios, entre 1% e 2% e 18 municípios, menos de 1%. Observa-se que os municípios que mais compraram são aqueles com maior número de estudantes e, conseqüentemente, maior demanda de produtos alimentícios.

Em relação ao nível de processamento dos produtos comprados da AF para AE, conforme a tabela 6, verifica-se que parte das informações que deveriam constar na Relação de Documentos de Despesa retirada do SIGPC-Público não são apresentados. Assim, em muitas

prestações de contas não foi possível observar o grau de processamento dos produtos, o que alcançou R\$ 24.164.613,72 ou 42,8% do total de recursos repassados pelo FNDE.

Tabela 6 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RMSP, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	13.138.566,36	23,3
Minimamente Processado	6.939.205,24	12,3
Processado	4.486.240,45	7,9
Ultraprocessado	7.625.723,57	13,5
Ingrediente Culinário	88.060,00	0,2
Sem descrição do item	24.164.613,72	42,8
Total	56.442.409,34	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Pode-se verificar que alimentos in natura e minimamente processados concentram 35,6% dos produtos, sendo 23,3% in natura e 12,3% minimamente processados. Observando apenas os dados passíveis de análise, considera-se que a região busca atender o A14 em relação a compra com o mínimo de processamento, procurando promover alimentação mais saudável e adequada para os educandos. Já os produtos processados representaram 7,9% e os altamente processados, 13,5% das compras.

Em termos da forma de participação dos agricultores, apenas 1,0% das compras foi feita junto a agricultores individuais, 9,2% foram realizadas junto a associações e houve amplo predomínio das compras junto às cooperativas, na casa dos 89,8%.

A tabela 7 mostra a região de origem dos agricultores que venderam para a AE da RMSP. As compras locais foram diminutas, 3,9% das compras foram provenientes de agricultores do próprio município e 1,6% da própria RMSP.

Tabela 7 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RMSP, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	2.215.020,25	3,9
RMSP	933.518,42	1,6
Outras Regiões do Estado	39.236.612,65	69,5
Outros Estados	14.057.258,02	24,9
Total	56.442.409,34	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Dentre os Municípios de outras regiões de São Paulo que mais venderam para RMSP, os quatro primeiros são Registro, com 15,3%, Miracatu, com 11,0% e Sete Barras, com 9,2% e Andradina com 7,7%, somando 43,3% das compras realizadas pela RMSP. Três municípios pertencem s RA Registro, vizinha à RMSP e, neste caso, pode-se falar na formação de circuito

curto de comercialização. Por sua vez, Andradina pertence a região de Araçatuba, aproximadamente, a 600 Km de São Paulo.

De outros estados vieram 24,9% dos produtos adquiridos. Neste caso, a participação do Rio Grande do Sul foi de 83,8%, seguido por Paraná, com 9,6% e Santa Catarina, com 6,6%. Predomina o comércio com um estado não vizinho a São Paulo, portanto.

A procura por relações comerciais com mercados consumidores maiores por parte dos agricultores familiares e suas associações ocorre devido ao interesse de aumento de vendas. Segundo Rocha; Pereira e Baccarin (2024), em 2018, 28,5% das compras de agricultores familiares pelas prefeituras da RMSP vieram do Rio Grande do Sul, tendo este valor aumentado para 44,8%, em 2019. Este fato dá-se pela organização dos agricultores gaúchos e suas associações, permitindo que apresentem grande capacidade comercial para atender o alunado da RMSP, distante do seu local de produção. Outro fator que favorece a compras dos produtos gaúchos é a capacidade de ofertarem produtos já processados, como óleo de soja, suco de uva, arroz beneficiado, entre outros. Esta evidência aponta para a dificuldade concreta de serem estabelecidos os circuitos curtos de comercialização.

5.2. A Região Administrativa de Campinas

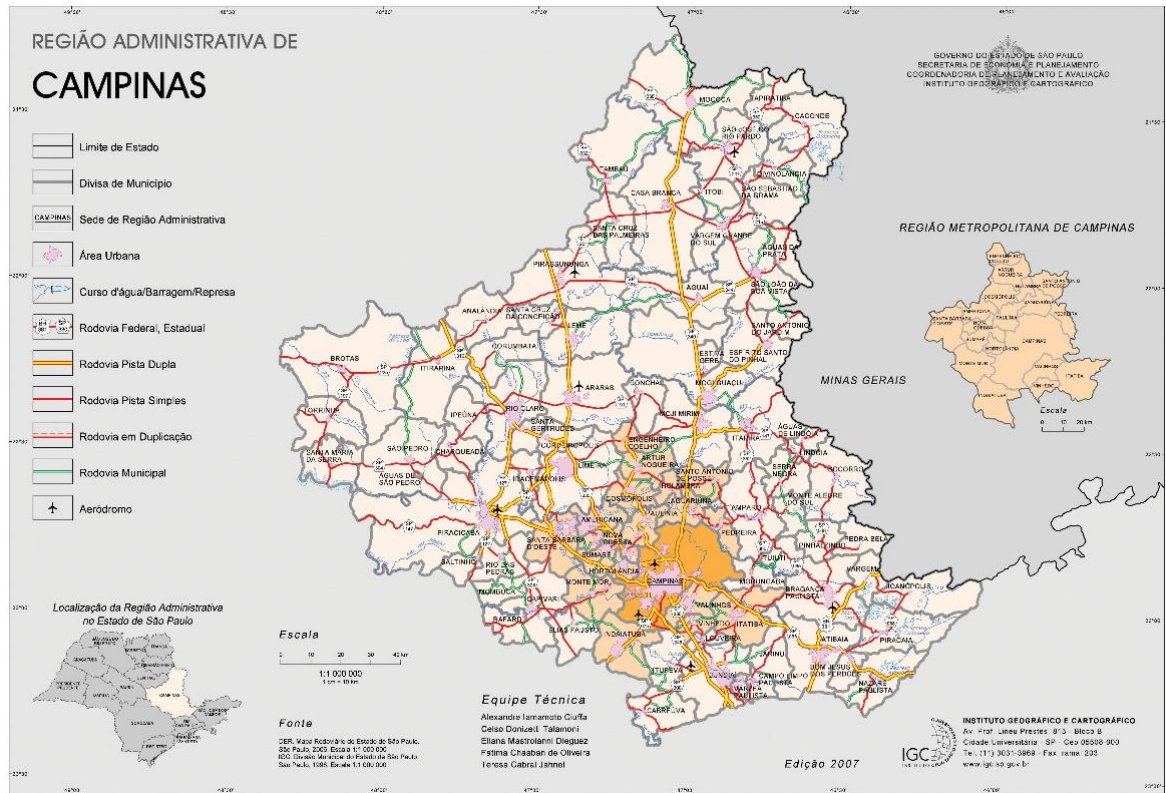
Na Região Administrativa de Campinas (RAC), conforme a tabela 2, observou-se que os agricultores familiares locais venderam R\$ 13,9 milhões para a AE, o quinto resultado entre todas as RAs de São Paulo. Ao mesmo tempo, suas prefeituras compraram R\$ 31,2 milhões, a segunda maior compra entre as RAs paulistas e bem acima da venda de seus agricultores.

A RAC é formada por 90 municípios e ocupa uma área de 27.093,40 km², que representam 10,9% do total do território do Estado de SP. Possui uma população de 7 milhões de habitantes (IBGE, 2022), representando 15,8% da população do estado. Sua conformação geográfica está registrada na figura 3.

Conforme a tabela 8, o município de Campinas é o maior em número populacional com 1,1 milhão de habitantes. Existem dois municípios entre 400 mil e 500 mil, 15 entre 100 e 400 mil, 18 entre 50 mil e 100 mil, 21 entre 20 mil e 30 mil, 16 entre 10 mil e 20 mil e 17 com menos de 10 mil habitantes. Dos 90 municípios, 18 apresentam mais de 100 mil habitantes, indicando o alto nível de urbanização regional.

A RAC é a segunda região em número de estudantes, com 1.214.336 estudante, representando 14,8% do total de estudantes no estado de São Paulo. Na tabela 9, verifica-se que Campinas tem próximo a 180 mil alunos, três municípios possuem entre 50 e 100 mil, 13 entre 20 e 50 mil, 17, entre 10 e 20 mil, 51, entre 1 mil e 10 mil e 5 com menos de 1 mil alunos.

Figura 3 – Conformação da Região Administrativa de Campinas no estado de São Paulo



Fonte: IGC (2025)

Tabela 8 – Relação de municípios e populações da RAC, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Campinas	1.139.047,00	Serra Negra	29.894,00
Jundiaí	443.221,00	Santa Cruz das Palmeiras	28.864,00
Piracicaba	423.323,00	Conchal	28.101,00
Limeira	291.869,00	Casa Branca	28.083,00
Sumaré	279.545,00	Piracaia	26.029,00
Indaiatuba	255.748,00	Cordeirópolis	24.514,00
Americana	237.240,00	Brotas	23.898,00
Hortolândia	236.641,00	Santa Gertrudes	23.611,00
Rio Claro	201.418,00	Santo Antônio de Posse	23.244,00
Santa Bárbara d'Oeste	183.347,00	Bom Jesus dos Perdões	22.006,00
Bragança Paulista	176.811,00	Iracemópolis	21.967,00
Atibaia	158.647,00	Tambaú	21.435,00
Mogi Guaçu	153.658,00	Engenheiro Coelho	19.566,00
Araras	130.866,00	Nazaré Paulista	18.217,00
Valinhos	126.373,00	Águas de Lindóia	17.930,00
Itatiba	121.590,00	Elias Fausto	17.699,00
Várzea Paulista	115.771,00	Caconde	17.101,00
Paulínia	110.537,00	Itirapina	16.148,00
Leme	98.161,00	Charqueada	15.535,00
Mogi Mirim	92.558,00	Pinhalzinho	15.224,00
São João da Boa Vista	92.547,00	Holambra	15.094,00
Campo Limpo Paulista	77.632,00	Morungaba	13.720,00
Vinhedo	76.540,00	Joanópolis	12.815,00
Pirassununga	73.545,00	Tapiratiba	11.816,00
Itapira	72.022,00	Estiva Gerbi	11.295,00

Itupeva	70.616,00	Divinolândia	11.158,00
Amparo	68.008,00	Vargem	10.512,00
Mococa	67.681,00	São Sebastião da Grama	10.441,00
Monte Mor	64.662,00	Torrinha	9.335,00
Nova Odessa	62.019,00	Rafard	8.965,00
Cosmópolis	59.773,00	Monte Alegre do Sul	8.627,00
Jaguariúna	59.347,00	Saltinho	8.161,00
São José do Rio Pardo	52.205,00	Itobi	8.046,00
Louveira	51.847,00	Águas da Prata	7.369,00
Artur Nogueira	51.456,00	Lindóia	7.014,00
Capivari	50.068,00	Ipeúna	6.831,00
Cabreúva	47.011,00	Tuiuti	6.778,00
Pedreira	43.112,00	Pedra Bela	6.557,00
Vargem Grande do Sul	40.133,00	Santo Antônio do Jardim	6.126,00
Socorro	40.122,00	Santa Maria da Serra	5.243,00
Espírito Santo do Pinhal	39.816,00	Analândia	4.589,00
São Pedro	38.256,00	Santa Cruz da Conceição	4.277,00
Jarinu	37.535,00	Corumbataí	4.195,00
Aguaí	32.072,00	Mombuca	3.722,00
Rio das Pedras	31.328,00	Águas de São Pedro	2.780,00
		Total	7.020.256

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 9– Relação de municípios da RAC e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Campinas	179.163	Socorro	6.102
Piracicaba	71.485	Santa Cruz das Palmeiras	5.968
Jundiaí	67.595	Piracaia	5.514
Limeira	50.852	Casa Branca	5.250
Sumaré	49.051	Bom Jesus dos Perdões	5.178
Hortolândia	44.886	Santa Gertrudes	5.147
Indaiatuba	42.649	Cordeirópolis	4.996
Americana	38.720	Serra negra	4.769
Rio claro	33.382	Santo Antônio de Posse	4.714
Santa Barbara doeste	31.829	Iracemápolis	4.181
Atibaia	28.427	Tambaú	3.890
Braganca Paulista	27.827	Brotas	3.806
Mogi-Guaçu	26.335	Elias Fausto	3.738
Araras	25.432	Nazaré Paulista	3.698
Paulínia	20.818	Águas de Lindoia	3.551
Leme	20.381	Engenheiro Coelho	3.546
Itatiba	20.258	Caconde	3.352
Várzea Paulista	19.813	Charqueada	3.175
Mogi Mirim	17.001	Itirapina	3.014
Campo Limpo Paulista	16.805	Holambra	2.891
Valinhos	16.298	Pinhalzinho	2.617
Monte mor	14.753	Morungaba	2.581
Mococa	13.425	Joanópolis	2.510
Amparo	12.700	Tapiratiba	2.417
Vinhedo	12.662	Estiva Gerbi	2.271
São João da Boa Vista	12.373	Divinolândia	1.881
Cosmópolis	12.157	São Sebastiao da Grama	1.849
Itapira	11.753	Rafard	1.794
Itupeva	11.674	Vargem	1.735

Pirassununga	11.548	Torrinha	1.622
Cabreúva	11.120	Ipeúna	1.620
Jaguariúna	10.650	Monte Alegre do Sul	1.586
Capivari	10.097	Saltinho	1.548
Nova Odessa	10.077	Lindoia	1.467
Artur Nogueira	9.811	Santo Antônio do Jardim	1.292
Louveira	9.770	Santa Maria da Serra	1.276
São Jose do Rio Pardo	9.140	Tuiuti	1.208
Pedreira	7.627	Itobi	1.192
Vargem Grande do Sul	7.324	Águas da prata	1.135
Jarinu	7.181	Pedra bela	1.115
Espírito santo do pinhal	7.150	Corumbataí	968
São Pedro	7.058	Santa Cruz da Conceição	914
Aguai	6.789	Analândia	865
Conchal	6.581	Mombuca	863
Rio das Pedras	6.345	Águas de São Pedro	758
		Total	1.214.336

Fonte: IBGE (2018).

Dos 73 municípios da RAC que realizaram compras da AF para AE, 36 destes, ou seja, 49,3%, possuem divergências entre os valores apresentados pelo FNDE e os retirados do site SIGPC-Público.

Verifica-se que, ao serem retiradas as compras junto ao comércio o percentual de compras de 17 municípios da RAC diminuiu. São eles Aguai de 49,9% para 38,2%, Águas de São Pedro, de 76,0% para 40,2%, Amparo, de 40,7% para 36,6%, Bom Jesus dos Perdões, de 37,6% para 36,2%, Caconde, de 33,7% para 22,4%, Itirapina, de 33,7% para 32,4%, Jarinu, de 48,0% para 9,8%, Mococa, de 80,9% para 34,8%, Nazaré Paulista, de 11,5% para 7,0%, Pedra Bela, de 52,8% para 12,8%, Pedreira, de 21,4% para 19,2%, Santa Cruz da Conceição, de 87,1% para 81,0%, Santa Cruz das Palmeiras, de 34,3% para 31,2%, Santo Antônio do Jardim, de 73,2% para 21,6%, Tapiratiba, de 57,3% para 44,0%. Em outros dois municípios as compras junto ao comércio tiveram valores irrelevantes e não mudaram seus percentuais aproximados de compras, Campinas, 25,9% e São José do Rio Pardo, com 41,7%.

Analisando a tabela 10, verifica-se que 17 dos 90 municípios da RAC não fizeram compras da AF: Águas de Lindóia, Analândia, Cabreúva, Elias Fausto, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Iracemápolis, Itobi, Itupeva, Lindóia, Paulínia, Pinhalzinho, Santa Maria da Serra, Santo Antônio da Posse, Valinhos, Várzea Paulista. Dos que realizaram compras, 13 compraram entre 0,01% e 10%: Itapira, Americana, Limeira, Campo Limpo Paulista, Jarinu, Limeira, Piracaia, Pirassununga, Vargem, Águas da Prata, Engenheiro Coelho, São Sebastião da Gramma e Divinolândia, 11 entre 10% e 20%: Saltinho, Pedreira, Mombuca, Araras, Sumaré, Nova Odessa, Torrinhã, Mogi-Guaçu, Itatiba, Brotas e Pedra Bela, Nove entre 20% e 30%: São João da Boa Vista, Charqueada, Rafard, Campinas, Espírito Santo do Pinhal, Ipeúna, Caconde, Santo

Antônio do Jardim e Bragança Paulista, 33 municípios compraram entre 30% e 50%: Aguaí, Aguas de São Pedro, Amparo, Artur Nogueira, Bom Jesus dos Perdões, Capivari, Casa Branca, Conchal, Cordeirópolis, Indaiatuba, Itirapina, Jaguariúna, Joanópolis, Leme, Louveira, Mococa, Mogi Mirim, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Piracicaba, Rio das Pedras, Santa Barbara Doeste, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, São Pedro, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba, Tuiuti, Vargem Grande do Sul e Vinhedo, e 11 acima de 50%: Santa Cruz da Conceição, Corumbataí, Rio Claro, Cosmópolis, Atibaia, São José do Rio Pardo e Jundiaí. Desta forma, verifica-se que 40 municípios fizeram compras acima dos 30% conforme proposto pelo A 14, enquanto 50 dos municípios realizaram compras inferior ao exigido pelo A14.

Tabela 10 – Distribuição dos municípios da RAC de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repassse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	17	18,9	-	-	-	-
0,01 a 10%	13	14,4	10.551.863	10,4	643.431	6,1
10 a 20%	11	12,2	14.391.807	14,2	2.199.514	15,3
20 a 30%	9	10,0	24.709.518	24,4	5.893.180	23,8
30 a 50%	33	36,7	36.641.779	36,2	13.339.914	36,4
mais de 50%	7	7,8	14.836.595	14,7	8.389.931	56,5
Total	90	100,0	101.131.563	100,0	30.465.970	30,1

Fonte: FNDE (2018).

Verifica-se que do total de compras da AF para a AE, dos 73 municípios que realizaram compras, 10 são responsáveis por 65,0% das compras da RAC, Campinas, com 14,5%, Piracicaba, com 11,8%, Jundiaí, com 11,2%, Rio Claro, com 7,5%, Atibaia, com 5,4%, Indaiatuba, com 4,7%, Santa Barbara Doeste, com 3,3%, Vinhedo, com 2,3%, Leme, com 2,2% e Sumaré, com 2,1%. Observa-se que dos 10 municípios que mais compraram, 7 deles estão entre os municípios com maior número de alunos. Em Vinhedo, essa relação não se verifica, o município foi o 8º maior em compras e 25º em número de alunos.

Na tabela 11, verifica-se que alimentos in natura e minimamente processados compõem 73,1% das compras da região. Os produtos processados representam 2,3% das compras, os ultraprocessados, 9,1% das compras, ingredientes culinários, 0,2%, e os sem descrição dos itens representam 15,4% das compras.

A tabela 12 mostra a origem dos agricultores familiares. Do próprio município operador do serviço de alimentação escolar vieram 26,4% das compras e 16,7% de outros municípios da RAC. Dessa forma, predominaram as compras de outras regiões, 29,1% de outras RAs de São Paulo e 27,9% de outros estados, com predominância das compras do Rio Grande do Sul.

Tabela 11 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento, em reais, RAC, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	13.308.095,62	43,7
Minimamente processado	8.957.179,36	29,4
Processado	696.750,21	2,3
Ultraprocessado	2.763.808,90	9,1
Ingrediente culinário	60.337,01	0,2
Sem descrição do item	4.679.799,42	15,4
Total	30.465.970,52	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Tabela 12 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAC, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	8.034.041,20	26,4
RAC	5.077.720,75	16,7
Outras Regiões do Estado	8.859.982,96	29,1
Outros Estados	8.494.225,61	27,9
Total	30.465.970,52	26,4

Fonte: FNDE (2018)

Dos 82 municípios que venderam para RAC, seis representaram 41,5% das compras pelas prefeituras da RAC: Andradina, com 11,8% das vendas, Rio Claro, com 7,5%, Querência do Norte, com 7,0%, Eldorado do Sul, com 5,6%, Araras, com 4,9% e Nova Santa Rita, com 4,7% das vendas. Rio Claro e Araras são da própria RA, Andradina de outra região e os outros três de outros estados: Querência do norte (PR), Eldorado do Sul (RS) e Nova Santa Rita (RS).

Em relação ao tipo de agricultor, percebe-se que o agricultor familiar individual teve participação de 3,3% na venda para região, as associações representaram 13,6% das vendas, sendo realizadas por uma única associação, a Agrovita, do município de Taquara (RS). Por sua vez, as cooperativas tiveram destaque com 83,1% das vendas para a RAC. Observa-se também que dentre as compras realizadas junto a cooperativas, praticamente 1/3 foram realizadas junto a cooperativas de outros quatro estados: Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com predomínio das cooperativas do Rio Grande do Sul.

Em suma, a RAC vem executando o Artigo 14 de forma a não constituir, prioritariamente, os circuitos curtos de comercialização, o que em parte pode ser explicado pelo alto nível de urbanização da região. Constatou-se também que número expressivo de municípios locais não vem atingindo o mínimo de compra da agricultura familiar. Desta forma, sugere-se que a maioria dos municípios da região promovam políticas públicas, bem como apoio técnico, visando fortalecer a organização de seus agricultores, tendo como objetivo ampliar as compras para alimentação escolar destes agricultores familiares e suas organizações.

5.3. Região Administrativa de Registro

A Região Administrativa de Registro (RAR), em 2018, gastou próximo a R\$ 1,3 milhão na compra de produtos da agricultura familiar, 90,4% na própria RAR.

Um dado a ser considerado, é a proximidade da RAR com a RMSP, fato que possibilita as vendas dos produtos da AF e suas organizações para esta região. Em 2018, sete municípios da RAR venderam um total de R\$ 13.635.368,69 para municípios da RMSP, sendo que, deste montante, 82,2% foram para o município de São Paulo. Gonçalves (2018), já mostrava que, em 2014, o Vale do Ribeira promovia uma venda para a RMSP superior à venda na própria região. Além da proximidade física entre as duas regiões, cita-se o fato de que o perfil produtivo de Registro, com predominância do cultivo da banana, torna viável sua grande participação no fornecimento de produtos para a alimentação escolar.

Observando o tamanho da população da região, verifica-se na tabela 13 que 13 dos municípios são de pequeno porte, com menos de 50 mil habitantes, e apenas Registro apresenta população com praticamente 60 mil habitantes.

Tabela 13 – Relação de municípios e populações da RAR, por ordem decrescente, 2022.

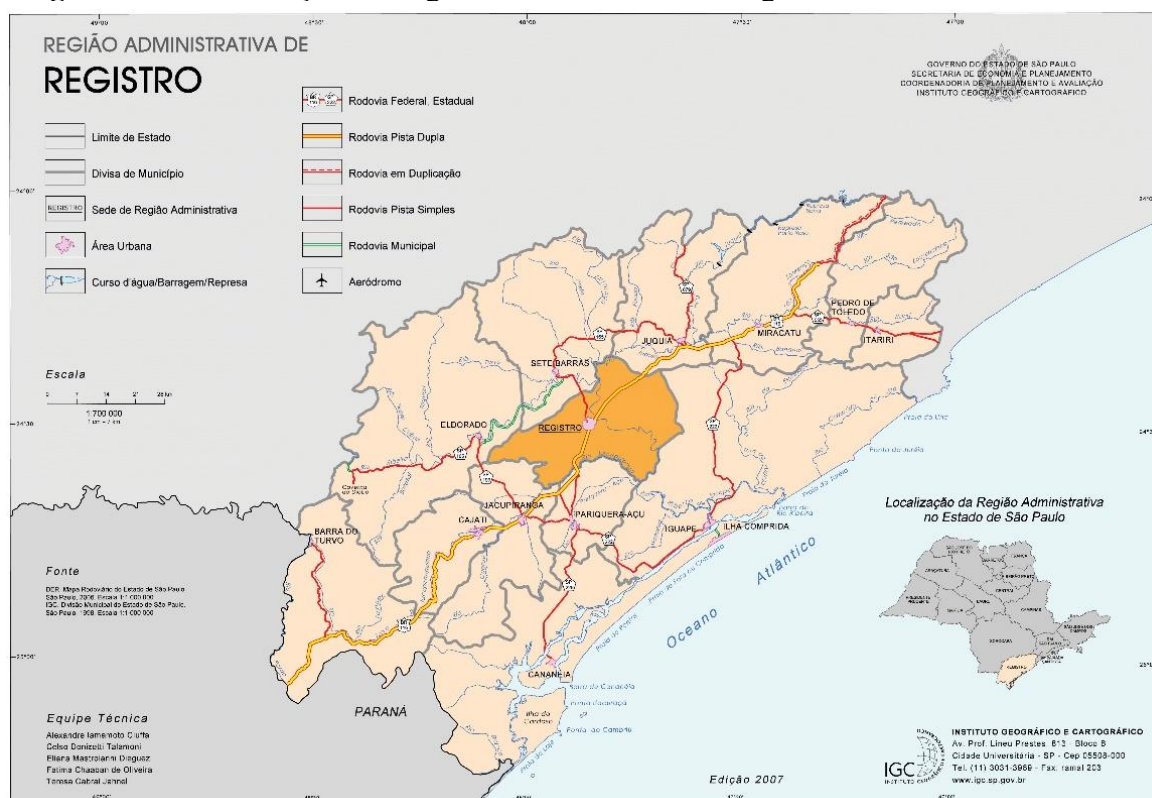
Município	População	Município	População
Registro	59.947	Ilha Comprida	13.419
Iguape	29.115	Eldorado	13.069
Cajati	28.515	Sete Barras	12.730
Pariquera-Açu	19.233	Cananéia	12.289
Miracatu	18.553	Pedro de Toledo	11.281
Juquiá	17.154	Barra do Turvo	6.876
Jacupiranga	16.097		
Itariri	15.528	Total	273.806

Fonte: IBGE (2022).

A Região Administrativa de Registro é formada por 14 municípios que ocupam uma área de 12.135,97 km², equivalente a 4,9% do território paulista. Esta fica situada no Vale do Ribeira, litoral sul do estado de São Paulo, com uma população de, aproximadamente, 274 mil habitantes (IBGE, 2022).

A localização e conformação da RAR são registradas na figura 4. Em relação ao número de municípios, a RAR é a décima quinta região das 16 RAs ficando à frente apenas da Região Administrativa de Santos.

A tabela 14 permite observar que o número de estudantes da RAR, é o menor entre as 16 RAs, com 63.812 estudantes, o que representa um percentual de 0,8% dos estudantes de todo o Estado. Observando os municípios da RAR, verifica-se que dez municípios possuem menos de 5 mil estudantes, três municípios, entre 5mil e 10 mil, e apenas Registro aparece com mais de 10 mil estudantes.

Figura 4 – Conformação da Região Administrativa de Registro no Estado de São Paulo.

Fonte: IGC (2025).

Tabela 14 – Relação de municípios da RAR e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Registro	13.178	Sete Barras	3.302
Cajati	6.679	Itariri	3.275
Iguape	6.455	Ilha Comprida	2.981
Miracatu	5.767	Cananéia	2.743
Juquiá	4.439	Pedro de Toledo	2.429
Eldorado	3.730	Barra do Turvo	1.808
Pariquera-Açu	3.606		
Jacupiranga	3.420	Total	63.812

Fonte: FNDE (2018).

Observando a tabela 15, verifica-se que todos os municípios da região fizeram compras da agricultura familiar. Um município da RAR comprou menos de 10%: Jacupiranga; quatro municípios compraram entre 10% e 20%, Cajati, Eldorado, Ilha Comprida e Miracatu; dois deles entre 20% e 30%, Cananéia, e Pedro de Toledo; quatro deles entre 30% e 50%, Iguape, Itariri, Juquiá e Sete Barras; e quatro municípios compraram acima de 50%, Barra do Turvo, Pariquera-Açu e Registro. Ressalta-se que Registro comprou 97,0%, utilizando quase todo o recurso do FNDE.

Aferiu-se através dos valores apresentados no sistema SIGPC-Público, considerando apenas compras realizadas da AF ou suas organizações, que ocorrem divergências no percentual de compras de quatro municípios em relação aos apresentados pelo FNDE.

Tabela 15 – Distribuição dos municípios da RAR de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	-	-	-	-	-	-
0,01 a 10%	1	7,1	298.500	6,4	18.258	6,1
10 a 20%	4	28,6	1.526.790	32,9	206.695	13,5
20 a 30%	2	14,3	460.744	9,9	103.803	22,5
30 a 50%	4	28,6	1.195.988	25,8	430.000	36,0
mais de 50%	3	21,4	1.155.718	24,9	706.491	61,1
Total	14	100,0	4.637.740	100,0	1.465.248	31,6

Fonte: FNDE (2018).

Ao serem retiradas as compras do comércio que apareciam como sendo da AF, em três municípios, o valor de aquisição, bem como o percentual das mesmas diminuíram. Estes municípios são Ilha Comprida, que apresentava percentual de compra de 55,8%, diminuindo para 10,2%, Barra do Turvo de 97,1% para 92,3% e Miracatu, de 20,5% para 18,0%.

Ao se observar o total de compras da AF para AE, verifica-se que quatro municípios foram responsáveis por quase 60% das compras da RAR, sendo Registro com 28,1%, Iguape com 11,0%, Pariquera-Açu com 10,3%, Barra do Turvo com 9,8%. Outros três municípios compraram entre 5% e 8% e sete municípios, entre 1% e 5%. Observa-se que o município que mais comprou foi Registro com maior número de alunos, pouco mais de 13 mil, seguido de Iguape, com quase 6,5 mil, Pariquera-Açu com pouco mais de 3,5 mil alunos e Barra do Turvo, o quarto que mais comprou com pouco mais de 1,8 mil alunos.

Analisando o nível de processamento dos produtos comprados da AF para AE, como demonstra a tabela 16, verifica-se que parte das informações não é apresentada. Assim, em parte das prestações de contas de seis dos 14 municípios, que compõem a RAR não foi possível observar o grau de processamento dos produtos. Não foi possível identificar o tipo de produto adquirido da AF em R\$ 434.915,79, o que representa 29,7% do total de recursos repassados pelo FNDE.

Pode-se verificar que alimentos *in natura* e minimamente processados concentram 67,4% dos produtos comprados, mostrando que a região busca atender o A14 em relação a compra com o mínimo processamento, promovendo uma alimentação mais saudável para os educandos. Já os processados representaram 1,6% e os ultraprocessados, 1,2%. Em 29,7% dos casos não foi possível identificar o item comprado.

Tabela 16 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAR, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	932.804,22	63,7%
Ingrediente Culinário	1.562,04	0,1%
Minimamente Processado	54.408,34	3,7%
Processado	23.994,71	1,6%
Ultraprocessado	17.562,50	1,2%
Sem Descrição do item	434.915,79	29,7%
Total	1.465.247,60	100,0

Fonte: FNDE (2018).

A tabela 17 demonstra que 74,8% das compras para AE foram realizadas no próprio município, seguido por 14,9% de compras em outros municípios da RAR. As compras de municípios paulistas de outras regiões somaram 8,8% e a de municípios de outros estados foram ainda menores, alcançando 1,5%.

Tabela 17 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAR, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	1.095.290,60	74,8%
RAR	217.675,52	14,9%
Outras Regiões do Estado	129.581,48	8,8%
Outros Estados	22.700,00	1,5%
Total	1.465.247,60	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Em cinco municípios da RAR concentraram-se 59,9% das vendas de seus agricultores familiares para AE, distribuídas da seguinte forma: Registro com 28,3%, Pariquera-Açu com 10,3%, Eldorado com 8,1%, Barra do Turvo com 7,6% e Cajati com 5,6%. Seria interessante, oportunamente, procurar explicações para essa concentração, talvez associada ao perfil produtivo dos cinco municípios citados.

Em relação ao tipo fornecedor, o agricultor familiar individual teve participação de 17,5% nas compras dos municípios locais, as associações representaram 32,5%, enquanto as cooperativas representaram os 50,0% restantes. Com isso, pode-se dizer que a proximidade entre produção e consumo se estabeleceu nos certames de compra para AE na RAR, mas a participação direta do agricultor individual foi diminuta, apontando para a necessidade prática de intermediação na comercialização de seus produtos. Fica a indagação sobre a relação dos agricultores com as organizações, se elas de fato representam os interesses do agricultor familiar ou se são formadas pragmaticamente, para ocupar um espaço de comercialização propiciado pela legislação do PNAE.

Gonçalves (2018), entrevistando atores sociais da região, constatou que o Artigo 14 da Lei do PNAE serviu como estímulo importante para a criação de cooperativas e associações de agricultores familiares na RAR. Contudo, pareceu que a relação dos agricultores com as organizações era tênue, com os agricultores só se valendo dos serviços das cooperativas, em momentos em que o mercado convencional de banana apresentava baixos preços.

5.4. Região Administrativa de Araçatuba

Em 2018, as prefeituras dos municípios da Região Administrativa de Araçatuba (RAA) adquiriam R\$ 3,4 milhões de alimentos de agricultores familiares, destinando-os à alimentação escolar. Próximo a R\$ 2,5 milhões ou 75% das compras foram realizadas na própria RA, com predomínio das compras no próprio município.

Assim como verificado em Registro, constatou-se que agricultores de municípios da RAA realizaram vendas para AE de municípios de outras regiões. Isso aconteceu com os municípios de Andradina e Castilho que venderam para a RMSP, em 2018, um total de R\$ 9,2 milhões (FNDE, 2028). Tal valor é maior que o total gasto por todas as prefeituras da RAA, no mesmo ano, com as compras de agricultores familiares para alimentação escolar. Indica que regiões agrícolas não podem contar apenas com as compras institucionais locais para promoverem seus agricultores familiares.

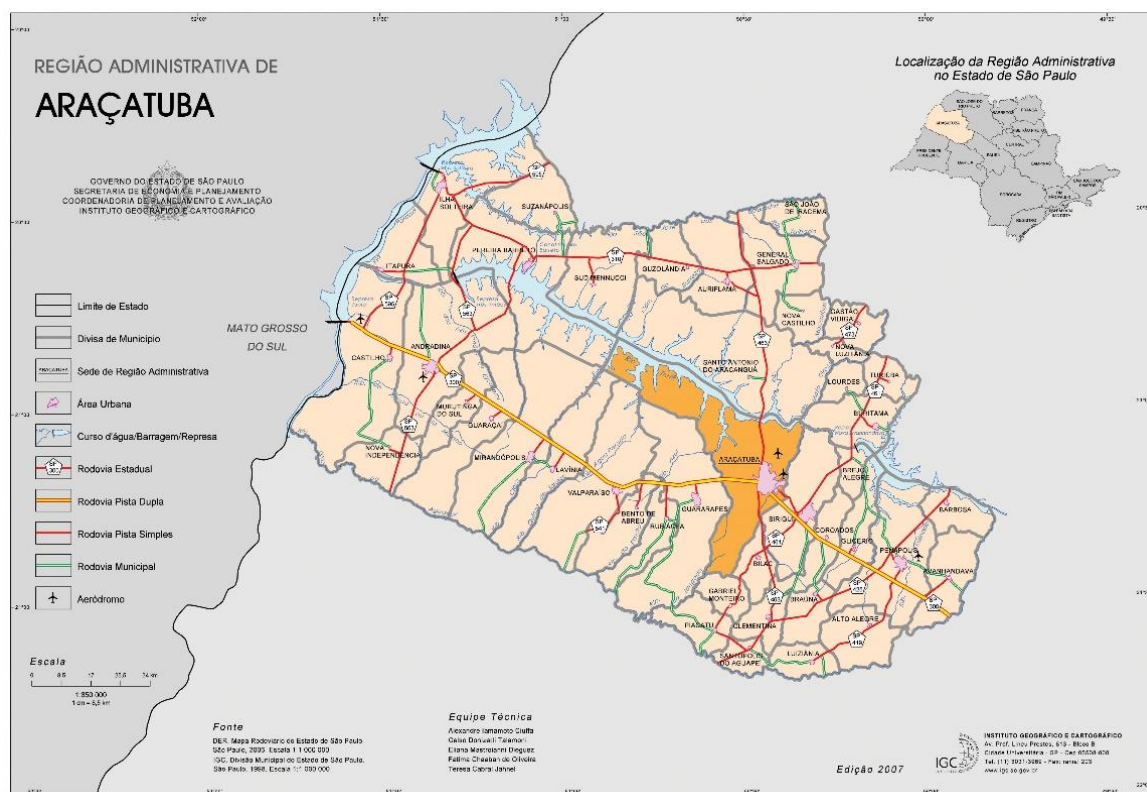
Além das vendas para a RMSP, outros R\$ 5,6 milhões foram vendidos pelos agricultores da RAA para as prefeituras da RA Campinas. Assim, conseguiu-se alcançar as duas RAs com maior alunado de São Paulo. Embora Araçatuba seja uma região, atualmente, com o predomínio da cultura canavieira, existe em seu território grande número de assentamentos rurais e de suas organizações saíram os produtos para abastecer São Paulo e Campinas. Especificamente, foi uma cooperativa de assentados rurais dos municípios de Andradina e Castilho que, após montar um laticínio, passou a fornecer lácteos para a alimentação escolar.

A Região Administrativa de Araçatuba é formada por 43 municípios que ocupam uma área de, aproximadamente, 18,6 mil km², equivalente a 7,5% do território paulista, com sua localização podendo ser visualizada na Figura 5. Percebe-se que a RAA é distante das RAs mais povoadas do estado, em especial a RMSP. São mais de 600 km que separam as duas RAs e, como se viu, entre elas se estabeleceu um importante fluxo comercial via PNAE.

Conforme a tabela 18, a população local é de, aproximadamente, 775 mil habitantes, próximo a 1,7% da população paulista (IBGE, 2022). Portanto, a participação da RAA na área do Estado é, significativamente, maior do que sua participação na população do Estado, o que indica seu potencial de fornecimento de produtos agrícolas para além do seu território. Dos seus

43 municípios, 34 têm menos de 20 mil habitantes, cinco, entre 20 mil e 50 mil habitantes; dois, entre 50 e 100 mil habitantes e outros dois possuem mais de 100 mil habitantes.

Figura 5 – Conformação da Região Administrativa de Araçatuba no Estado de São Paulo.



Fonte: IGC (2025).

Tabela 18 – Municípios e populações da RAA, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Araçatuba	200.124	Coroados	5.400
Birigui	118.979	Braúna	5.356
Penápolis	61.679	Luiziânia	4.701
Andradina	59.783	Nova Independência	4.609
Guararapes	31.043	Guzolândia	4.246
Mirandópolis	27.983	Glicério	4.138
Ilha Solteira	25.549	Itapura	3.979
Valparaíso	24.241	Santópolis do Aguapeí	3.899
Pereira Barreto	24.095	Alto Alegre	3.841
Castilho	19.977	Murutinga do Sul	3.737
Buritama	17.210	Suzanápolis	3.408
Auriflama	13.692	Gastão Vidigal	3.252
Avanhandava	11.263	Nova Luzitânia	2.837
General Salgado	10.312	Gabriel Monteiro	2.763
Lavínia	9.689	Rubiácea	2.700
Santo Antônio do Aracanguá	8.379	Bento de Abreu	2.606
Guaraçai	7.441	Brejo Alegre	2.565
Sud Mennucci	7.355	Lourdes	1.950
Bilac	7.319	São João de Iracema	1.846
Clementina	6.982	Turiúba	1.818
Barbosa	5.640	Nova Castilho	1.062
Piacatu	5.519	Total	774.967

Fonte: IBGE (2022)

Na tabela 19, pode-se observar o número de estudantes da RAA, que a coloca em 13ª posição entre as 16 RAs, com 136.215 estudantes, o que representa 1,7% dos estudantes de todo o Estado. Percebe-se que em apenas quatro municípios o número de estudantes ultrapassa 10 mil, indicando que a grande maioria tem baixa capacidade de compra de alimentos dos agricultores familiares.

Tabela 19– Municípios e estudantes atendidos pelo PNAE, RAA, ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Araçatuba	29.807	Coroados	1.096
Birigui	21.136	Braúna	1.056
Penápolis	11.702	Itapura	1.012
Andradina	10.331	Luiziânia	950
Guararapes	5.072	Nova Independência	942
Ilha Solteira	5.004	Glicério	940
Valparaíso	4.765	Guzolândia	891
Pereira Barreto	4.561	Santópolis do Aguapeí	846
Mirandópolis	4.183	Suzanópolis	806
Castilho	4.174	Gastão Vidigal	763
Buritama	3.084	Alto Alegre	672
Avanhandava	2.244	Murutinga do Sul	672
Auriflama	2.079	Brejo Alegre	668
General Salgado	1.851	Nova Luzitânia	650
Santo Antônio do Aracanguá	1.761	Rubiácea	645
Clementina	1.709	Gabriel Monteiro	519
Sud Mennucci	1.533	Bento de Abreu	512
Barbosa	1.456	Lourdes	416
Guaraçaí	1.216	São João de Iracema	398
Lavinia	1.199	Turiúba	307
Bilac	1.188	Nova Castilho	260
Piacatu	1.139	Total	136.215

Fonte: FNDE (2018).

Observando a tabela 20, verifica-se que cinco municípios não fizeram compras da agricultura familiar e os mesmos não tiveram repasse do FNDE. São eles: Castilho, Birigui, Buritama, Clementina e São João de Iracema. Cinco municípios da RAA compraram menos de 10%, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Itapura e Suzanópolis; outros cinco compraram entre 10% e 20%: Braúna, Lourdes, Rubiácea, Turiúba e Valparaíso; onze, entre 20% e 30%: Araçatuba, Coroados, Gabriel Monteiro, General Salgado, Glicério, Guzolândia, Ilha Solteira, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Castilho e Nova Independência; treze, entre 30% e 50%: Alto Alegre, Andradina, Avanhandava, Brejo Alegre, Gastão Vidigal, Guaraçaí, Lavinia, Nova Luzitânia, Penápolis, Pereira Barreto, Piacatu, Santo Antônio do Aracanguá e Santópolis do Aguapeí e Sud Mennucci; e três municípios compraram acima de 50%: Auriflama, Guararapes e Luziânia.

Através dos valores apresentados no sistema SIGPC-Público, verifica-se que ocorrem divergências nos valores de compras de sete dos municípios em relação aos apresentados pelo

FNDE. Observou-se também que ao se retirar as compras do comércio, erroneamente registradas como da agricultura familiar, em nove municípios o percentual de compras diminui. São eles: Turiúba de 47,3% para 13,2%, Nova Independência, de 47,4% para 28,5%, General Salgado, de 42,9% para 26,3%, Ilha Solteira, de 39,1% para 26,2%, Valparaíso, de 21,2% para 17,0 %, Murutinga do Sul, de 32,4% para 28,8%, Itapura, de 1,1% para 1,0%, Avanhadava, de 32,3% para 32,0% e Glicério, com diminuição de 28,6% para 28,4%.

Tabela 20 – Distribuição dos municípios da RAA de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	5	11,6	-	-	-	-
0,01 a 10%	5	11,6	503.354	4,9	20.121	4,0
10 a 20%	5	11,6	557.627	5,4	88.324	15,8
20 a 30%	11	25,6	4.106.895	39,6	1.100.014	26,8
30 a 50%	14	32,6	4.285.480	41,4	1.586.836	37,0
mais de 50%	3	7,0	906.652	8,8	566.751	62,5
Total	43	100,0	10.360.009	100,0	3.362.048	32,5

Fonte: FNDE (2018).

Observa-se que do total de compras da AF para AE, seis dos municípios foram responsáveis por pouco mais de 65,2% das compras: Araçatuba com 17,9%, Penápolis, 13,3%, Guararapes, 10,9%, Andradina, 8,7%, Pereira Barreto, 8,4% e Ilha Solteira com 5,9%. O fato de Araçatuba ter realizado o maior gasto encontra uma explicação no seu grande número de alunos, mas nem sempre essa relação ocorre. Outros cinco municípios compraram entre 2% e 5%, sete entre 1% e 2% e 25 menos de 1%. Cabe ressaltar o município de Birigui, segundo em número de estudantes, não realizou compras da agricultura familiar para alimentação escolar, bem como não recebeu repasses do FNDE.

Ao se analisar o nível de processamento dos produtos, através da tabela 21, verifica-se que parte das informações não é apresentada, 17,3%. Os alimentos *in natura* e minimamente processados somam 82,6% dos produtos, quase a totalidade dos produtos com identificação possível. Desta forma, observa-se que os municípios da RAA procuram atender o A14 em relação a uma alimentação mais saudável e nutritiva aos seus educandos.

A tabela 22 mostra a origem das compras. Aproximadamente 50% foram realizadas no próprio município, 25,3% de municípios da RAA e 25% em municípios de outras regiões. Não foram realizadas compras de outros estados. Ao se pensar nos circuitos curtos, verifica-se que, aproximadamente, 75% das compras ocorreram na própria região. Os municípios de Araçatuba, Bilac, Brejo Alegre, Gastão Vidigal e Sud Mennucci, compraram apenas de AF e suas organizações do próprio município.

Tabela 21 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAA, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	2.555.964,37	76,0
Minimamente processado	221.380,83	6,6
Processado	1.454,89	0,1
Ultraprocessado	371,36	0,0
Ingrediente Culinário	-	-
Sem Descrição do item	582.876,62	17,3
Total	3.362.048,07	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Tabela 22 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAA, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	1.671.204,66	49,7
RAA	849.811,64	25,3
Out. Regiões	841.031,77	25,0
Total	3.362.048,07	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Em relação ao tipo fornecedor, o agricultor familiar individual teve participação de 18,7% nas compras, as associações representaram 50,5%, enquanto as cooperativas representaram 30,8%. Essa grande participação das associações, organização mais simplificada que as cooperativas, chama a atenção, diferenciando-se de outras RAs.

Ocorreu uma concentração das vendas de agricultores e organizações em cinco dos municípios locais, Araçatuba, com 17,9%, Penápolis, com 13,3%, Guararapes, com 10,9%, Andradina, com 8,9% e Pereira Barreto, com 8,4%. Juntos somaram de R\$ 1.994.451,07 ou 59,3% das compras locais, fato que, em princípio, não está associado à área agrícola mais expressiva desses municípios. Uma sugestão é que muitas das associações participantes do A14 tem suas sedes nesses cinco municípios.

De maneira geral, verifica-se que os municípios da RAA atendem alguns quesitos do A14, mas ainda em sua maioria necessitam promover políticas públicas, bem como fortalecer a organização de seus agricultores visando ampliar as compras da AF e suas organizações e assim, atender o mínimo de 30% estabelecido no artigo. O segundo maior município em número de alunos, Birigui, não comprou AE da AF e suas organizações, sendo este um exemplo das dificuldades que a região enfrenta em atender adequadamente o A14.

5.5. A Região Administrativa de Sorocaba

Consultando a tabela 2, constata que os agricultores familiares da Região Administrativa de Sorocaba (RASO), em 2018, venderam R\$ 12,3 milhões de produtos para a alimentação

escolar, a quarta maior venda entre as RAs paulistas. Por sua vez, as prefeituras sorocabanas compraram R\$ 13,1 milhões de alimentos de agricultores familiares para os serviços de alimentação escolar, a terceira maior compra entre as RAs paulistas, atrás, tão somente, de São Paulo e Campinas.

Esse desempenho, aparentemente, expressivo da RASO fica demonstrado quando ela é comparada com a RA São José dos Campos (RASJC), analisada adiante. A RA de Sorocaba apresentou um desempenho bem melhor na execução do Artigo 14. As populações das duas regiões são semelhantes e as prefeituras da RASO compraram 4,2 vezes mais produtos da AF para AE do que as prefeituras da RASJC. No tocante a área, a de Sorocaba é 33,5% superior à de São José dos Campos, valor bem menor do que a diferença de vendas entre os agricultores sorocabanos e os da RASJC, que alcançou 373,1%.

A Região Administrativa de Sorocaba, localizada no centro sul paulista, conforme a figura 6, tem uma área de 21,5 km²; representando 8,7% do território do estado de São Paulo. Apresenta alto nível de industrialização, especialmente em torno da cidade de Sorocaba, ao mesmo tempo que se destaca na produção de olerícolas, sendo importante fornecedora para a Região Metropolitana de São Paulo.

Figura 6 – Conformação da Região Administrativa de Sorocaba no estado de São Paulo.



Fonte: IGC (2025).

Com uma população aproximada de 2,6 milhões habitantes (IBGE, 2022), de acordo com a tabela 23, entre seus 47 municípios, 33 são de pequeno porte populacional, sete são de

médio porte e outros sete são considerados de grande porte populacional, incluindo a capital regional, Sorocaba, com população superior a 700 mil habitantes.

Tabela 23 – Relação de municípios e populações da RASO, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Sorocaba	723.682	Araçariguama	21.522
Itu	168.240	Cerqueira César	21.469
Itapetininga	157.790	Itatinga	19.070
Botucatu	145.155	Cesário Lange	19.048
Salto	134.319	Alumínio	17.301
Votorantim	127.923	Conchas	15.232
Tatuí	123.942	Guareí	15.013
Avaré	92.805	Bofete	10.460
São Roque	79.484	Porangaba	10.451
Ibiúna	75.605	Sarapuí	10.369
Boituva	61.081	Areiópolis	10.130
Porto Feliz	56.497	Manduri	9.871
Piedade	52.970	Pereiras	8.737
Mairinque	50.027	Iaras	8.010
Cerquillo	44.695	Tapiraí	7.996
Salto de Pirapora	43.748	Águas de Santa Bárbara	7.177
Tietê	37.663	Pardinho	7.153
São Manuel	37.289	Alambari	6.141
Iperó	36.459	Anhembi	5.674
Araçoiaba da Serra	32.443	Pratânia	5.126
São Miguel Arcanjo	32.039	Quadra	3.405
Pilar do Sul	27.619	Jumirim	3.056
Laranjal Paulista	26.261	Torre de Pedra	2.046
Capela do Alto	22.866	Total	2.635.059

Fonte: IBGE (2022).

A RASO possui 504.552 estudantes, o que a coloca na 3ª posição entre as 16 RAS, com participação de 6,1% do alunado do estado. Vê-se, na tabela 24, que três de seus municípios possuem menos de 1 mil estudantes, 14, entre 1 mil e 3 mil, quatro, entre 3 mil e 5 mil, nove, entre 5 mil e 10 mil, sete, entre 10 mil e 20 mil, quatro, entre 20 mil e 30 mil, dois, entre 30 mil e 50 mil e um conta com, aproximadamente 133 mil estudantes, o município Sorocaba.

Na tabela 25 vê-se que 10 municípios não fizeram compras da agricultura familiar e não receberam repasse do FNDE. Outros seis compraram de 0,1% a 10%: Alambari, Itatinga, Conchas, Salto de Pirapora, Sarapuí e São Manuel, cinco, de 10% a 20%: Cesário Lange, Manduri, Tietê, Laranjal Paulista, Cerquillo, seis, de 20% a 30%: Votorantim, Iperó, São Roque, Porto Feliz, Cerqueira Cesar e Iaras, 15, de 30% a 50%: Sorocaba, Salto, Pratânia, Guareí, Itapetininga, Araçoiaba da Serra, Botucatu, Capela do Alto, Tatuí, Anhembi, São Miguel Arcanjo, Ibiúna, Alumínio, Piedade e Porangaba, seis, acima de 50%:, Pardinho, Avaré, Itu, Pilar do Sul e Araçariguama, com Pardinho comprando acima de 100% do repasse do FNDE. Verificou-se também, que os percentuais sobre os valores de compras apresentados pelo FNDE e os apontados no SIGPC-Público estão discrepantes em dois municípios.

Tabela 24 – Relação de municípios da RASO e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Sorocaba	133.011	Cerqueira Cesar	4.838
Itu	32.246	Capela do Alto	4.488
Itapetininga	31.810	Itatinga	4.267
Botucatu	25.799	Cesário Lange	4.020
Votorantim	23.827	Alumínio	3.708
Tatuí	23.301	Conchas	3.298
Salto	21.265	Guareí	2.603
Avaré	17.904	Areiópolis	2.325
Ibiúna	15.976	Bofete	2.305
São Roque	15.357	Sarapuí	2.270
Mairinque	12.307	Iaras	1.983
Boituva	10.836	Tapiraí	1.928
Porto Feliz	10.501	Manduri	1.730
Piedade	10.296	Porangaba	1.561
Salto de Pirapora	8.444	Pardinho	1.501
Cerquillo	8.412	Anhembi	1.452
Tiete	7.431	Pereiras	1.451
Iperó	7.260	Alambari	1.341
São Manuel	7.139	Pratânia	1.327
São Miguel Arcanjo	6.766	Águas de Santa Barbara	1.261
Pilar do Sul	6.348	Quadra	942
Aracoiaba da Serra	6.252	Jumirim	703
Laranjal Paulista	5.357	Torre de Pedra	509
Araçatiguama	4.896	Total	504.552

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 25 – Distribuição dos municípios da RASO de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	10	21,3	-	-	-	-
0,01 a 10%	6	12,8	2.628.768	7,1	123.157	4,7
10 a 20%	5	10,6	2.740.148	7,4	330.871	12,1
20 a 30%	6	12,8	6.135.212	16,6	1.586.825	25,9
30 a 50%	15	31,9	19.637.197	53,0	7.073.296	36,0
mais de 50%	5	10,6	5.898.662	15,9	3.090.461	52,4
Total	47	100,0	37.039.988	100,0	12.204.611	32,9

Fonte: FNDE (2018).

A tabela 25 traz os valores apresentados no sistema SIGPC-Público, considerando apenas compras realizadas da AF, constatando-se diferenças em nove municípios. As adequações foram as seguintes: Araçatiguama, de 56,5% para 56,4%, Araçoiaba da Serra, de 40,8% para 37,9%, Avaré, de 80,1% para 53,6%, Cesário Lange, de 14,1% para 14,0%, Guareí, de 115,2% para 39,1%, Ibiúna, de 33,3% para 31,5%, Salto do Pirapora, de 10,9% para 5,6%, São Miguel Arcanjo, de 33,7% para 33,5% e Sarapuí, de 3,7% para 3,4%.

Verificando o total de compras da AF para a AE, nota-se que os seis municípios que mais compraram foram responsáveis por 62,3% das compras: Sorocaba, com 19,6%, Itu, com 12,1%, Botucatu, com 8,5%, Avaré, com 7,8%, Itapetininga, com 7,2% e Tatuí, com 7,2% das compras. Observa-se que cinco destes municípios figuram entre os seis com maior número de estudantes, somente Avaré, o terceiro município em compras, ocupa a oitava colocação em número de estudantes da RA.

Quanto ao nível de processamento, a tabela 26 revela que em 18,5% dos casos não foi possível obter tal informação. Os alimentos in natura e minimamente processados somaram 79,0% das compras, com participação bastante reduzida de alimentos com maior nível de processamento.

Tabela 26 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RASO, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	8.601.243,97	70,5
Minimamente processado	1.035.672,94	8,5
Processado	126,00	0,0
Ultraprocessado	303.508,80	2,5
Ingrediente culinário	28,80	0,0
Sem descrição do Item	2.264.031,09	18,5
Total	12.204.611,60	100,0

Fonte: FNDE (2018).

A tabela 27 mostra que a maior parte das compras, 74,3% foram locais, feitas junto a agricultores do próprio município, 55,7%, ou da própria região, 18,6%. Mesmo nas compras em outras RAs do estado, houve importante participação daquelas feitas junto a agricultores de Itapeva e de Registro (vide tabela 2), vizinhas a Sorocaba. Os circuitos curtos de comercialização foram amplamente predominantes, portanto, na execução do Artigo 14 pelas prefeituras da RASO.

Tabela 27 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RASO, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	6.801.896,77	55,7
RMSP	2.267.884,90	18,6
Outras Regiões do Estado	2.743.219,51	22,5
Outros Estados	391.610,42	3,2
Total	12.204.611,60	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Sobre o tipo de fornecedor que vendeu para a RASO, nota-se que os AF individuais foram responsáveis por 6,3% das vendas, as associações por 18,8%, e as cooperativas, 74,9%, sendo esta, destaque nas vendas para a RA. Tal constatação vai ao encontro do trabalho

desenvolvido por Bueno (2014), que revelou que a aplicação do Artigo 14 do PNAE na cidade de Sorocaba contribuiu para aumento do número de cooperativas de agricultores familiares locais.

Entre os 55 municípios que realizaram vendas para a RASO, os seis que mais venderam representam 52,8% das vendas, assim distribuídos: Sorocaba, com 20,6% das vendas, Iperó, 6,9%, Tatuí, 6,7%, Botucatu, 6,6%, Badi Bassitt, com 6,1% e Porto Feliz, com 5,9%. Tirando Badi Bassitt, que é da RA São José do Rio Preto, os outros pertencem à própria região de Sorocaba.

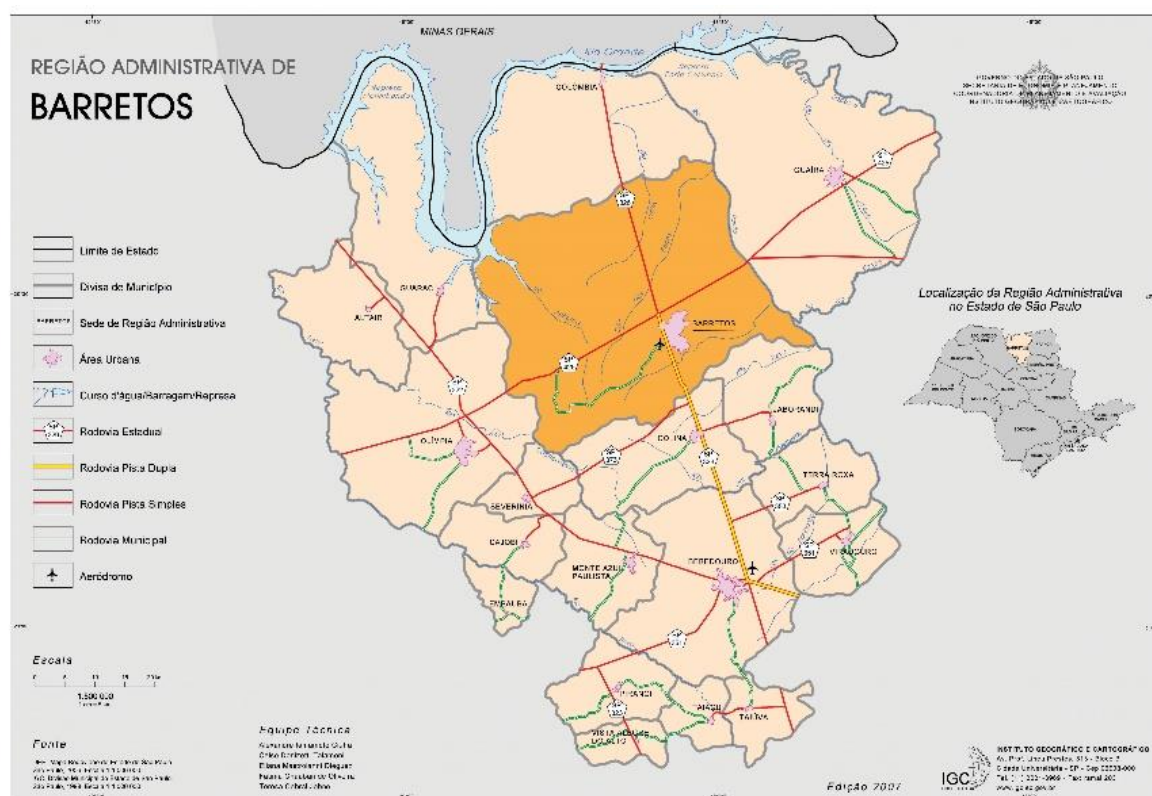
Um destaque na execução do Artigo 14 na RA Sorocaba é a grande importância alcançada pelos circuitos curtos de comercialização. Isso encontra-se, em grande parte, alicerçado, no perfil produtivo da região, com produção considerável de hortaliças. Houve quase coincidência entre o valor comprado pelas prefeituras locais e o valor vendido pelos seus agricultores familiares para a alimentação escolar. Talvez, seja essa a região em que mais se percebeu uma conjugação entre diversos atores sociais locais fazendo com que compras públicas de alimentos priorizassem os originados da sua própria área.

5.6. A Região Administrativa de Barretos

Conforme a tabela 2, o que os agricultores familiares da Região de Barretos (RAB) venderam, em 2018, para a alimentação escolar, equivalente a R\$ 2,4 milhões, foi menor do que os R\$ 3,0 milhões que as prefeituras locais compraram para alimentação escolar. Uma provável explicação para a baixa participação dos agricultores familiares locais no fornecimento para a AE, é que na RAB predomina o cultivo canavieiro, junto com a exploração de pecuária bovina extensiva, com pequena capacidade de fornecimento de alimentos para a alimentação escolar.

A representação geográfica da RAB pode ser vista na Figura 7. Ela ocupa uma área de 8.343 km², o que corresponde a 3,4% da área de São Paulo. Ela é formada por 19 municípios, com população total de 439.068 habitantes (IBGE, 2022), cerca de apenas 1,0% da população do estado de São Paulo.

Conforme tabela 28, dos municípios que compõem esta região, apenas um ultrapassa 100 mil habitantes, a cidade de Barretos. Outros dois municípios, Bebedouro e Olímpia, estão entre 50mil e 100 mil, apenas um, entre 30 mil e 50 mil, seis, entre 10 mil e 20 mil e nove contam com população abaixo de 10 mil habitantes. Os três maiores municípios juntos representam 57,8% da população da RAB, com os restantes 42,2% estando nos outros 16 municípios.

Figura 7 – Conformação da Região Administrativa de Barretos, estado de São Paulo

Fonte: IGC (2025)

Tabela 28 – Relação de municípios e populações da RAB, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Barretos	122.485	Cajobi	9.133
Bebedouro	76.373	Vista Alegre do Alto	8.109
Olímpia	55.074	Terra Roxa	7.904
Guaiúba	39.279	Colômbia	6.629
Colina	18.486	Taiúva	6.548
Monte Azul Paulista	18.151	Jaborandi	6.221
Viradouro	17.414	Taiáçu	5.677
Severínia	14.576	Altair	3.451
Pirangi	10.885	Embaúba	2.323
Guaraci	10.350	Total	439.068

FONTE: Censo IBGE, 2022.

Em relação ao número de alunos, conforme tabela 29, a RAB possui aproximadamente 82 mil, o que representa 1% dos estudantes do estado de São Paulo. Dos 19 municípios, os três municípios com maior número de estudantes somam 46.441 estudantes, o que representa 56,7% de todo alunado da região.

Deve-se lembrar que o FNDE repassa às entidades executoras um valor por aluno de escola pública para AE, sendo este valor definido de acordo com o segmento que este pertence. Os municípios maiores tendem a ser mais atrativos aos agricultores que ofertam produtos para alimentação escolar.

Tabela 29 – Relação de municípios da RAB e respectivos números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Estudantes	Município	Estudantes
Barretos	22.223	Pirangi	1.759
Bebedouro	13.610	Terra Roxa	1.674
Olimpia	10.608	Colômbia	1.653
Guaíra	7.265	Vista Alegre Do Alto	1.455
Colina	3.432	Jaborandi	1.242
Severínia	3.257	Taiapu	1.093
Viradouro	3.211	Taiuva	1.055
Monte Azul Paulista	2.981	Altair	842
Guaraci	2.277	Embaúba	405
Cajobi	1.883	Total	81.925

Fonte: FNDE dados internos, (2018).

A atratividade de participação como fornecedor de produtos para a alimentação escolar pode ser abordada para o conjunto de agricultores familiares ou para um agricultor isoladamente. No primeiro caso, considera-se que municípios com maiores populações e, conseqüentemente, maior alunado são mais atrativos, pois os valores a serem gastos na compra de produtos da agricultura familiar, em termos absolutos, seriam bem mais expressivos. (Baccarin, et. al. p. 109, 2017)

A tabela 30 registra que seis municípios da região não compraram produtos da agricultura familiar, posto que não receberam repasses do FNDE: Altair, Embaúba, Guaraci, Jaborandi, Viradouro e Vista Alegre do Alto. Cinco compraram abaixo dos 30%: Colina 9,2%, Taiapu, 23,2%, Terra Roxa 23,2%, Olímpia 23,5% e Cajobi 28,5. Outros seis compraram acima de 30%: Taiuva 31,9%, Bebedouro 35,9%, Guaíra 36,7%, Barretos 37,1%, Monte Azul Paulista 38,7%, Pirangi 46,2%, outros dois compraram acima de 50%, são eles: Colômbia, 56,1% e Severina, 57,9%.

Tabela 30 – Distribuição dos municípios da RAB de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repassé FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	6	31,6	-	-	-	-
0,01 a 10%	1	5,3	326.973	3,8	30.156	9,2
10 a 20%	-	-	-	-	-	-
20 a 30%	4	21,1	1.815.374	21,3	435.304	24,0
30 a 50%	6	31,6	5.896.833	69,2	2.179.478	37,0
mais de 50%	2	10,5	485.713	5,7	277.352	57,1
Total	19	100,0	8.524.894	100,0	2.922.292	34,3

Fonte: FNDE (2018).

Outra questão observada é que os municípios de Bebedouro, Cajobi, Colômbia e Olímpia apresentaram divergências entre os valores apresentados como aquisição da agricultura familiar na tabela FNDE com os apresentados no site do Sistema de Prestação de Contas (SIGPC-Público), no link Relatório documentos de despesa. Para a análise dos dados, usou-se o site de Prestação de Contas (SIGPC-Público).

Ao descontar as compras feitas no comércio, quatro municípios apresentaram redução de compras. São eles Monte Azul Paulista, que passou de 44,4% para 38,7%, Guaira, que passou de 39,0% para 36,7%, Pirangi, de 54,2% para 46,2% e Severina, de 62,0% para 57,9%.

Em relação ao grau de processamento, verifica-se na tabela 31 que a RAB busca comprar produtos in natura e minimamente processados, sendo que estes produtos compõem praticamente 78% das compras realizadas pela região. Registre que em 21,7% dos casos não foi possível analisar o nível de processamento do produto comprado.

Tabela 31 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em milhões de reais, RAB, 2018.

Grau Processamento	2018	
	Reais	%
In natura	2.249.560,15	77,0
Minimamente processado	33.819,59	1,2
Ingrediente Culinário	-	0,0
Processado	-	0,0
Ultraprocessado	-	0,0
Sem Descrição do item	638.912,53	21,7
Total	2.922.292,27	100,0

Fonte: FNDE (2018).

A tabela 32 demonstra que as compras ocorreram, predominantemente, dentro do próprio município, seguido das compras feitas em outras regiões do estado, um pouco acima das compras na própria RAB. Os circuitos curtos de comercialização, portanto, tenderam a predominar.

Tabela 32 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAB, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	1.703.610,47	58,3
RAB	531.217,65	18,2
Outras Regiões do Estado	609.108,95	20,8
Outros Estados	78.355,20	2,7
Total	2.922.292,27	100,0

Fonte: FNDE (2018)

Outro fato verificado é que os municípios de Barretos, Guaiá, Pirangi e Taiúva compraram apenas da AF do próprio município. Destes, Barretos comprou apenas de uma cooperativa, Guaiá de uma associação, enquanto Pirangi e Taiúva compraram apenas de agricultores individuais. Também se notou que a maior compra realizada, pouco mais de 1/3 do total de compras da região foi de um único produto, banana, realizada por Barretos. Em princípio, isso causa alguma surpresa em decorrência do plantio de banana não ser característico da RAB.

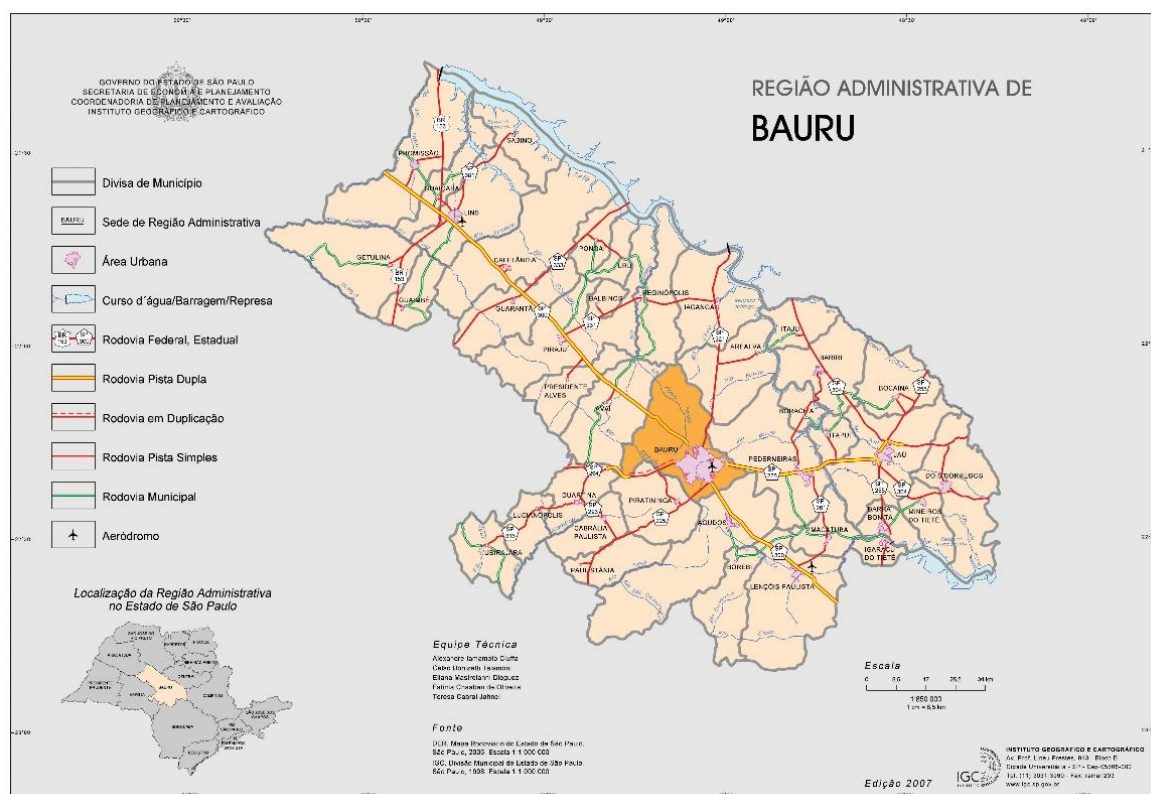
Sobre o tipo de fornecedor, verifica-se que o agricultor familiar individual teve participação de 23,6% nas compras da região, as associações, 30,5% e as cooperativas predominaram, com participação de 45,9%.

Em síntese, percebe-se que os municípios da RAB, atendem parte dos quesitos propostos pelo A14, mais ainda a maioria de seus municípios precisam promover políticas públicas que intervenham positivamente, bem como fortalecer a organização de seus agricultores procurando ampliar as compras para AE da AF e suas organizações.

5.7. A Região Administrativa de Bauru

Conforme a tabela 2, as vendas dos agricultores familiares da Região Administrativa de Bauru (RABU) somaram R\$ 3,3 milhões, valor parecido ao das compras de suas prefeituras, para alimentação escolar, que alcançou R\$ 3,2 milhões. A RABU é formada por 39 municípios, ocupando 16.206 km², 6,5% da área do estado, possuindo uma população de 1,1 mil habitantes, 2,5% da população do estado de São Paulo. A figura 8 mostra sua localização em São Paulo.

Figura 8 – Conformação da Região Administrativa de Bauru no estado de São Paulo



Fonte: IGC (2025)

Em relação aos municípios que compõe esta região, conforme tabela 33, apenas dois ultrapassam 100 mil, incluindo Bauru, com maior população da região. Outros dois municípios têm entre 50 mil e 100 mil, cinco, entre 30 mil e 50 mil, 13, entre 10 mil e 25 mil e 13 possuem

até 10 mil habitantes. Desta forma, verifica-se que os dois maiores municípios juntos representam 52,9% da população da RABU, enquanto os 13 municípios com menos de 10 mil habitantes representam 6,7% da sua população.

Tabela 33 – Relação de municípios e populações da RABU, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Bauru	379.146	Iacanga	10.437
Jaú	133.497	Getulina	10.232
Lins	74.779	Arealva	8.130
Lençóis Paulista	66.505	Reginópolis	7.662
Pederneiras	44.827	Guarantã	6.427
Agudos	37.680	Guaimbê	5.512
Promissão	35.131	Ubirajara	5.132
Barra Bonita	34.346	Sabino	5.112
Bariri	31.595	Boracéia	4.715
Dois Córregos	24.510	Avaí	4.483
Igaraçu do Tietê	23.106	Cabrália Paulista	4.299
Pirajuí	22.431	Balbinos	3.887
Macatuba	16.829	Presidente Alves	3.804
Cafelândia	16.654	Itaju	3.618
Piratininga	15.108	Pongai	3.395
Itapuí	13.659	Borebi	2.713
Duartina	12.328	Lucianópolis	2.372
Bocaina	11.259	Paulistânia	2.090
Guaíçara	11.239	Uru	1.387
Mineiros do Tietê	11.230	Total	1.111.266

Fonte: IBGE (2022).

Em relação ao número de alunos, constatava-se a existência de 202.011 alunos, em 2018, o que representa 2,5% dos estudantes do estado de São Paulo. Pela tabela 34, observa-se que dos 39 municípios, apenas quatro deles, ou seja, 10,2%, possuíam mais que 10 mil estudantes. Juntos estes quatro municípios somavam 115.173 estudantes, o que representava 57% de todo alunado da região, enquanto nove deles possuíam menos de 1 mil estudantes, conforme pode ser observado na tabela 34. Os municípios com número de estudantes entre um e cinco mil são 19, o que representa aproximadamente 49% do total de municípios, e apenas cinco possuem entre cinco e nove mil alunos, correspondendo a aproximadamente 13% dos municípios que compõe a RABU.

Conforme a tabela 35, 16 municípios não aparecem com compras da AF e não constam na tabela repasses do FNDE. São eles: Arealva, Avaí, Balbinos, Borebi, Lençóis Paulista, Lucianópolis, Pirajuí, Presidente Alves, Reginópolis, Bariri, Boracéia, Itaju, Jaú, Mineiros do Tietê, Pongai e Uru. Em Borebi e Lucianópolis, o mesmo ocorre quando se busca por estes municípios na Prestação de Contas: SIGPC – Público. Chama a atenção o fato de tantos municípios, 41,0% locais não receberem recursos do FNDE e não comprarem produtos da agricultura familiar.

Tabela 34 – Relação de municípios da RABU e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Bauru	63.243	Piratinunga	1.946
Jau	25.182	Getulina	1.944
Lins	14.161	Arealva	1.456
Lençóis Paulista	12.587	Reginópolis	1.333
Pederneiras	8.306	Cabrália Paulista	1.320
Agudos	7.355	Guarantã	1.295
Promissão	7.093	Guaimbê	1.222
Barra Bonita	5.755	Sabino	1.045
Bariri	5.709	Ubirajara	1.027
Dois Córregos	4.861	Boraceia	993
Pirajuí	4.259	Avai	967
Igarapu do Tiete	4.115	Presidente Alves	740
Cafelândia	3.587	Itaju	716
Macatuba	3.379	Borebi	643
Itapuí	2.567	Pongai	592
Mineiros do Tietê	2.415	Balbinos	525
Guaíçara	2.298	Lucianópolis	464
Bocaina	2.222	Paulistânia	419
Duartina	1.998	Uru	315
Iacanga	1.957	Total	202.011

Fonte: FNDE (2018).

Tabela 35 – Distribuição dos municípios da RABU de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	16	41,0	-	-	-	-
0,01 a 10%	7	17,9	1.913.887	13,74	107.308	5,61
10 a 20%	6	15,4	7.360.735	52,84	936.391	12,72
20 a 30%	3	7,7	903.700	6,49	195.228	21,60
30 a 50%	3	7,7	1.424.268	10,22	516.099	36,24
mais de 50%	4	10,3	2.327.218	16,71	1.254.619	53,91
Total	39	100,0	13.929.808	100,00	3.009.646	21,61

Fonte: FNDE (2018).

Entre os municípios que promoveram compras junto a AF, verifica-se que sete deles: Bocaina, Dois Córregos, Cabrália Paulista, Duartina, Iacanga, Iguaraçu do Tietê e Itapuí, promoveram compras entre 0,1% e 10%. Juntos a compras realizadas somam R\$ 107.308,26, o que representa um gasto percentual de 0,8% em relação ao repasse para a RABU.

As compras com gastos entre 10% e 20%, foram realizadas por seis municípios com valor de compra conjunta de R\$ 936.391,27, o que representa 6,7% dos valores recebidos do FNDE para região, sendo estes municípios: Barra Bonita, Bauru, Getulina, Guaíçara, Macatuba e Piratinunga.

Aqueles que apresentam compras entre 20% e 30% são três municípios: Agudos, Paulistânia e Ubirajara, com um valor somado das compras de R\$ 195.228,24, representando 1,4% de compras com AF do valor de repasse destinado a RABU.

Os municípios que compraram entre 30% e 50% são três: Cafelândia, Pederneiras e Sabino com um total de compras de R\$ 516.099,01, que representa 3,7% do valor repassado a esta Região Administrativa.

Já os municípios com compras acima de 50% são: Guaimbê, Guarantã, Lins e Promissão, que juntos compraram R\$ 1.254.619,31, o que representa um percentual de 9,0% do repasse realizado pelo FNDE.

Dos 23 municípios que apresentaram compras da AF, quatro deles apresentaram compras de comércio na prestação de contas como sendo de agricultores familiares. As adequações realizadas resultaram nas seguintes diminuições dos gastos com alimentação escolar, Bauru, de 13,6% para 12,1%, Itapuí, de 7,9% para 5,7%, Lins, de 59,6% para 52,9%, Ubirajara, de 26,6 para 22,8%.

Quanto ao grau de processamento dos alimentos, conforme tabela 36, verifica-se que 82,7% são de produtos in natura ou minimamente processado, e 9,9%, de processados. Ultraprocessados tiveram compra insignificante e sem descrição do item representou 7,4%. Desta forma, verifica-se que a região busca atender o proposto no A14 em relação a uma alimentação de melhor qualidade nutricional e mais saudável para seus estudantes.

Tabela 36 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RABU, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
<i>In natura</i>	1.562.512,25	51,9%
Minimamente processado	926.803,26	30,8%
Processado	297.802,77	9,9%
Ultraprocessado	306,62	0,0%
Sem descrição do item	221.899,19	7,4%
Total	3.009.324,09	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Analisando a origem do produto, pela tabela 37, verifica-se que 57,7% foram comprados no próprio município, 12,6 % dentro da RABU, 14,9% de outras regiões do estado e outros 14,9%, de outros estados. Ao se pensar em circuitos curtos alimentares, verifica-se que 70,3% das compras da AF e suas organizações ocorrem dentro da região. Os municípios de Bocaina, Guarantã, Iacanga, Lins, Promissão e Ubirajara promoveram somente compras da AF e suas organizações do próprio município.

Tabela 37 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RABU, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	1.737.203,63	57,72
RABU	378.409,51	12,57
Outras Regiões do Estado	447.002,95	14,85
Outros Estados	447.030,00	14,85
Total	3.009.324,09	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Em relação ao tipo de fornecedor verifica-se que as associações foram as que mais venderam para a AE, com um total de R\$ 1.738.611,72, o que representa 57,8% das vendas, depois as cooperativas com 870.772,12, representando 28,9% das vendas e o agricultor individual com vendas no valor de R\$ 400.312,25, o que equivale a 13,3%. Observa-se que para esta região foram as Associações se mostraram mais capacitadas na participação das CPs.

Em relação aos municípios que mais venderam para a RABU, dois deles que apresentam as maiores vendas são da própria região: Lins, com 28,9% e Promissão, com 12,3%, juntos promoveram uma venda de 41,2%. Promissão é um município reconhecido como tendo grande número de assentamentos de Reforma Agrária. Outro fato interessante é que Lins promoveu uma venda de R\$ 925.502,28, realizada apenas por uma associação a APOL - Associação dos Produtores e Olericultores de Lins e Região, promovendo vendas para seu próprio município e outros quatro.

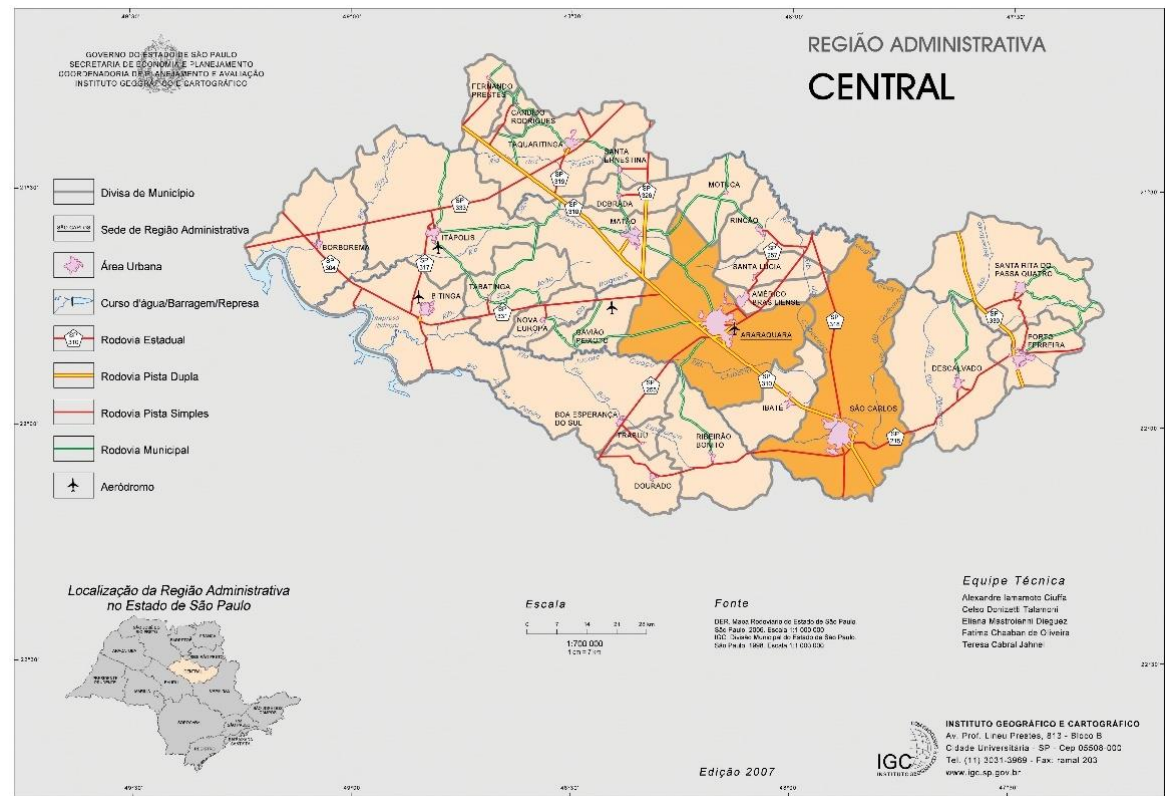
No geral, verifica-se que 16 municípios da RABU não realizaram compras e outros 16 não atingiram o mínimo proposto, revelando baixo desempenho local do A14. Em relação aos outros pontos avaliados, observou-se que os circuitos curtos de comercialização tiveram predominância, bem como predominaram as compras de produtos in natura e minimamente processados.

5.8. A Região Administrativa Central

Na Região Administrativa Central (RACE), conforme a tabela 2, a venda dos seus agricultores familiares para alimentação escolar somou R\$ 5,6 milhões, em 2018, enquanto suas prefeituras compraram R\$ 4,0 milhões da agricultura familiar para alimentação escolar. Ela é composta por 26 municípios, com população pouco maior que 1 milhão de habitantes (IBGE, 2022) e com área de 11,1 km² mil, ou seja, 4,5% do território paulista. A conformação geográfica da RACE aparece na figura 9.

Dos 26 municípios da região, conforme tabela 38, 20 são de pequeno porte populacional, com menos de 50 mil habitantes, quatro possuem entre 50 e 100 mil habitantes e dois entre 200 e 300 mil habitantes, São Carlos e Araraquara.

Figura 9 – Conformação da Região Administrativa Central no estado de São Paulo



Fonte: IGC (2025)

Tabela 38 – Relação de municípios e respectivas populações da RACE, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
São Carlos	254.857	Boa Esperança do Sul	12.978
Araraquara	242.228	Ribeirão Bonito	10.989
Matão	79.033	Nova Europa	9.311
Ibitinga	60.033	Rincão	9.098
Porto Ferreira	52.649	Dobrada	8.759
Taquaritinga	52.260	Dourado	8.096
Itápolis	39.493	Santa Lúcia	7.149
Américo Brasiliense	33.019	Santa Ernestina	6.118
Ibaté	32.178	Fernando Prestes	5.942
Descalvado	31.756	Gavião Peixoto	4.702
Santa Rita do Passa Quatro	24.833	Motuca	4.034
Tabatinga	14.769	Cândido Rodrigues	2.889
Borborema	14.226	Trabiju	1.682
		Total	1.023.081

Fonte: IBGE (2022).

O número de alunos da RACE a coloca na 10ª posição das 16 RAs de São Paulo. Seus 179.558 estudantes representavam 2,2% do total de estudantes do estado, em 2018. Na tabela 40, verifica-se que três municípios possuíam entre 0 e 1 mil estudantes, 13 municípios, entre 1 mil e 5 mil estudantes, cinco municípios entre 5 mil e 10 mil estudantes, três municípios entre 10 e 20 mil estudantes e dois municípios tinham próximo a 40 mil estudantes.

Tabela 39– Relação de municípios da RACE e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
São Carlos	39.481	Borborema	2.655
Araraquara	38.525	Ribeirão Bonito	2.517
Matão	14.492	Nova Europa	2.072
Ibitinga	10.377	Dobrada	2.007
Taquaritinga	10.266	Rincão	1.953
Porto Ferreira	9.543	Santa Lucia	1.543
Ibaté	8.037	Dourado	1.531
Americo Brasiliense	7.815	Santa Ernestina	1.262
Itápolis	6.879	Fernando Prestes	1.145
Descalvado	5.070	Gavião Peixoto	1.125
Santa Rita do Passa Quatro	3.810	Motuca	847
Tabatinga	3.031	Candido Rodrigues	449
Boa Esperança do Sul	2.727	Trabiju	399
		Total	179.558

Fonte: FNDE (2018).

Na tabela 40, verifica-se que sete municípios não fizeram compras da AF para a AE, nem receberam recursos do FNDE: Boa Esperança do Sul, Cândido Rodrigues, Dobrada, Gavião Peixoto, Rincão, Santa Lúcia e Trabiju. Quatro municípios compraram entre 0,1% e 10%: Américo Brasiliense, Ibaté, Matão e Ribeirão Bonito, quatro compraram entre 10% e 20%: São Carlos, Nova Europa, Fernando Prestes e Santa Ernestina, sete deles compraram entre 20% e 30%: Motuca, Dourado, Araraquara, Taquaritinga, Ibitinga, Borborema e Itápolis, três realizaram compras entre 30% e 50%: Descalvado, Santa Rita Do Passa Quatro e Porto Ferreira, um deles comprou acima de 50%: Tabatinga. Vale observar que o município de Motuca ficou muito próximo dos 30% estipulado pelo A14.

Tabela 40 – Distribuição dos municípios da RACE de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	7	26,9	-	-	-	-
0,01 a 10%	4	15,4	3.318.604	23,4	111.902	3,4
10 a 20%	4	15,4	2.792.775	19,7	515.614	18,5
20 a 30%	7	26,9	6.164.898	43,5	1.539.517	25,0
30 a 50%	3	11,5	1.607.988	11,3	598.983	37,3
mais de 50%	1	3,8	289.024	2,0	206.440	71,4
Total	26	100	14.173.289	100,0	2.972.457	21,0

Fonte: FNDE (2018).

A RACEN apresentou discrepâncias em sete municípios em relação aos valores obtidos do FNDE com os adquiridos através do SIGPC.

Dos 19 municípios que realizaram compras, Américo Brasiliense se destaca, gastando 71,4% do repasse do FNDE junto a agricultores familiares. Outro fator verificado, é que o

município com maior número de estudantes, São Carlos, não atingiu o mínimo de compras da AF, comprando, 19,8%.

Apenas três municípios fizeram compras do comércio, registradas como do Artigo 14, Em Ibitinga a correção foi de pequena monta, de 22,4% para 21,7%, em Matão, ela foi muito alta, de 59,2% para 2,3%, e, em Tabatinga, houve também queda significativa, de 99,4% para 71,4%.

Os seis primeiros municípios nas compras da AF para a AE foram responsáveis por 73,0% das compras da RACE, com compras no valor de R\$ 2.168.401,96. Foram eles: Araraquara, com 27,9%, São Carlos, com 14,9%, Taquaritinga, com 9,6%, Porto Ferreira, com 8,2%, Ibitinga, com 7,6% e Descalvado, com 7,3%. Dentre estes municípios, apenas Descalvado não se encontra entre os seis maiores municípios em número de aluno, estando na 10ª posição. Observa-se também que o município de Matão, que aparece na 3ª posição em número de estudantes, após a exclusão das compras indevidamente registradas aparece com um baixo percentual de compras.

Ao se analisar o grau de processamento dos produtos, com auxílio da tabela 41, constata-se que 8,3% do valor comprado não permite a identificação do produto. Alimentos in natura ou minimamente processados somam 82,8% dos produtos adquiridos, com a região revelando grande preocupação com o quesito nutricional da alimentação escolar. Produtos processados representaram 6,4% das compras, ultraprocessados, 1,5%, e ingredientes culinários registrou um valor irrisório, em um único município.

Tabela 41 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento, em reais, RACE, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	2.120.683,04	71,3
Minimamente processado	370.241,78	12,5
Processado	190.439,25	6,4
Ultraprocessado	44.084,67	1,5
Ingrediente culinário	136,81	0,0
Sem descrição do item	246.872,12	8,3
Total	2.972.457,67	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Na tabela 42 verifica-se que predominaram, amplamente, as compras realizadas no próprio município, com participação de 68,5%, seguidas pelas compras feitas na própria região, com participação de 19,7%. As compras feitas de outros estados foram muito diminutas e de outras regiões de São Paulo também registraram baixo valor. Portanto, os circuitos curtos de comercialização tenderam a predominar na RACE.

Tabela 42 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RACE, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	2.037.265,98	68,5
RACE	584.821,21	19,7
Outras Regiões do Estado	317.694,91	10,7
Outros Estados	32.675,57	1,1
Total	2.972.457,67	100,0

Fonte: FNDE (2018)

Sobre o tipo de fornecedor, o agricultor familiar individual apresentou participação de 23,0% no total de compras da região, acima das cooperativas com 19,7%. Por sua vez, as associações se destacaram, com 57,3% de participação. Os agricultores familiares, em 82,3%, tiveram suas vendas concentradas em três municípios: Taquaritinga, Itápolis e Santa Rita do Passa Quatro. Em princípio, não se consegue identificar uma razão única para que tal fato se expresse nesses três municípios.

Os municípios com maiores volumes de venda de seus agricultores para o PNAE foram Araraquara, com 20,0% de participação, Tabatinga, com 13,0%, Taquaritinga, com 11,9%, Descalvado, com 11,4% e São Carlos, com 9,4%, resultando em um total de 65,7%. Em três desses municípios há assentamentos de reforma agrária, São Carlos, Descalvado e, especialmente, Araraquara.

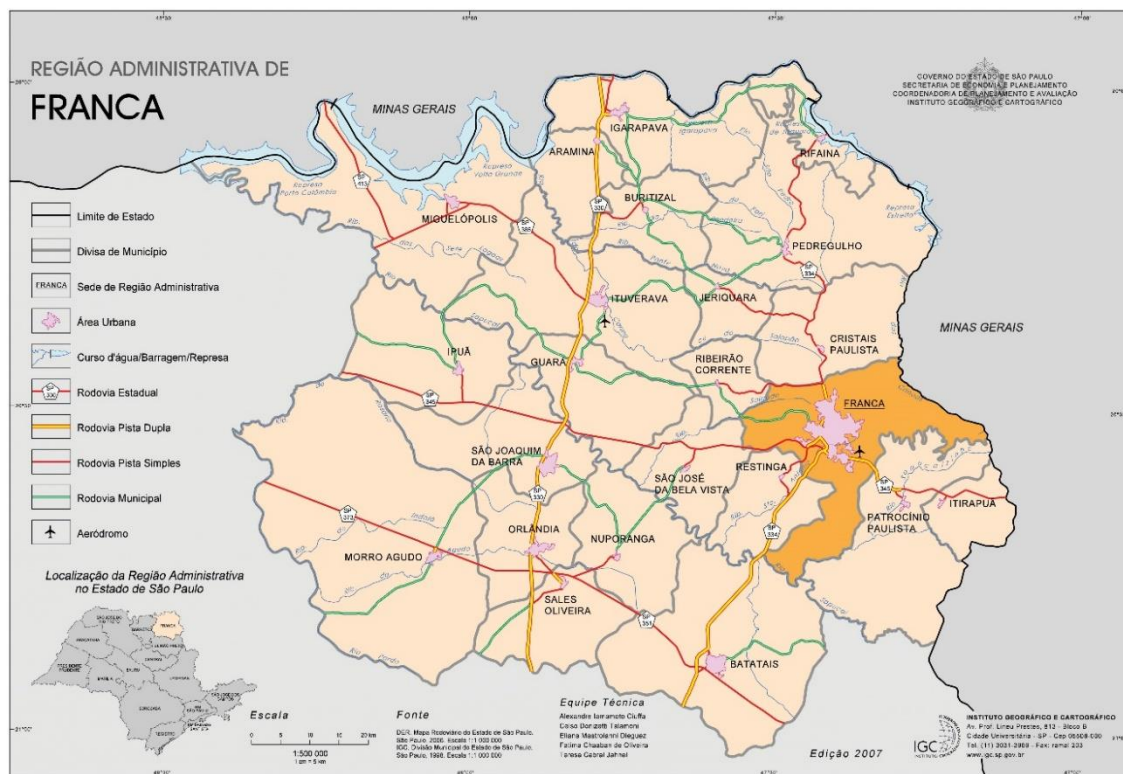
De maneira geral, nota-se que os municípios da RACE conseguem atender alguns dos quesitos do A14, mas em relação ao mínimo estipulado de compras, a região precisa promover políticas públicas de forma a fortalecer a participação dos agricultores familiares ou suas organizações. Um exemplo a ser apresentado é o município de Matão que apresentava percentual de compra de aproximadamente 60%, tendo uma queda brusca para 2,3% de compras da AF, após a desconsideração do registro indevido de compras. Este é um exemplo da dificuldade da região em atender de forma adequada o A14, bem como os sete municípios que não promoveram compras e os 14 que não atingiram o mínimo estipulado, demonstrando fragilidades neste quesito.

5.9. A Região Administrativa de Franca

Conforme a tabela 2, enquanto os agricultores familiares da Região Administrativa de Franca (RAF), em 2018, venderam R\$ 2,8 milhões para o PNAE, suas prefeituras compraram um volume maior, de R\$ 4,6 milhões, para a alimentação escolar. Além de baixo valor, as vendas dos agricultores familiares locais se resumiram à própria RAF e à vizinha Região Administrativa de Ribeirão Preto.

A RAF é composta por 23 municípios, ocupando uma área de 10.330,12 km², correspondente a 4,2% do território paulista. A Leste e ao Norte faz divisa com o estado de Minas Gerais, conforme pode ser visto na figura 10.

Figura 10 – Conformação da Região Administrativa de Franca no estado de São Paulo



Fonte: IGC (2025)

A RAF possui população 742.248 habitantes, o que representa apenas 1,7% de toda a população do estado de São Paulo (IBGE 2022). Dos seus 23 municípios, 21 são considerados de pequeno porte, com menos de 50 mil habitantes, um de médio porte, com pouco menos de 60 mil habitantes e um de grande porte, com pouco mais de 350 mil habitantes, a cidade de Franca. Essas informações aparecem na tabela 43.

Tabela 43 – Relação de municípios e populações da RAF, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Franca	352.536	Sales Oliveira	11.411
Batatais	58.402	Cristais Paulista	9.272
São Joaquim da Barra	48.558	São José da Bela Vista	7.626
Orlândia	38.319	Nuporanga	7.391
Ituverava	37.571	Restinga	6.404
Morro Agudo	27.933	Itirapuã	5.779
Igarapava	26.212	Aramina	5.420
Miguelópolis	19.441	Ribeirão Corrente	4.608
Guará	18.606	Buritizal	4.356
Pedregulho	15.525	Rifaina	4.049
Patrocínio Paulista	14.512	Jeriquara	3.863
Ipuã	14.454	Total	742.248

Fonte: IBGE (2022).

Em números de estudantes, a RAF é 12º entre as RAs, com 140.478 estudantes, representando 1,7% do alunado paulista, em 2018. Na tabela 44, observa-se que três municípios possuem menos de 1 mil estudantes, 10, entre 1 mil e 3 mil estudantes, oito, entre 3 mil e 10 mil estudantes, um com pouco mais de 10 mil estudantes e um que possui pouco mais de 62 mil estudantes. Neste município, Franca, estão concentrados 44,8% dos estudantes da RAF.

Tabela 44 – Relação de municípios da RAF e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Franca	62.977	São José da Bela Vista	1.897
Batatais	10.300	Restinga	1.864
São Joaquim da Barra	9.346	Sales Oliveira	1.752
Orlândia	7.975	Cristais Paulista	1.732
Ituverava	6.429	Itirapuã	1.491
Morro Agudo	6.182	Nuporanga	1.311
Igarapava	5.157	Ribeirão corrente	1.201
Miguelópolis	4.129	Aramina	1.071
Guara	4.036	Jeriquara	888
Pedregulho	3.332	Buritizal	873
Patrocínio Paulista	2.922	Rifaina	815
Ipuã	2.798	Total	140.478

Fonte: FNDE (2018).

Verificou-se que em relação aos valores de compras realizadas pelos municípios que compõem a RAF, cinco destes divergem ao comparar os valores adquiridos do FNDE com os extraídos do SIGPC, sendo este último o que apresentou dados mais coesos para este trabalho.

Na tabela 45, nota-se que três municípios não realizaram compras da AF para AE, nem receberam recursos do FNDE: Cristais Paulista, Jeriquara e Rifaina, representando 13,04% do total de municípios.

Tabela 45 – Distribuição dos municípios da RAF de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasso FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	3	13,0	-	-	-	-
0,01 a 10%	6	26,1	2.084.342	16,27	58.632	2,8
10 a 20%	5	21,7	1.804.821	14,09	237.596	13,2
20 a 30%	4	17,4	6.678.178	52,13	1.844.230	27,6
30 a 50%	2	8,7	1.114.595	8,70	430.886	38,7
mais de 50%	3	13,0	1.127.888	8,80	940.626	83,4
Total	23	100,0	12.809.825	100,00	3.511.972	27,4

Fonte: FNDE (2018).

Dos que compraram, seis municípios compraram entre 0,1% e 10%: Nuporanga, Patrocínio Paulista, Buritizal, Orlândia, Pedregulho e Guara, três compraram entre 10% e 20%: Itirapuã, Ipuã e Batatais, outros três compraram entre 20% e 30%: Restinga, Miguelópolis e Ribeirão Corrente, quatro, entre 30% e 50%: Ituverava, Aramina, Franca e Igarapava, outros

quatro municípios compraram acima de 50%: Morro Agudo, São Jose da Bela Vista, São Joaquim da Barra e Sales Oliveira.

O município de São Jose da Bela Vista comprou 100% do repasse do FNDE da AF, na sequência São Joaquim da Barra, com aproximadamente 91,0%. Com destaque negativo, observa-se que o segundo maior município em número de estudantes, Batatais, comprou 12,6%, ficando distante do mínimo estipulado pelo A14.

Em relação dos 23 municípios que constituem a RAF, percebe-se que oito deles promoveram compras do comércio e as mesmas aparecem como sendo do A14. Descontando esse registro indevido de compras, os gastos efetivos com a agricultura familiar diminuem na seguinte quantidade, em Aramina, de 42,6% para 23,0%, Franca, de 36,4% para 27,6%, Ipuã, de 12,4 % para 10,8%, Morro Agudo, de 138,2% para 61,5%, Patrocinio Paulista, de 7,1% para 4,1%, Ribeirão Corrente, de 27,2% para 18,9%, Sales de Oliveira, de 54,2% para 11,6%, São Joaquim da Barra, de 113,2% para 90,9%.

Os cinco municípios regionais que mais compraram da AF para a AE totalizam um valor de R\$ 2.948.329,86, o que representa 84,0% de todas as compras realizadas pela RAF. Franca comprou de R\$ 1.684.108,81, 48,0% do total de compras realizadas pela RA, São Joaquim da Barra gastou R\$ 635.366,62, 18,1%, Ituverava, R\$ 261.517,10 ou 7,4%, Morro Agudo, R\$ 197.967,95 ou 5,6% e Igarapava gastou R\$ 169.369,38 com 4,8%. Verifica-se que o município que mais comprou foi Franca, que possui o maior número de estudantes, aproximadamente 63 mil, seguido por São Joaquim da Barra terceiro em número de estudantes, 9.346, após Ituverava, quinto maior município em número de estudantes, Morro Agudo, sexto em número de estudantes com 6.182 e Igarapava, sétimo em número de estudantes com 5.157.

Quanto ao grau de processamento dos produtos, observa-se na tabela 46 que parte pequena das informações não permite classificar os produtos, com porcentagem de 4,4%. Os alimentos in natura ou minimamente processados somaram 74,0% dos produtos adquiridos pela RAF. Produtos processados e ingredientes culinários tiveram compras próxima a zero e ultraprocessados registraram uma participação significativa de 21,5%.

Quanto à extensão dos circuitos de comercialização, observa-se na tabela 47 um predomínio das compras realizadas de agricultores familiares de fora da RAF. Em princípio, isso indica que os circuitos curtos de comercialização foram preteridos, mas deve-se tomar algum cuidado. As compras de outras regiões do estado podem ter ocorrido em regiões próximas, como Ribeirão Preto e Barretos, e as de outros estados no vizinho estado de Minas Gerais. As compras feitas no próprio município tiveram a menor importância, com 12,8%, e na própria região, uma participação de 24,6%.

Tabela 46 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAF, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	1.682.053,52	47,9
Minimamente processado	917.375,14	26,1
Processado	3.269,51	0,1
Ultraprocessado	753.868,42	21,5
Ingrediente culinário	680,71	0,0
Sem descrição do item	154.725,14	4,4
Total	3.511.972,44	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Tabela 47 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAF, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	450.151,54	12,8
RAF	863.241,63	24,6
Outras Regiões do Estado	1.284.959,65	36,6
Outros Estados	913.619,62	26,0
Total	3.511.972,44	100,0

Fonte: FNDE (2018)

Em relação ao tipo de fornecedor, percebe-se que o agricultor familiar individual apresentou participação de 15,4% nas vendas para região, percentual pouco significativo diante da participação das associações, 24,0%, e, especialmente das cooperativas, com participação de 60,5% das compras.

Os agricultores familiares dos cinco municípios que mais venderam para AE para as prefeituras da RAF alcançaram um valor de venda de R\$ 2.432.118,36, o que representa 67,0% das compras regionais. São eles: Restinga, com participação de 24,8%, Andradina, 17,5%, Garibaldi, com 14,9%, Fernandópolis, com 5,5% e Igarapava, com 4,3%. Destes, Restinga e Igarapava são da própria RA, devendo-se observar que em Restinga há um assentamento de reforma agrária, com seus agricultores tendo uma tradicional participação nas vendas para o PNAE. Fernandópolis e Andradina são municípios de RAs distantes de Franca, o que desmerece a suposição anterior de que as compras extra regionais poderiam ter sido feitas em RAs vizinhas. Por sua vez, Garibaldi é um município do Rio Grande do Sul, indicando que o vizinho estado de Minas Gerais tem pouca importância no fornecimento de alimentos para a RAF.

Pode-se notar que a RAF demonstra fragilidades em relação ao mínimo percentual de compras observado no A14, sendo que apenas cinco dos vinte municípios que promoveram compras, tiveram seu percentual acima do mínimo exigido. Ademais, tendeu a predominar circuitos longos de comercialização, o que talvez esteja associado à uma participação significativa de produtos ultraprocessados nas compras locais. Desta forma, os municípios da

porte, não alcançando 50 mil habitantes. Apenas Itapeva tem uma população acima de 50 mil, mas não ultrapassando 100 mil habitantes.

Tabela 48 – Relação de municípios e populações da RAI, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Itapeva	89.728	Nova Campina	8.497
Capão Bonito	46.337	Ribeirão Grande	7.450
Itararé	44.438	Arandu	6.885
Piraju	29.436	Taquarivaí	6.876
Itaí	25.180	Campina do Monte Alegre	5.954
Apiaí	24.585	Riversul	5.599
Taquarituba	24.350	Barra do Chapéu	5.179
Angatuba	24.022	Itapirapuã Paulista	4.306
Buri	20.250	Coronel Macedo	4.280
Paranapanema	19.395	Tejupá	4.127
Ribeirão Branco	18.627	Iporanga	4.046
Itaberá	17.983	Sarutaiá	3.704
Guapiara	17.071	Bom Sucesso de Itararé	3.555
Fartura	16.641	Barão de Antonina	3.531
Itaporanga	14.085	Itaoca	3.422
Taguaí	12.669	Ribeira	3.132
		Total	525.340

Fonte: IBGE (2022).

O número de estudantes da RAI, de 119.615 ou 1,5%, coloca-a na 14ª posição, nesse quesito, entre as 16 RAs do estado de São Paulo. Na tabela 49, nota-se que sete municípios têm menos que 1 mil estudantes, 10 municípios têm entre 1 mil e 3 mil estudantes, outros 7 municípios, de 3 mil a 5 mil estudantes, seis municípios, entre 5 mil e 10 mil estudantes, um município com pouco mais de 10 mil estudantes e Itapeva com pouco mais de 21 mil estudantes.

Tabela 49– Relação de municípios da RAI e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Itapeva	21.385	Nova Campina	2.154
Capão Bonito	10.371	Ribeirão Grande	1.862
Itararé	9.627	Taquarivaí	1.857
Piraju	7.071	Campina do Monte Alegre	1.396
Apiaí	6.220	Barra do Chapéu	1.301
Taquarituba	5.469	Arandu	1.250
Angatuba	5.135	Riversul	1.210
Buri	5.093	Tejupá	1.209
Itaí	4.607	Bom Sucesso de Itararé	1.087
Ribeirão Branco	4.563	Coronel Macedo	999
Guapiara	4.105	Itapirapuã Paulista	994
Paranapanema	3.832	Iporanga	959
Itaberá	3.695	Ribeira	872
Fartura	3.283	Itaoca	810
Itaporanga	3.025	Barão de Antonina	754
Taguaí	2.676	Sarutaiá	744
		Total	136.215

Fonte: FNDE (2018).

Ao comparar os valores adquiridos através do FNDE com os obtidos através do SIGPC, verificou-se que há distinção entre estes em seis municípios da RAI.

Observando a tabela 50, verifica-se que dos 32 municípios, nove não fizeram compras e não aparecem na tabela FNDE. Três municípios da RAI compraram entre 0,01% e 10% da agricultura familiar: Buri, Riversul e Itaguaí, três compraram entre 10% e 20%: Paranapanema, Itapeva, Piraju, outros quatro, entre 20% e 30%: Iporanga, Itararé, Sarutaiá e Campina do Monte Alegre, nove, entre 30% e 50%: Apiaí, Bom Sucesso de Itararé, Nova Campina, Arandu, Itaoca, Ribeirão Grande, Taquarivaí, Itaporanga e Fartura, e cinco deles compraram acima dos 50%: Angatuba, Itaí, Capão Bonito e Itaberá. Destaca-se Itaberá comprou 112,3% do repasse do FNDE de produtos da agricultura familiar, usando, para tanto, recursos próprios.

Tabela 50 – Distribuição dos municípios da RAI de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	9	28,1	-	-	-	-
0,01 a 10%	3	9,4	850.118	9,4	65.208	7,7
10 a 20%	3	9,4	2.745.958	30,3	485.339	17,7
20 a 30%	4	12,5	1.175.425	13,0	328.969	28,0
30 a 50%	9	28,1	1.869.157	20,6	683.803	36,6
mais de 50%	4	12,5	2.415.350	26,7	1.907.116	79,0
Total	32	100,0	9.056.008	100,0	3.470.434	38,3

Fonte: FNDE (2018).

Pode-se observar que ao serem retiradas as compras do comércio que apareciam como sendo da AF, em três municípios, o valor de aquisição diminui. Estes municípios são: Apiaí que apresentava percentual de compras de 71,4%, diminuindo para 30,4%, Buri diminuiu de 21,4% para 8,5% e Itaberá de 112,3% para 101,6%, mantendo, portanto, um valor pouco acima de 100%.

Observa-se que seis municípios são responsáveis por 72,5% das compras, Capão Bonito, responsável por 25,6% das compras, seguido por Itaberá 11,6%, Itaí 10,0%, Itapeva 9,5%, Itararé 8,0% e Angatuba 7,7%. Nove municípios compraram entre 1% e 5% e oito municípios tiveram representação percentual abaixo de 1% em relação a compra total realizada pela região. Nota-se que o município que mais comprou foi Capão Bonito 2º em número de alunos da RA, com 10.371 alunos, seguido por Itaberá 13º, com 3.695, Itaí 9º, com 4.607, Itapeva 1º, com 21.385, Itararé 3º, com 9.627 e Angatuba 7º, com 5.135 estudantes.

Analisando, através da tabela 51, o nível de processamento dos produtos adquiridos pela RAI, em 13,0% não se conseguiu obter a informação devida. Os produtos in natura e minimamente processados representam 85,9% das compras, demonstrando que a região é

exitosa em relação a promover uma alimentação mais saudável e nutritiva a seus educandos. Não houve compra de ingredientes culinários nem de produtos processados e os ultraprocessados representaram apenas 1,1% das compras.

Tabela 51 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAI, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	2.775.098,13	80,0
Minimamente processado	206.178,48	5,9
Processado	-	-
Ultraprocessado	37.371,84	1,1
Ingrediente culinário	-	-
Sem descrição do item	451.786,43	13,0
Total	3.470.434,88	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Na tabela 52 verifica-se que houve amplo predomínio de compras de agricultores familiares para a AE no próprio município, com representatividade de 81,5%. Outros 16,2% das compras ocorreram entre municípios da própria RAI. Os produtos originários de outras regiões tiveram pequena importância, 2,1% de outras RAs de São Paulo e 0,2% de outros estados. Nove municípios realizaram compras apenas de AF ou suas organizações do próprio município: Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Fartura, Itaí, Itararé, Nova Campina, Ribeirão Grande, Riversul e Taquarivaí.

Tabela 52 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAI, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	2.827.244,78	81,5
RAI	562.811,62	16,2
Outras Regiões do Estado	72.402,31	2,1
Outros Estados	7.976,17	0,2
Total	3.470.434,88	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Em um sentido, os municípios da RAI conseguem atender com êxito a proposta intrínseca no A14, de constituição de circuitos curtos alimentares. Contudo, deve-se levar em conta que a capacidade de compra das prefeituras locais é pequena e, provavelmente, insuficiente para injetar volume financeiro com capacidade para transformar, mais amplamente, a realidade de seus agricultores. O fato de os agricultores familiares locais apresentarem um volume de venda para AE maior do que a compra das prefeituras da RAI é um indicativo de que procuram obter rendas adicionais além do propiciado pela própria região.

Dentre os municípios que venderam para a RAI, os 14 primeiros são da própria região, Capão Bonito, com 27,2% das vendas, Itaberá, com 10,8%, Itaí, com 10,0%, Itapeva, com 9,5%,

Campina do Monte Alegre, com 8,5%, Itararé, com 8,0%, Fartura, com 4,9%, Taguaí, com 4,8% Nova Campina, com 2,6%, Piraju, com 2,5%, Taquarivaí, com 2,1%, Apiaí, com 2,1%, Ribeirão Grande, com 1,9% e Itaporanga, com 1,6%, somando 96,4%. O perfil produtivo local, ainda que não explorado nesse texto, possibilita que seus municípios tenham aptidão para fornecer produtos utilizáveis para a alimentação escolar. É importante dizer que o plantio canavieiro na RAI, diferenciando-a de grande parte das outras RAs do estado, é, relativamente, pequeno.

Ao se observar o tipo de fornecedor, nota-se que o agricultor familiar individual participou percentualmente com 13,5% das vendas para a região, as associações representaram 59,0% das vendas, e as cooperativas, outros 27,5%. Pode ter acontecido nesta região, o Alto Vale do Ribeira, o que Gonçalves (2018) constatou para a RAR, o Baixo Vale do Ribeira, a instituição dos programas de compras públicas de alimentos, em especial via PNAE, incentivou a criação de associações e cooperativas de agricultores familiares, facilitando sua participação formal nas vendas para alimentação escolar.

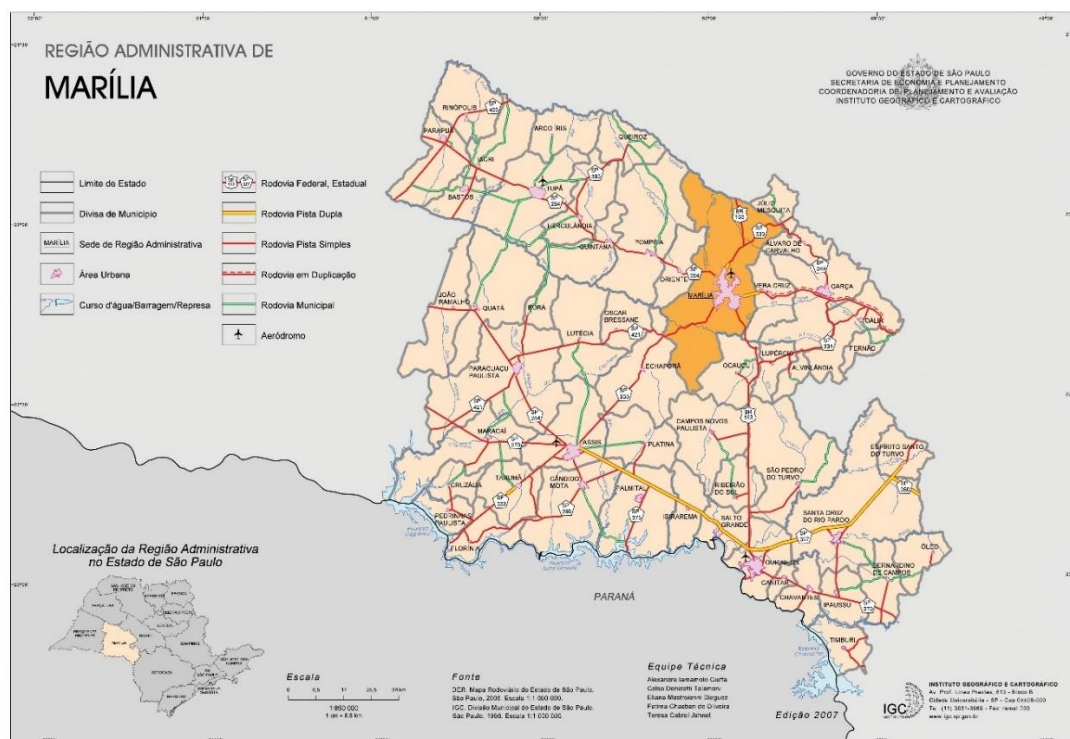
Em síntese, algumas fragilidades foram observadas, como o fato de que 10 dos 23 municípios que realizaram compras para o PNAE não atingiram o mínimo previsto no A14 de 30% de compras da AF. Ao mesmo tempo, formaram-se circuitos curtos de comercialização, com as compras das prefeituras, praticamente, se resumindo às feitas junto aos agricultores da região. Contudo, entende-se que mesmo que se todas as prefeituras locais executassem minimamente o previsto no Artigo 14, a capacidade de aumentar a renda de seus agricultores é relativamente diminuta, estimulando que eles procurem mercados institucionais, também, em outras RAs de São Paulo.

5.11. A Região Administrativa de Marília

Diferentemente da região anteriormente analisada, na Região Administrativa de Marília (RAM) as compras de produtos de agricultores familiares para a AE pelas prefeituras locais, que somou R\$ 5,9 milhões, suplantou a venda de seus agricultores para a AE, no valor de R\$ 4,5 milhões, conforme a tabela 2.

Conforme Figura 12, a RAM localiza-se no sudoeste de São Paulo, fazendo divisa com o estado do Paraná. Sua área aproximada é de 18,5 mil km², representando 7,4%, do território paulista, próximo à área da RA Itapeva.

Existem 51 municípios na RAM, com população aproximada de 974 mil habitantes (IBGE, 2022). De acordo com a tabela 53, dos 51 municípios da região, 47 são de pequeno porte populacional, com menos de 50 mil habitantes, um possui entre 50 e 100 mil habitantes e três entre 100 e 300 mil habitantes, Marília, Ourinhos e Assis.

Figura 12 – Conformação da Região Administrativa de Marília no estado de São Paulo

Fonte: IGC (2025)

Tabela 53– Relação de municípios e populações da RAM, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Marília	237.627	Canitar	6.283
Ourinhos	103.970	Echaporã	6.205
Assis	101.409	Iacri	6.131
Tupã	63.928	Oriente	6.085
Santa Cruz do Rio Pardo	46.442	Campos Novos Paulista	4.888
Garça	42.110	Álvaro de Carvalho	4.808
Paraguaçu Paulista	41.120	Ribeirão do Sul	4.677
Cândido Mota	29.449	João Ramalho	4.371
Bastos	21.503	Ocaçu	4.331
Pompéia	20.196	Júlio Mesquita	4.254
Palmital	19.594	Espírito Santo do Turvo	4.157
Tarumã	14.882	Lupércio	3.981
Ipaussu	13.712	Florínea	3.851
Quatá	13.163	Queiroz	3.265
Maracaí	12.673	Platina	3.025
Chavantes	12.211	Alvinlândia	2.885
Bernardino de Campos	11.607	Pedrinhas Paulista	2.804
Parapuã	10.580	Lutécia	2.661
Vera Cruz	10.176	Óleo	2.512
Rinópolis	9.259	Oscar Bressane	2.470
Herculândia	9.125	Timburi	2.464
Salto Grande	9.050	Cruzália	2.108
São Pedro do Turvo	7.217	Arco-Íris	2.044
Quintana	7.038	Fernão	1.656
Ibirarema	6.385	Borá	907
Gália	6.380	Total	973.629

Fonte: IBGE (2022).

Em números de estudantes, a RAM encontra-se na 9ª posição entre as 16 RAS, com 181.648 estudantes, representando 2,2% dos estudantes do estado de São Paulo. Analisando-se a tabela 54, nota-se que 18 municípios possuem até 1 mil estudantes, 20, entre 1 mil e 3 mil, cinco, entre 3 mil e 5 mil, quatro, entre 5 mil e 10 mil, três, entre 10 e 20 mil e um, entre 30 mil e 40 mil estudantes.

Tabela 54 – Relação de municípios da RAM e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Alunos	Município	Alunos
Marília	38.409	Echaporã	1.283
Ourinhos	19.835	Espírito Santo Do Turvo	1.090
Assis	17.788	Gália	1.082
Tupã	10.685	Iacri	1.056
Santa Cruz Do Rio Pardo	9.114	Álvaro de Carvalho	1.055
Paraguaçu Paulista	8.603	Campos Novos Paulista	1.029
Garça	8.303	Júlio Mesquita	1.017
Candido Mota	6.445	Oriente	987
Bastos	4.164	Lupércio	977
Palmital	4.079	Ocaçu	940
Tarumã	3.649	Ribeirão Do Sul	922
Pompeia	3.450	João Ramalho	911
Ipaussu	3.216	Alvinlândia	819
Quatá	2.769	Queiroz	768
Maracá	2.437	Platina	762
Chavantes	2.369	Luteria	665
Bernardino De Campos	2.228	Florínia	623
Vera Cruz	2.140	Pedrinhas Paulista	612
Salto Grande	2.054	Óleo	550
Parapuã	1.717	Timburi	490
Rinópolis	1.598	Oscar Bressane	457
Herculândia	1.595	Arco-Íris	404
São Pedro Do Turvo	1.517	Cruzália	392
Quintana	1.367	Fernão	391
Ibirarema	1.304	Bora	232
Canitar	1.299	Total	181.648

Fonte: FNDE (2018).

Na tabela 55 verifica-se que 20 municípios não realizaram compras de agricultores familiares ou suas organizações: Bernardino de Campos, Campos Novos Paulista, Echaporã, Espírito Santo do Turvo, Florínea, Gália, Ibirarema, João Ramalho, Júlio Mesquita, Lutécia, Óleo, Oscar Bressane, Palmital, Platina, Quatá, Ribeirão do Sul, Salto Grande, São Pedro do Turvo e Timburi. Com exceção de Bernadino de Campos e Quatá, os outros são municípios abaixo de 10 mil habitantes. Entre os 31 municípios que realizaram compras, cinco compraram entre 0,1% e 10%: Alvinlândia, Herculândia, Borá, Cândido Mota e Oriente, seis, entre 10% e 20%: Assis, Fernão, Pompéia, Queiroz, Quintana e Vera Cruz, um único município entre 20% e 30%: Ipaussu, 14, entre 30% e 50%: Arco-Íris, Bastos, Chavantes, Canitar, Garça, Lupércio,

Maracaí, Marília, Ocaúçu, Parapuã, Pedrinhas Paulista, Rinópolis, Santa Cruz do Rio Pardo e Tarumã, cinco compraram mais de 50%: Cruzália, Iacri, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, e Tupã.

Vale ressaltar que além dos 19 municípios que não constam na tabela FNDE, por não realizarem compras da AF, o município de Álvaro de Carvalho, teve as compras zeradas após ser retiradas as compras realizadas através de comércio, totalizando desta forma, 20 municípios que não realizaram compras.

Tabela 55 – Distribuição dos municípios da RAM de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	20	39,2	-	-	-	-
0,01 a 10%	5	9,8	1.084.017	6,4	38.082	3,5
10 a 20%	6	11,8	3.232.147	19,2	489.344	15,1
20 a 30%	1	2,0	309.726	1,8	69.205	22,3
30 a 50%	14	27,5	8.627.987	51,2	2.854.750	33,1
mais de 50%	5	9,8	3.593.319	21,3	2.216.859	61,7
Total	51	100,0	16.847.198	100	5.668.243	33,6

Fonte: FNDE (2018).

Ao se analisar os valores apresentados no sistema SIGPC – Público, considerando apenas compras realizadas pela AF e suas organizações, percebe-se divergências valor das compras, bem como dos percentuais destas em relação ao repasse do FNDE, por seis dos municípios em relação aos apresentados pelo FNDE.

Verifica-se que, ao serem retiradas as compras realizadas no comércio, que apareciam como sendo da agricultura familiar, em seis municípios, o valor de aquisição, bem como seus percentuais diminuíram. Em Álvaro de Carvalho, após a adequação suas compras passaram de 5,8% para 0%, caracterizando-se outro município a não atender integralmente o Artigo 14 da Lei do PNAE. Nos outros municípios as quedas foram as seguintes, em Assis, de 19,0% para 15,6%, Herculândia, de 86,8% para 6,3%, Paraguaçu Paulista, de 64,0% para 63,6%, Parapuã, de 61,5% para 48,8% e Santa Cruz do Rio Pardo, de 35,0% para 33,3%.

Entre os 31 municípios que realizaram compras da AF para a AE, os sete que mais compraram foram responsáveis por 79,5% das compras da região: Marília, 23,1%, Ourinhos, 18,0%, Paraguaçu Paulista, 10,3%, Tupã, 9,4%, Santa Cruz do Rio Pardo, 6,8%, Assis, 6,4% e Garça, 5,5%. Dos 24 municípios restantes, sete foram responsáveis por compras entre 1% e 3%, e 17 com compras inferiores a 1% do total das realizadas pela RAM. Observa-se que os sete municípios que mais compraram eram também os com maior número de estudantes.

Ao se analisar o grau de processamento das compras realizadas, pela tabela 56, observa-se que 24,4% das informações não estavam disponíveis. Alimentos in natura e minimamente

processados representam 70,2% das compras dos produtos, o que indica que a região procura atender o A14 a relação a compras com o mínimo de processamento, visando uma alimentação mais saudável para seus educandos. Produtos processados representaram 3,3%, enquanto os ultraprocessados tiveram participação pequena. Ingredientes culinários tiveram compra irrisória, não chegando a 0,1% do total de compras.

Tabela 56 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAM, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	2.943.649,99	51,9
Minimamente processado	1.038.016,32	18,3
Processado	185.719,00	3,3
Ultraprocessado	118.564,46	2,1
Ingrediente culinário	1.808,09	0,0
Sem descrição do item	1.380.484,37	24,4
Total	5.668.243,23	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Ao se verificar o local de compras, pela tabela 57, nota-se que 61,5% das compras foram realizadas junto a agricultores familiares ou suas organizações do próprio município, 14,6% dentro da própria região, 7,7% de outras regiões administrativas do estado e 16,1% de outros estados. Ao se considerar os circuitos curtos alimentares, nota-se que 76,1% das compras foram realizadas dentro da RA. Os municípios de Bastos, Borá, Cruzália, Fernão, Maracá, Ocaçu, Parapuã, Paraguaçu Paulista, Tarumã e Tupã compraram apenas da AF e suas organizações do próprio município.

Tabela 57 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAM, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	3.490.915,96	61,5
RAM	827.050,16	14,6
Outras Regiões do Estado	439.314,10	7,8
Outros Estados	910.962,01	16,1
Total	5.668.242,23	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Observando o tipo de fornecedor, nota-se que na região as cooperativas foram responsáveis pela maior parte das vendas, com 52,8%, as associações representaram 40,4%, e os AF individuais 6,8%. Portanto, houve amplo predomínio de organizações sociais no processo de compra pública para a alimentação escolar.

Entre os municípios que mais venderam para a RAM, os cinco com maior venda para AE somaram R\$ 3.440.287,97, 60,8% de toda a compra realizada pelas prefeituras da região. São eles: Marília, com 20,8% das vendas, Tupã, com 13,2%, Paraguaçu Paulista, com 10,3%,

Paulo Bento com 10,2% e Assis com 6,3% das vendas. Destes, o único que não pertence à região é Paulo Bento, município do Rio Grande do Sul. Desta forma, os quatro municípios da RAM foram responsáveis por 50,6% das vendas, demonstrando grande capacidade de vendas da AF e suas organizações da região.

Em suma, verificou-se que 20 das 51 prefeituras locais não fizeram nenhuma compra de seus agricultores familiares. Outras 12 prefeituras não atingiram o mínimo proposto pelo A14, o que resulta que 64,7% das prefeituras não cumpriram, parcial ou integralmente, a compra mínima prevista no A14 da Lei do PNAE. Há, portanto, um importante espaço para que as compras públicas levem os agricultores familiares a venderem mais para suas prefeituras municipais.

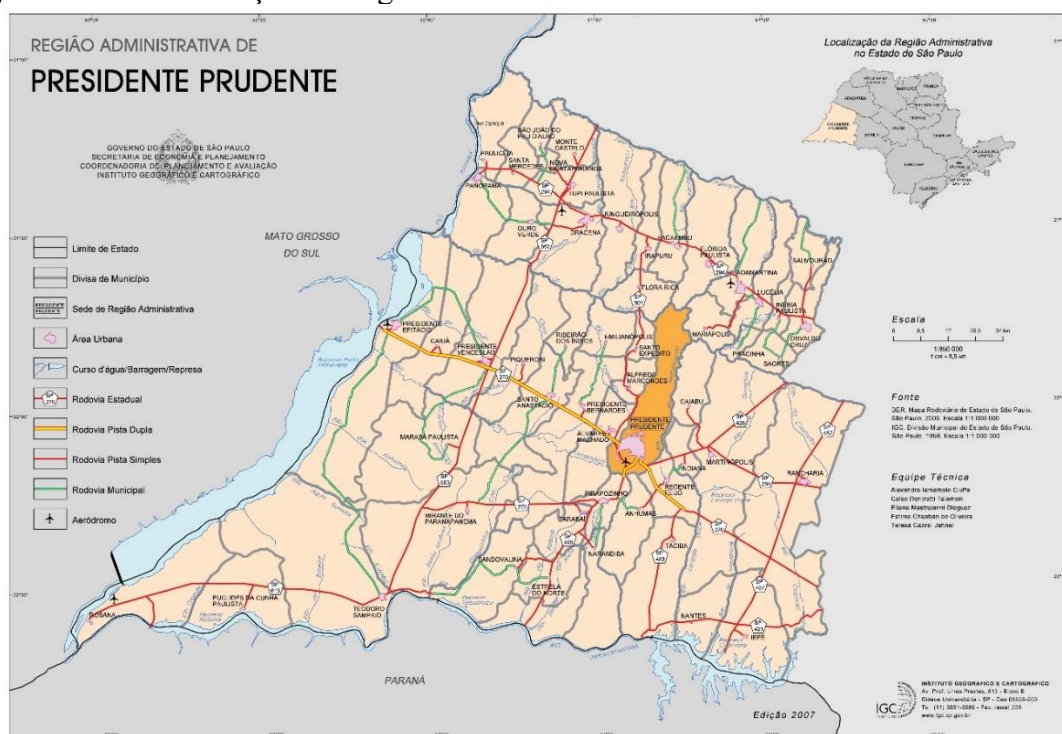
5.12. A Região Administrativa de Presidente Prudente

Conforme os dados da tabela 2, os agricultores familiares da Região Administrativa de Presidente Prudente (RAP), em 2018, venderam R\$ 6,5 milhões para o PNAE, valor superior às compras de suas prefeituras, que alcançou R\$ 4,5 milhões. Tal situação, em princípio, era esperada, pois na RAP está localizada grande parte dos assentamentos de Reforma Agrária do estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, diferentemente da região de Itapeva, em que culturas como o feijão se destacam, na RAP há grandes extensões de área de pastagens e o cultivo canavieiro apresentou forte expansão nas últimas décadas, diminuindo as possibilidades de produção para a alimentação escolar.

A RAP, conforme figura 13, localiza-se extremo sudoeste de São Paulo, fazendo fronteira com os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Possui uma área aproximada de 23,8 mil km², correspondente a 9,6% do território paulista, o que a coloca entre as RAs com maiores áreas de São Paulo.

A RAP é composta por 53 municípios, com população de 866,4 mil habitantes (IBGE, 2022). Entre as 16 RAs do estado, a RAP é aquela que tem o terceiro maior número de municípios. Conforme tabela 58, dos 53 municípios da região, 52 são de pequeno porte populacional, abaixo de 50 mil habitantes, e apenas Presidente Prudente é considerada de grande porte com uma população de aproximada de 225,7 mil habitantes.

Quanto ao número de estudantes, a RAP contava com 152.287 alunos, a situando em 11º. entre as 16 RAs paulistas. Na tabela 59, verifica-se que 22 municípios possuíam menos de 1 mil estudantes, 14, entre 1 mil e 3 mil, nove, entre 3 mil e 5 mil, sete, entre 5 mil e 10 mil e apenas um com número mais expressivo de estudantes, acima de 36 mil estudantes, justamente a cidade de Presidente Prudente.

Figura 13 – Conformação da Região Administrativa de Presidente Prudente em São Paulo.

Fonte: IGC (2025).

Tabela 58 – Relação de municípios e populações da RAP, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Presidente Prudente	225.668	Irapuru	7.085
Dracena	45.474	Tarabai	6.536
Presidente Epitácio	39.505	Taciba	6.260
Presidente Venceslau	35.201	Narandiba	5.713
Adamantina	34.687	Caiuá	5.466
Osvaldo Cruz	31.272	Indiana	5.090
Rancharia	28.588	Salmourão	4.808
Álvares Machado	27.255	Marabá Paulista	4.573
Pirapozinho	25.348	Alfredo Marcondes	4.445
Martinópolis	24.881	Monte Castelo	4.222
Teodoro Sampaio	22.173	Anhumas	4.023
Junqueirópolis	20.448	Caiabu	3.712
Regente Feijó	20.145	Sandovalina	3.645
Lucélia	20.061	Inúbia Paulista	3.615
Santo Anastácio	17.963	Mariápolis	3.513
Rosana	17.440	Piquerobi	3.264
Mirante do Paranapanema	15.917	Emilianópolis	3.014
Tupi Paulista	15.854	Santo Expedito	3.000
Panorama	14.964	Santa Mercedes	2.956
Pacaembu	14.877	Nantes	2.660
Presidente Bernardes	14.490	Pracinha	2.578
Flórida Paulista	12.958	Sagres	2.474
Estrela d'Oeste	9.417	São João do Pau d'Alho	2.242
Paulicéia	7.955	Nova Guataporanga	2.156
Euclides da Cunha Paulista	7.924	Ribeirão dos Índios	2.025
Ouro Verde	7.779	Flora Rica	1.487
Iepê	7.619	Total	866.425

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 59 – Relação de municípios da RAP e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Presidente Prudente	36.482	Taciba	1.373
Dracena	7.685	Narandiba	1.281
Presidente Epitácio	7.008	Irapuru	1.166
Presidente Venceslau	5.967	Sandovalina	1.027
Rancharia	5.811	Salmourão	939
Adamantina	5.747	Caiuá	875
Osvaldo Cruz	5.513	Marabá Paulista	863
Teodoro Sampaio	5.444	Indiana	817
Pirapozinho	4.694	Anhumas	782
Martinópolis	4.502	Monte Castelo	779
Alvares Machado	4.008	Alfredo Marcondes	731
Junqueirópolis	3.777	Caiabu	708
Rosana	3.641	Santa Mercedes	705
Mirante do Paranapanema	3.564	Estrela do Norte	668
Lucélia	3.405	Nantes	668
Regente Feijó	3.322	Inúbia Paulista	641
Panorama	3.136	Santo Expedito	606
Tupi Paulista	2.612	Mariópolis	575
Santo Anastacio	2.567	Piquerobi	558
Florida Paulista	2.121	Emilianópolis	543
Pacaembu	1.998	Pracinha	463
Presidente Bernardes	1.989	Sagres	462
Pauliceia	1.884	Nova Guataporanga	435
Euclides da Cunha Paulista	1.860	São João do Pau D'alho	416
Ouro Verde	1.726	Ribeirão dos Índios	394
Iepê	1.575	Flora Rica	344
Tarabai	1.430	Total	136.215

Fonte: FNDE (2018).

Analisando a tabela 60, verifica-se que 15 dos 53 municípios da RAP, não realizaram compras da AF para AE: Alfredo Marcondes, Emilianópolis, Estrela do Norte, Indiana, Irapuru, Marabá Paulista, Monte Castelo, Narandiba, Pracinha, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Salmourão, Sandovalina, Santo Expedito e Tarabai.

Tabela 60 – Distribuição dos municípios da RAP de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repassé FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	15	39,2	-	-	-	-
0,01 a 10%	7	9,8	1.566.204	10,9	48.909	3,1
10 a 20%	1	11,8	202.760	1,4	22.746	11,2
20 a 30%	10	2	5.348.872	37,4	1.333.363	24,9
30 a 50%	15	27,5	6.370.282	44,5	2.265.528	35,6
mais de 50%	5	9,8	822.288	5,7	471.442	57,3
Total	53	100	14.310.406	100	4.141.988	28,9

Fonte: FNDE (2018).

Entre os 38 municípios da RA que realizaram compras da AF, sete compraram menos de 10%: Lucélia, Presidente Bernardes, Santa Mercedes, Mirante do Paranapanema, Álvares

Machado, Nova Guataporanga e Santo Anastácio, um comprou entre 10% e 20%: Tupi Paulista, 10 compraram entre 20% e 30%: Caiabu, Anhumas, Caiuá, Nantes, Presidente Prudente, Pacaembu, Sagres, Taciba, Iepê e Pauliceia, 15 compraram entre 30% e 50%: Presidente Epitácio, Martinópolis, Teodoro Sampaio, Presidente Venceslau, Piquerobi, Adamantina, Rosana, Mariápolis, Euclides da Cunha Paulista, Rancharia, Junqueirópolis, Ouro Verde, Florida Paulista, Osvaldo Cruz, e Dracena, e cinco deles realizaram compras acima de 50%: São João do Pau D'Alho, Flora Rica, Inúbia Paulista, Santo Anastácio e Pirapozinho.

Ao verificar os valores apresentados no sistema SIGPC-Público, considerando apenas compras realizadas através da AF e ou suas organizações, nota-se que ocorreram divergências no percentual de compras de quatro municípios em relação aos apresentados pelo FNDE.

Em 13 municípios foram indevidamente registradas compras como se fossem da AF, como a relação a seguir, acompanhada das respectivas correções: Caiabu, de 29,8% para 29,7%, Flora Rica, de 73,3% para 73,1%, Lucélia, de 10,0% para 9,0%, Martinópolis, de 48,8% para 42,4%, Mirante do Paranapanema, de 2,1% para 0,3% , Nantes, de 29,4% para 27,5%, Pacaembu, de 24,5% para 24,2%, Panorama, de 55,4% para 54,4%, Presidente Epitácio, de 48,9% para 45,6%, Presidente Venceslau, de 63,7% para 36,8%, Sagres, de 30,2% para 26,2%, Santo Anastácio, de 59,0% para 0,7% e Teodoro Sampaio, de 44,1% para 36,8%.

Percebe-se que do total de compras da AF para a AE da região, dos 38 municípios que realizaram compras, os oito municípios que mais adquiriram produtos da AF tiveram participação de 66,9% no total das compras: Presidente Prudente, destacou-se, com 25,9%, Presidente Epitácio, com 8,9%, Dracena, com 6,6%, Osvaldo Cruz, com 5,8%, Rancharia, com 5,4%, Adamantina, com 4,9%, Teodoro Sampaio, com 4,8% e Panorama, com 4,6%. Verifica-se também que dos oito municípios com maiores compras, sete deles estão entre os oito com maior número de estudantes.

Quanto ao grau de processamento, conforme tabela 61, em 6,3% dos casos não foi possível obter a informação. Percebe-se que os alimentos in natura e minimamente processados somam 90,5% das compras. Os produtos processados e ultraprocessados somaram apenas 3,1%, enquanto os ingredientes culinários atingiram apenas 0,1% das compras. A orientação de se procurar fornecer aos alunos produtos com menor nível de processamento vem sendo atendida, portanto.

Sobre o tipo de fornecedor, nota-se que o agricultor familiar individual representou 21,3% das vendas, as associações representaram 53,0% e as cooperativas, 25,7%. Portanto, houve ampla predominância de organizações na execução local do A14, o que, provavelmente, está associado à tradição organizativa dos assentados de Reforma Agrária da região.

Tabela 61 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAP, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	3.320.231,27	80,2
Minimamente processado	428.151,26	10,3
Processado	72.442,90	1,7
Ultraprocessado	57.328,34	1,4
Ingrediente culinário	2.475,80	0,1
Sem descrição do item	261.358,34	6,3
Total	4.141.987,91	100,00

Fonte: FNDE (2018).

Conforme tabela 62, as compras em circuitos curtos de comercialização tiveram amplo predomínio, com 74,7% delas sendo feitas nos próprios municípios e 18,4% em outros municípios da própria região. Apenas 6,9% das compras foram realizadas em outras RAs do estado e nenhuma foi realizada em outros estados

Tabela 62 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RAP, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	3.095.142,83	74,7
RAP	760.955,03	18,4
Outras Regiões do Estado	285.890,05	6,9
Outros Estados	-	-
Total	4.141.987,91	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Os seis municípios cujos agricultores familiares mais venderam para AE, representaram 60,9% do total das vendas: Presidente Prudente, 21,3%, Adamantina, 11,2%, Dracena, 9,7%, Presidente Epitácio, 7,6%, Osvaldo Cruz, 5,8% e Rancharia, 5,2%, todos pertencentes à RAP.

Insistindo nesse ponto, em relação ao mínimo de 30% de compras através da AF estipulado pelo A14, dos 53 municípios da RA 15 não realizaram compras da AF, dos 38 que realizaram compras, 17 não atingiram o mínimo de 30%. Desta forma, percebe-se que a fragilidade da RAP se apresenta no fator da maior parte de seus municípios não comprarem ou atingirem o mínimo estabelecido de 30% de compras da AF ou suas organizações para a alimentação escolar. Isso não deixa de chamar a atenção, pois o grande número local de assentamentos de Reforma Agrária indica grande potencial dos agricultores pressionarem o poder público da região para que executem com maior alcance o previsto no Artigo 14 da Lei do PNAE.

5.13. A Região Administrativa de Ribeirão Preto

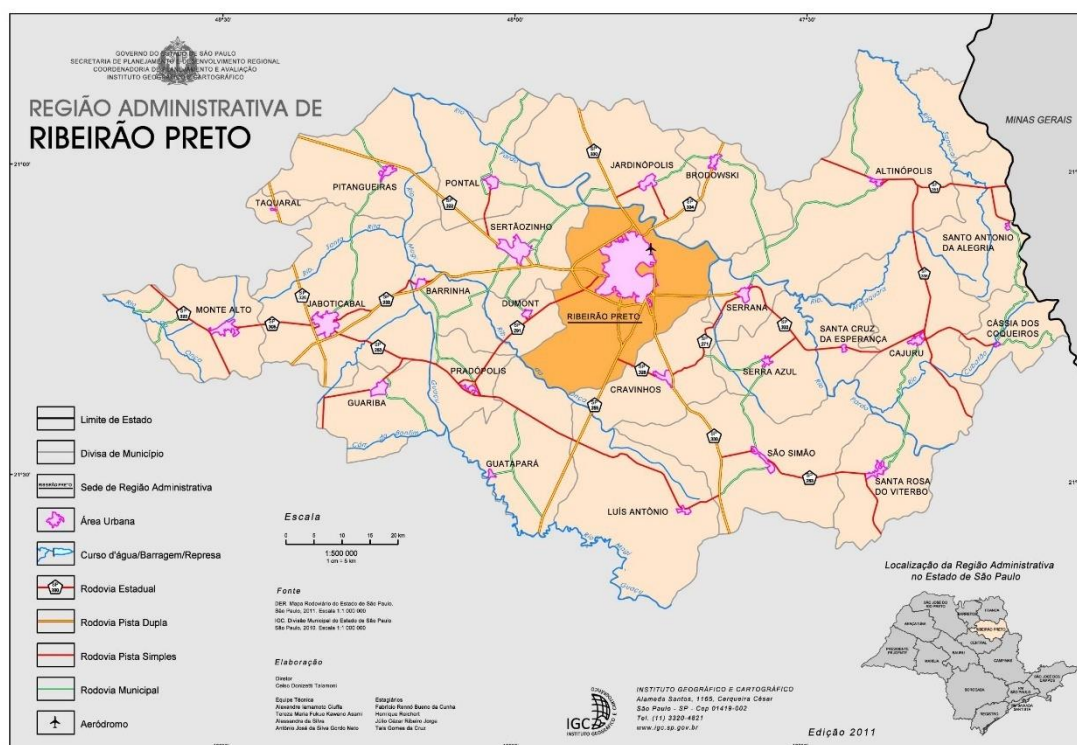
Conforme a tabela 2, os agricultores familiares da Região Administrativa de Ribeirão Preto (RARP) venderam para o PNAE, em 2018, R\$ 2,7 milhões, valor bem abaixo do que suas

prefeituras municipais compraram para os serviços de alimentação escolar, que alcançou R\$ 6,0 milhões.

De acordo com Fonseca (2021), o perfil produtivo e a estrutura fundiária da RARP dificultam a participação de seus agricultores no PNAE. Há amplo predomínio da lavoura canavieira no uso do solo local, em estabelecimentos que, normalmente, ultrapassam uma área de 1.000 ha. Para alcançarem essa dimensão, os responsáveis pelos estabelecimentos usam terras de sua propriedade, bem como terras tomadas em arrendamento de pequenos e médios agricultores.

A figura 14 apresenta a localização da RARP no estado. Ela possui uma área de 9,3 km², representando 3,7% da área total do estado de São Paulo. Aqui reside outra provável causa da baixa participação dos seus agricultores no PNAE, a área menor da RARP que as RAs no oeste e no sul de São Paulo.

Figura 14 – Conformação da Região Administrativa de Ribeirão Preto em São Paulo.



Fonte: IGC (2025).

Conforme a tabela 63, a RARP é composta por 25 municípios, com população aproximada de 1,4 milhão habitantes, 3,1% da população paulista (IBGE, 2022). Dos 25 municípios da região, 22 são de pequeno porte populacional, variando entre 2.116 habitantes até 47.574 habitantes. Outro município é de médio porte e dois são considerados de grande porte populacional, com população maior que 100 mil habitantes. A maior cidade da região é

Ribeirão Preto, com, praticamente, 700 mil habitantes. Com as cidades vizinhas, incluindo Sertãozinho, ela constitui uma das regiões metropolitanas, formalmente reconhecidas, do estado de São Paulo.

Tabela 63 – Relação de municípios e populações da RARP, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Ribeirão Preto	698.642	Santa Rosa de Viterbo	23.411
Sertãozinho	126.887	Pradópolis	17.078
Jaboticabal	71.821	Altinópolis	16.818
Monte Alto	47.574	São Simão	13.442
Jardinópolis	45.282	Serra Azul	12.746
Serrana	43.909	Luís Antônio	12.265
Pontal	37.607	Dumont	9.471
Guariba	37.498	Guataparã	7.320
Pitangueiras	33.674	Santo Antônio da Alegria	6.775
Cravinhos	33.281	Cássia dos Coqueiros	2.799
Barrinha	32.092	Taquaral	2.619
Brodowski	25.201	Santa Cruz da Esperança	2.116
Cajuru	23.830	Total	1.384.158

Fonte: IBGE (2022).

Quanto ao número de estudantes, a RARP é a 7ª com maior alunado no estado, com 231.050 ou 2,8% dos alunos paulistas (FNDE, 2018). Observando a tabela 64, verifica-se que apenas Ribeirão Preto tinha próximo a 100 mil estudantes, um apresentava pouco mais de 23 mil estudantes, um com aproximadamente 12 mil, oito entre 5 mil e 10 mil, 11 entre 1 mil e 5 mil e três abaixo de 1 mil alunos.

Tabela 64– Relação de municípios da RARP e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Ribeirão Preto	97.512	Brodowski	4.332
Sertãozinho	23.202	Pradópolis	3.645
Jaboticabal	11.575	Altinópolis	3.009
Serrana	9.892	São Simão	3.007
Pontal	8.556	Luís Antônio	3.003
Jardinópolis	8.459	Serra Azul	2.627
Guariba	8.392	Dumont	1.869
Pitangueiras	7.385	Guataparã	1.720
Barrinha	7.057	Santo Antônio da Alegria	1.348
Monte Alto	7.025	Cassia Dos Coqueiros	677
Cravinhos	6.336	Taquaral	551
Cajuru	4.804	Santa Cruz da Esperança	483
Santa Rosa De Viterbo	4.584	Total	231.050

Fonte: FNDE (2018).

Observando a tabela 65, verifica-se que dos 25 municípios que integram a RARP, nove não realizaram compras da AF ou suas organizações para a AE: Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Dumont, Guataparã, Luís Antônio, Santo Antônio da Alegria e Taquaral. Dos 16 municípios que realizaram compras, dois compraram entre 0,1% e 10%: Santa Cruz da

Esperança e Pitangueiras, quatro, entre 10% e 20%: São Simão, Jardinópolis, Serra Azul e Jaboticabal, dois, entre 20% e 30%: Ribeirão Preto e Sertãozinho, seis, entre 30% e 50%: Pradópolis, Cravinhos, Altinópolis, Monte Alto, Pontal e Serrana, outros dois compraram mais de 50% da AF: Santa Rosa de Viterbo e Guariba. Nota-se que oito municípios realizaram compras acima do mínimo de 30% da AF, conforme exposto pelo A14.

Tabela 65 – Distribuição dos municípios da RARP de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	9	36	-	-	-	-
0,01 a 10%	2	8	709.391	4,2	34.548	4,9
10 a 20%	4	16	2.847.082	16,9	494.003	17,4
20 a 30%	2	8	7.897.904	46,9	1.923.447	24,4
30 a 50%	6	24	4.091.780	24,3	1.380.450	33,7
mais de 50%	2	8	1.277.055	7,6	714.230	55,9
Total	25	100	16.823.212	100,0	4.546.678	27,0

Fonte: FNDE (2018).

A partir dos valores apresentados no sistema SIGPC – Público, considerando apenas compras realizadas junto a AF e suas organizações, percebe-se divergências no valor das compras e seus percentuais, na aquisição de produtos através da AF, em sete dos 16 municípios que realizaram compras em relação aos apresentados pelo FNDE. Fazendo as adequações, o percentual de compras de Altinópolis diminui de 38,5% para 33,3%, em Cravinhos, de 55,1% para 35,5%, em Guariba, de 57,5% para 55,0%, em Monte Alto, de 36,2% para 31,1%, em São Simão, de 18,7% para 17,8%, em Serra Azul, de 96,1% para 13,3% e em Sertãozinho, de 91,1% para 29,4%. Essas duas últimas, bastante significativas.

Os cinco municípios da RARP que mais compraram foram responsáveis por 66,8% da compra da região. Ribeirão Preto, comprou 31,3%, Guariba, 11,6%, Sertãozinho, 11,0%, Serrana, 7,2% e Pontal comprou 5,7%. Ribeirão Preto, com maior percentual de compras, também é o maior em número de estudantes, com pouco mais de 97,5 mil estudantes, Guariba, segundo município em compras é o 7º em número de alunos, com 8.392, Sertãozinho, terceiro em compras é o 2º em número de estudantes, com 23.202, Serrana, é o 4º município em compras e em número de alunos e Pontal, também 5º em compras e número de alunos. Desta forma, percebe-se que quatro entre os cinco municípios que mais compraram também estão entre os cinco maiores em alunado, e Guariba segundo município em compra é o 7º em número de estudantes, revelando uma ação diferenciada da prefeitura local em relação à execução do artigo 14 do PNAE.

Observando o nível de processamento dos produtos comprados da AF para a AE pela RARP, como apresenta a tabela 66 nota-se que 11,2% das informações não se encontram disponíveis. Observa-se que produtos in natura e minimamente processados representaram 73,1% das compras realizadas na região. Em relação aos processados, eles representaram 11,0% das compras, enquanto os ultraprocessados alcançaram 4,5%, resultando em um total de 15,5% de produtos com maior nível de processamento, o que talvez esteja ligado ao fato de que as prefeituras locais adquirem de seus agricultores familiares um valor bem menor do que gastam com a alimentação escolar. Por sua vez, ingredientes culinários tiveram participação inexpressiva nas compras, não ultrapassando o percentual de 0,1%.

Tabela 66 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RARP, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
<i>In natura</i>	1.828.928,31	40,2
Minimamente processado	1.495.087,49	32,9
Processado	500.627,23	11,0
Ultraprocessado	205.342,10	4,5
Ingrediente culinário	5.984,80	0,1
Sem descrição do item	510.707,76	11,2
Total	4.546.677,69	100

Fonte: FNDE (2018).

A tabela 67 deixa claro que predominaram as compras em municípios não pertencentes à RARP, 51,7% em outras regiões do estado e 16,7% em outros estados. Como apontado por Fonseca (2021), aqui deve-se tomar um cuidado, as compras em outras RAs não necessariamente representam compras à longa distância, podem ter sido feitas em municípios de outras RAs, mas próximos a municípios da RARP. Aliás, na antiga subdivisão do estado de São Paulo, as atuais RAs de Ribeirão, Franca, Barretos e Central eram consideradas como uma única região.

Tabela 67 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RARP, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	921.817,10	20,3
RARP	517.420,91	11,4
Outras Regiões do Estado	2.349.516,76	51,7
Outros Estados	757.922,92	16,7
Total	4.546.677,69	100,0

Fonte: FNDE (2018)

Em relação ao tipo de fornecedor, nota-se que o AF individual representou 10,8% das compras, as associações 37,2% e as cooperativas, 52,0%. Do total vendido pelas cooperativas, 32,1% vieram de outros estados, 99,0% do Rio Grande do Sul e 1,0% de Minas Gerais. A

constituição de circuitos curtos de comercialização, ou a proximidade física entre agricultor e consumidor, acabam por não mostrarem suficientemente atrativos para predominarem na RARP.

Dos 30 municípios que venderam para a RARP, os cinco que mais venderam, somaram R\$ 3.048.111,04, o que representa 67,0% das vendas: Restinga, com 20,9% das vendas, Castilho, com 18,7%, Flores da Cunha, 9,6%, Serrana, 9,5% e São Simão, 8,37%. Destes cinco, os dois primeiros são de outras RAs do estado e o terceiro de outro estado, Rio Grande do Sul. Uma característica comum em Restinga e Castilho é que as vendas para a RARP foram intermediadas por cooperativas de Reforma Agrária. Enquanto Castilho é relativamente distante da RARP, Restinga pertence à vizinha RA Franca.

Em suma, entende-se que os municípios da RARP, em sua maioria, necessitam aprimorar os meios para atender o A14, principalmente no que se refere aos circuitos curtos de comercialização, bem como, diminuindo a participação de produtos com maior nível de processamento.

Ficou evidenciado também um limite do método aqui empregado, o de considerar circuito curto como aquele constituído no comércio no próprio município ou entre municípios da mesma região, o que nem sempre consegue captar a real distância entre agricultor e consumidor. Nesse sentido, o excesso de subdivisão do estado de São Paulo tende a desfavorecer uma análise mais precisa do circuito curto de comercialização

5.14. A Região Administrativa de Santos

Na Região Administrativa de Santos (RAS) ou da Baixada Santista contatou-se, em 2018, que seus agricultores familiares venderam apenas R\$ 0,2 milhão, enquanto suas prefeituras compravam R\$ 2,8 milhões de produtos de agricultores familiares para a alimentação escolar, conforme pode ser visto tabela 2.

De acordo coma figura 15, trata-se de um território litorâneo, bastante urbanizado, com forte presença da Serra do Mar e área exígua, de 2,4 km², representando apenas 1,0% do território do estado de São Paulo. Essas características e uma forte dedicação às atividades do turismo e serviços associados podem ser entendidas como uma das causas da baixa participação dos seus agricultores no PNAE.

Sua participação na população estadual, contudo, é mais significativa, com seus aproximados 1,8 milhão de habitantes representando 4,1% dos paulistas (IBGE, 2022). Conforme revela a tabela 68, dos seus nove municípios, três são de médio porte populacional, com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e os outros seis têm acima de 100 mil

habitantes. Em relação ao número de município que compõem cada RA do estado, Santos é a RA que apresenta o menor valor.

Figura 15 – Conformação da Região Administrativa de Santos no estado de São Paulo.



Fonte: IGC (2025).

Tabela 68 – Relação de municípios e populações da RAS, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
Santos	418.608	Cubatão	112.471
Praia Grande	349.935	Peruíbe	68.352
São Vicente	329.911	Bertioga	64.188
Guarujá	287.634	Mongaguá	61.951
Itanhaém	112.476	Total	1.805.531

Fonte: IBGE (2022).

Em número de estudantes, a RAS está na 5ª posição do estado, com 357.204 alunos, o que representa de 4,3% do total do alunado paulista. Ao observar a tabela 69 nota-se que a três dos municípios da RAS têm entre 10 mil e 20 mil, dois, entre 20 mil e 30 mil e quatro, entre 60 mil e 70 mil estudantes. Em relação às RAs mais interioranas de São Paulo, Santos apresenta um número médio de habitantes e de alunos maior por município. Ademais, a proximidade de seus municípios torna a região atrativa para agricultores que fornecem para alimentação escolar.

Apesar do número, relativamente, expressivo de estudantes em todos os municípios, percebe-se, pela tabela 70, que três municípios da região não aparecem na tabela FNDE, não realizando compras junto aos agricultores familiares: Bertioga, Cubatão e Itanhaém. Em relação aos seis municípios que promoveram compras, percebe-se que quatro deles compraram entre

0,1 e 10%: Peruíbe, Santos, Guarujá e São Vicente, um deles, entre 10% e 20%: Mongaguá e um comprou entre 20% e 30%: Praia Grande. Nenhum município da RAS atingiu o mínimo de 30% estipulado pelo A14 em relação a compras da AF para AE. A baixa adesão dos municípios locais ao A14 encontra duas prováveis explicações, a baixa produção agrícola regional e, ligada a ela, a baixa demanda ou capacidade de pressão de seus agricultores para que o poder público aja em favor da produção agrícola.

Tabela 69– Relação de municípios da RAS e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
Praia Grande	69.691	Itanhaém	25.331
São Vicente	65.258	Peruíbe	15.964
Guarujá	64.602	Bertioga	14.972
Santos	60.277	Mongaguá	14.578
Cubatão	26.531	Total	357.204

Fonte: FNDE (2018).

Tabela 70 – Distribuição dos municípios da RAS de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	3	33,3	-	-	-	-
0,01 a 10%	4	44,4	16.377.224	65,6	1.069.914	6,5
10 a 20%	1	11,1	744.017	3,0	123.895	16,7
20 a 30%	1	11,1	7.846.262	31,4	1.692.681	21,6
30 a 50%	-	-	-	-	-	-
mais de 50%	-	-	-	-	-	-
Total	9	100	16.823.212	100,0	2.886.491	44,8

Fonte: FNDE (2018).

Ao se analisar o nível de processamentos dos alimentos, conforme tabela 71, nota-se que em 62,5% dos casos as informações não estavam disponíveis. Tal deficiência estava concentrada em dois municípios, Mongaguá e Praia Grande, e uma provável explicação, a ser confirmada, é que nesses municípios o serviço de alimentação escolar havia sido terceirizado.

Tabela 71 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RAS, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras		
	Reais	%	% Corrigido
In natura	631.020,77	21,9	58,4
Minimamente processado	218.010,24	7,6	20,2
Processado	134.360,00	4,7	12,4
Ultraprocessado	97.716,17	3,4	9,0
Ingrediente culinário	-	-	-
Sem descrição do item	1.805.384,23	62,5	-
Total	2.886.491,41	100,0	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Dada a grande falta de informação, procedeu-se, nesse caso, um recálculo considerando apenas as informações com o tipo de produto discriminado. Na coluna % Corrigido, percebe-se que os produtos com maior processamento tiveram uma participação importante, de 21,4%, enquanto os in natura e minimamente processados somaram 78,6%.

Ao se verificar a origem dos produtos adquiridos, percebe-se na tabela 72 que uma parte muito pequena das compras, 9,2%, ocorreu de agricultores familiares da própria região, compras da RA corresponderam a 2,6%. Outros 54,0% das compras foram realizadas junto a agricultores de outras RAs e o restante 34,2% junto a agricultores de outros estados. Portanto, não houve de forma expressiva a constituição de circuitos curtos de comercialização na RAS, a partir da execução do Artigo 14 do PNAE.

Tabela 72 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	264.856,05	9,2
RAS	74.730,14	2,6
Outras Regiões do Estado	1.558.798,39	54,0
Outros Estados	988.106,83	34,2
Total	2.886.491,41	100,00

Fonte: FNDE (2018).

Sobre o tipo de fornecedor observa-se que o agricultor familiar participou com percentual de vendas inferior a 7,2% para a região, praticamente inexpressível, enquanto as cooperativas tiveram participação de 77,9% e as associações, de 14,9%.

O município que mais se destacou como origem dos produtos da alimentação escolar para a RAS foi Paulo Bento, do Rio Grande do Sul, de onde vieram 24,7% dos produtos adquiridos. Em segundo aparece Mirante do Paranapanema, da RA de Presidente Prudente, com participação de 15,6%, Castilho da RA Araçatuba, com 9,7%, Miracatu da RA de Registro, com 9,3% e Pedro de Toledo da RA de Registro, com 9,1%. Nesses dois últimos casos, não se pode descartar a formação de circuitos curtos de comercialização, posto que a RA de Registro é vizinha à de Santos.

De forma geral, observa-se uma baixa adesão da Baixada Santista ao Artigo 14 da Lei do PNAE. Em grande parte, isto está relacionado com características próprias geográficas e econômicas da região, com destaque à pequena importância de sua produção agrícola.

5.15. A Região Administrativa de São José do Rio Preto

A Região Administrativa de São José do Rio Preto (RASJRP), atrás de São Paulo, Campinas e Sorocaba, é a quarta RA do estado quanto ao valor de compras para atender o A14; suas prefeituras adquiriram R\$ 8,9 milhões, em 2018, para essa finalidade. Por sua vez, os

Tabela 73 – Relação de municípios e populações da RASJRP, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
São José do Rio Preto	480.393	Paraíso	6.099
Catanduva	115.791	Orindiúva	6.024
Votuporanga	96.634	Américo de Campos	5.870
Fernandópolis	71.186	Poloni	5.592
Mirassol	63.337	Ubarana	5.365
Jales	48.776	Onda Verde	4.771
Novo Horizonte	38.324	Nipoã	4.750
José Bonifácio	36.633	Mirassolândia	4.669
Santa Fé do Sul	34.794	Meridiano	4.572
Bady Bassitt	27.260	Novais	4.412
Tanabi	25.265	Planalto	4.389
Monte Aprazível	22.280	Adolfo	4.351
Guapiaçu	21.711	Pontalinda	4.127
Nova Granada	19.419	Populina	4.127
Potirendaba	18.496	Aparecida d'Oeste	4.086
Itajobi	16.989	Indiaporã	4.035
Pindorama	14.542	Paranapuã	4.031
Valentim Gentil	14.098	Macedônia	3.963
Santa Adélia	14.018	Álvares Florence	3.915
Urupês	13.744	Rubinéia	3.833
Cedral	12.618	Marapoama	3.292
Ibirá	11.690	Magda	3.165
Palestina	11.476	Elisiário	3.138
Cardoso	11.345	Sebastianópolis do Sul	3.130
Tabapuã	11.323	Mira Estrela	3.126
Uchoa	10.394	Parisi	2.892
Riolândia	10.309	Pedranópolis	2.787
Ouroeste	10.294	Floreal	2.733
Nhandeara	9.852	Santa Rita D'Oeste	2.733
Neves Paulista	9.699	Estrela do Norte	2.703
Palmares Paulista	9.650	Zacarias	2.692
Bálsamo	9.596	São Francisco	2.602
Palmeira d'Oeste	8.903	Santa Clara d'Oeste	2.598
Urânia	8.833	São João das Duas Pontes	2.580
Cosmorama	8.719	Pontes Gestal	2.387
Icém	7.819	Dolcinópolis	2.207
Jaci	7.613	Nova Canaã Paulista	2.032
Ariranha	7.602	Guarani d'Oeste	1.968
Macaubal	7.481	Mesópolis	1.952
Paulo de Faria	7.400	Monções	1.937
Catiguá	7.003	Marinópolis	1.860
Irapuã	6.867	Aspásia	1.842
Três Fronteiras	6.804	Vitória Brasil	1.794
Ipiguá	6.761	Santana da Ponte Pensa	1.670
Nova Aliança	6.693	Turmalina	1.669
Sales	6.437	Santa Salete	1.645
Santa Albertina	6.393	Dirce Reis	1.620
Mendonça	6.159	União Paulista	1.603
		Total	1.598.761

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 74– Relação de municípios da RASJRP e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
São Jose do Rio Preto	67.314	Mendonça	1.124
Catanduva	17.703	Ipiguá	1.109
Votuporanga	13.540	Sales	1.092
Fernandópolis	12.422	Macaubal	1.091
Mirassol	9.892	Novais	1.063
Jales	7.812	Santa Albertina	1.045
Novo Horizonte	7.440	Nipoã	1.020
Jose Bonifácio	6.050	Três Fronteiras	1.008
Santa Fé do Sul	5.491	Onda Verde	966
Tanabi	4.175	Poloni	965
Monte Aprazível	4.081	Populina	868
Guapiaçu	3.577	Pontalinda	857
Nova Granada	3.546	Meridiano	848
Bady Bassitt	3.220	Mirassolândia	831
Potirendaba	3.115	Adolfo	794
Santa Adélia	2.635	Aparecida Doeste	775
Itajobi	2.579	Paranapuã	757
Pindorama	2.492	Indiaporã	685
Palmares Paulista	2.375	Macedônia	659
Valentim Gentil	2.327	Rubineia	631
Urupês	2.222	Elisiário	630
Rolândia	2.191	Alvares Florence	616
Tabapuã	2.150	Sebastianópolis do Sul	592
Cardoso	2.116	Mira Estrela	562
Ibirá	2.100	Zacarias	547
Palestina	2.046	São Joao das duas Pontes	542
Ouroeste	1.915	São Francisco	540
Uchoa	1.830	Marapoama	516
Ariranha	1.789	Pontes Gestal	502
Cedral	1.773	Magda	492
Paulo de Faria	1.547	Parisi	462
Icem	1.500	Floreal	461
Catiguá	1.461	Santa Rita D'oeste	454
Balsamo	1.456	Santa Clara Doeste	450
Estrela Doeste	1.454	Mesópolis	443
Irapuã	1.454	Guarani Doeste	435
Nhandeara	1.398	Pedranópolis	412
Urania	1.382	Dolcinópolis	402
Neves Paulista	1.369	Monções	402
Ubarana	1.338	Vitoria Brasil	394
Cosmorama	1.306	Marinópolis	377
Palmeira Doeste	1.301	Santa Salete	375
Orindiúva	1.280	Aspásia	363
Jaci	1.268	Uniao Paulista	359
Nova Aliança	1.252	Nova Canaã Paulista	336
Americo de Campos	1.204	Dirce Reis	300
Planalto	1.191	Turmalina	289
Paraíso	1.182	Santana da Ponte Pensa	240
		Total	256.942

Fonte: IBGE (2022).

Verificando a tabela 75, nota-se que 25 dos 96 municípios da RA, não realizaram compras da AF para a AE, bem como não estão elencados na tabela FNDE. Dos demais, oito municípios compraram entre 0,1% e 10%, nove, entre 10% e 20%, 12, entre 20% e 30%, 30, entre 30% e 50% e 12 municípios promoveram compras da AF acima de 50%.

Tabela 75 – Distribuição dos municípios da RASJRP de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	25	26,0	-	-	-	-
0,01 a 10%	8	8,3	1.027.843	6,1	57.362	5,6
10 a 20%	9	9,4	2.462.375	14,6	371.926	15,1
20 a 30%	12	12,5	4.228.721	25,1	1.067.844	25,3
30 a 50%	30	31,3	6.707.127	39,9	2.499.264	37,3
mais de 50%	12	12,5	7.257.114	43,1	4.419.433	60,9
Total	96	100,0	16.823.212	100,0	8.415.829	27,0

Fonte: FNDE (2018).

Verificou-se no Sistema SIGPC-Público, onde se considera apenas as compras realizadas da AF ou suas organizações, observa-se divergências no percentual de compras de parte dos municípios da região, em relação aos apresentados pelo FNDE.

Após os ajustes, 18 municípios apresentaram queda percentual das compras: Cardoso, 33,9% para 15,4%, Estrela D'Oeste, de 28,6% para 26,2%, Fernandópolis, de 64,9% para 62,2%, Guarani do Oeste, de 20,2% para 19,0%, Macedônia, de 51,8% para 25,6%, Magda de 56,7% para 43,4%, Mirassol, 49,9% para 11,2%, Monções, 9,0% para 8,5%, Nhandeara, de 28,7% para 25,2%, Novais, de 49,0% para 16,1%, Novo Horizonte, 31,8% para 28,5%, Onda Verde, de 78,4% para 55,1%, Palmares Paulista, de 46,4% para 36,8%, Palmeira D' Oeste, 31,9% para 31,4%, Paranapuã, de 60,6% para 39,0%, Parisi, de 11,6% para 11,4%, Santa Albertina, de 70,3% para 64,6% e São João das Duas Pontes, de 62,6% para 45,7%.

Dos 71 municípios da RASJRP, que realizaram compras da AF, os cinco que mais compraram somam um percentual de 61,5% do total de compras: São Jose do Rio Preto, comprou 38,1%, Votuporanga, 8,5%, Fernandópolis, 6,3%, Catanduva, 4,7% e Novo Horizonte, 3,8%. O município que mais comprou da AF para a AE, São José do Rio Preto, também é o de maior número de alunos. Essa correspondência tende a ser ampla, pois os cinco municípios da RASJRP que mais compraram estão entre os sete com maior número de alunos.

Em relação ao processamento dos alimentos adquiridos para a AE através da AF, a tabela 76 indica que 33,6% das informações não estavam disponíveis. As compras de produtos processados e ultraprocessados, bem como de ingredientes culinários, foram muito reduzidas, enquanto os in natura e minimamente processados somaram 65,9% das compras ou 99,2% das

compras aos se desconsiderar as informações não explicitadas. Nesse quesito, a RASJRP procura atender o A14 em relação a uma alimentação mais saudável e nutritiva para seus estudantes

Tabela 76 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RASJRP, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	5.138.224,02	61,0
Minimamente processado	412.705,10	4,9
Processado	11.266,30	0,1
Ultraprocessado	23.690,97	0,3
Ingrediente culinário	4.000,08	0,0
Sem descrição do item	2.825.943,46	33,6
Total	8.415.829,93	100,00

Fonte: FNDE (2018).

A tabela 77 deixa claro que as compras, em sua quase totalidade ou em 94,8% dos casos, foram feitas no âmbito da própria RASJRP, 52,1% nos próprios municípios e 42,2% junto a agricultores familiares de municípios da própria região. Apenas 5,7% das compras foram feitas em outras RAs de São Paulo. Nesse sentido, pode-se dizer que a execução do A 14 na RASJRP contribuiu para o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, conforme o que é preconizado na execução do Artigo 14.

Tabela 77 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RASJRP 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	4.387.241,85	52,1
RMSP	3.550.024,97	42,2
Outras Regiões do Estado	477.795,11	5,7
Outros Estados	768,00	0,0
Total	8.415.829,93	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Sobre o tipo de fornecedor, nota-se que o agricultor familiar individual foi responsável por 19,1% das vendas, enquanto as associações representaram 29,1% e as cooperativas predominaram, com participação de 51,8% nas vendas.

Entre os 67 municípios que venderam para a região, os cinco que mais venderam foram Fernandópolis, responsável por 20,8% das vendas, Jales, 19,6%, São Jose do Rio Preto, 18,5%, Votuporanga, 8,1% e Catanduva, com 6,4% das vendas para a RASJRP. Sua participação conjunta foi de 73,5% e todos eles são da própria região de São José do Rio Preto.

Em suma, mais da metade dos municípios da RASJRP não cumpriram a compra mínima de 30% de produtos da AF, 25 deles, na verdade, sequer executaram ações do PNAE com recursos do FNDE. Ao mesmo tempo, observou-se que as compras tenderam a se restringir à

mil habitantes e outros seis são considerados de grande porte populacional, com mais 100 mil habitantes.

Tabela 78 – Relação de municípios e populações da RASJC, por ordem decrescente, 2022.

Município	População	Município	População
São José dos Campos	697.054	Piquete	12.490
Taubaté	310.739	São Bento do Sapucaí	11.674
Jacareí	240.275	Roseira	10.832
Pindamonhangaba	165.428	Igaratá	10.605
Caraguatatuba	134.873	São Luiz do Paraitinga	10.337
Guaratinguetá	118.044	Bananal	9.969
Caçapava	96.202	Queluz	9.159
Ubatuba	92.981	Lavrinhas	7.171
Lorena	84.855	Santo Antônio do Pinhal	7.133
São Sebastião	81.595	Natividade da Serra	6.999
Cruzeiro	74.961	Jambeiro	6.397
Tremembé	51.173	Silveiras	6.186
Campos do Jordão	46.974	Lagoinha	5.083
Ilhabela	34.934	Canas	4.931
Aparecida	32.569	Redenção da Serra	4.494
Cachoeira Paulista	31.564	Monteiro Lobato	4.138
Cunha	22.110	São José do Barreiro	3.853
Potim	20.392	Areias	3.577
Paraibuna	17.667	Arapeí	2.330
Santa Branca	13.975	Total	2.505.723

Fonte: IBGE (2022).

São José dos Campos é a quarta maior entre as 16 RAs em alunado, com 462.577 estudantes, representando 5,6% do alunado do estado de São Paulo. Observando a tabela 79, pode-se verificar que seis municípios possuíam menos que 1 mil estudantes, 14, entre 1 mil e 3 mil, três, entre 3 mil e 5 mil, quatro, entre 5 mil e 10 mil, seis, entre 10 mil e 20 mil, três, entre 20 mil e 30 mil, dois, entre 40 mil e 60 mil e um contava com, aproximadamente, 125 mil estudantes, justamente o município de São José dos Campos.

Analisando a tabela 80, percebe-se que 20 ou 51,2% dos 39 municípios da RA não realizaram compras da AF para AE, nem tiveram recursos recebidos do FNDE. Além destes, o Município de Cachoeira Paulista, também não consta na tabela FNDE, mas aparece compras da AF deste município no SIGPC-Público, no valor de R\$18.286,45. Assim sendo, totalizam 21 municípios que não constam na tabela FNDE. Este número, em termos relativos, é bem superior ao das demais RAs de São Paulo e sua causa deveria ser mais bem apurada, o que não foi possível proceder nessa dissertação.

Dos que adquiriram produtos da agricultura familiar, seis compraram entre 0,1% e 10%: Santa Branca, Igaratá, Cruzeiro, São Luís do Paraitinga, Jambeiro e São José do Barreiro, dois, entre 20% e 30%: Tremembé e Piquete, quatro, entre 30% e 50%: Ubatuba, Ilhabela, Caraguatatuba e Queluz, e seis registraram compras acima de 50%: São Sebastião, Santo

Antônio do Pinhal, Natividade da Serra, Paraibuna, Monteiro Lobato e São Bento do Sapucaí. O destaque é o município de São Sebastião, que comprou da AF para a AE, aproximadamente 230%, ou seja, utilizou toda a verba do repasse FNDE e adquiriu mais 130% deste valor com recursos do município em produtos da agricultura familiar para alimentação de seus estudantes.

Tabela 79– Relação de municípios da RASJC e números de estudantes atendidos pelo PNAE, por ordem decrescente, 2018.

Município	Nº Alunos	Município	Nº Alunos
São José dos Campos	124.687	Igaratá	2.501
Taubaté	57.735	Roseira	2.499
Jacareí	40.870	Queluz	2.035
Pindamonhangaba	29.588	São Luís do Paraitinga	2.029
Caraguatatuba	28.138	Bananal	2.017
Guaratinguetá	20.511	Piquete	1.830
Ubatuba	18.715	São Bento do Sapucaí	1.712
São Sebastião	18.482	Santo Antônio do Pinhal	1.695
Caçapava	15.870	Lavrinhas	1.436
Lorena	14.161	Silveiras	1.373
Cruzeiro	12.436	Jambeiro	1.370
Campos Do Jordao	10.605	Natividade da Serra	1.230
Ilhabela	7.917	Canas	1.183
Aparecida	7.721	Lagoinha	973
Tremembé	7.522	Monteiro Lobato	970
Cachoeira Paulista	5.738	São Jose do Barreiro	967
Cunha	3.765	Redenção da Serra	836
Potim	3.578	Areias	808
Paraibuna	3.529	Arapeí	565
Santa Branca	2.980	Total	462.577

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 80 – Distribuição dos municípios da RASJC de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares e compras da AF em mil, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE		Gasto com AF	
	Número	%	Milhões R\$	%	Milhões R\$	%
0%	21	53,8	-	-	-	-
0,01 a 10%	6	15,4	1.544.910	18,5	90.681	5,9
10 a 20%	-	-	-	-	-	-
20 a 30%	2	5,1	1.039.394	12,5	302.143	29,1
30 a 50%	4	10,3	5.168.122	61,9	1.883.827	36,5
mais de 50%	6	15,4	594.043	7,1	627.152	105,6
Total	39	100,0	8.346.469	100,0	2.922.090*	34,8

Fonte: FNDE (2018). * Nesse total foram inseridos 18.286,45 do município de Cachoeira Paulista.

Ao se observar a tabela 80, elaborada através dos valores apresentados no Sistema SIGPC-Público, onde são consideradas apenas as compras realizadas da AF ou suas organizações, percebe-se divergências no percentual de compras por parte dos municípios que compõem região, em relação àqueles apresentados pelo FNDE. Cinco municípios tiveram seu percentual de compras diminuído, Caraguatatuba, de 33,2% para 32,1%, Ilha Bela, de 40,5%

para 39,4%, São Sebastião, de 229,6% para 218,9%, Natividade da Serra, de 63,8% para 58,7% e Ubatuba, de 52,3% para 42,6%, portanto, reduções pouco expressivas.

Cinco dos municípios são responsáveis por 84,5% das compras da região: Caraguatatuba, com 28,0%, Ubatuba, com 21,6%, São Sebastião, com 13,1%, Ilha Bela, com 12,5% e Tremembé, 9,3%. Nota-se que o município que mais comprou Caraguatatuba, é o quinto maior município em número de estudantes, com 28.138, Ubatuba, o sétimo com 18.715, São Sebastião, o oitavo, com 18.482, Ilha Bela, o 13º com 7.917 e Tremembé, o 15º com 7.522. Percebe-se que entre os cinco maiores municípios da região em número de estudantes, apenas Caraguatatuba, está presente.

De acordo com o nível de processamento, a tabela 81 revela que não foi possível especificar a situação em 3,6% dos casos. Das informações existentes, percebeu-se o predomínio de alimentos com baixo nível de processamento, em 79,3 % do total de compras, divididos em 66,4% de produtos in natura e 12,9% de minimamente processados. Os produtos processados tiveram participação de 12,9% e os ultraprocessados, de 2,5%.

Tabela 81 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, RASJC, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	1.939.562,14	66,4
Minimamente processado	376.604,51	12,9
Processado	428.059,81	14,6
Ultraprocessado	73.907,58	2,5
Ingrediente culinário	-	-
Sem descrição do item	103.955,55	3,6
Total	2.922.089,59	100,0

Fonte: FNDE (2018).

A tabela 82 revela que houve, praticamente, uma igualdade entre as compras realizadas na região e as provenientes de outras RAs ou outros estados da federação. Do próprio município vieram 32,9%, e da própria RASJC, mais 16,9%, resultando em um total de 49,8%. Os restantes 50,2% foram adquiridos fora da RASJC, 26,3% de outras RAs de São Paulo e 23,9% de outros estados.

Tabela 82 – Compras por região de origem do agricultor fornecedor, reais, RASJC, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
Próprio Município	962.610,06	32,9
RASJC	494.030,82	16,9
Outras Regiões do Estado	767.766,86	26,3
Outros Estados	697.681,85	23,9
Total	2.922.089,59	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Em relação ao tipo de fornecedor, nota-se que o agricultor familiar individual teve uma participação de 41,5%, as associações representaram, 14,3% e as cooperativas 44,1% das compras pelas prefeituras da RASJC.

Entre os 28 municípios que promoveram vendas para a RASJC, os seis que mais venderam foram Porto Alegre, com participação de 13,2%, Miracatu, com 12,6%, Caraguatatuba, com 10,7%, São Sebastião, com 9,5%, Itararé, com 7,2% e Paraibuna, com 6,7%, alcançando percentual conjunto de 60,0% da venda total. Destes seis municípios, Caraguatatuba, São Sebastião e Paraibuna, pertencem a RASJC, Miracatu e Itararé a outras RAs, não vizinhas de São José dos Campos, e Porto Alegre, revela-se ainda mais distante, pertencendo ao estado do Rio Grande do Sul.

Procurando sintetizar os resultados obtidos, observa-se uma ação diminuta dos municípios da RASJC no cumprimento do Artigo 14 do PNAE. Ao se comparar seu volume de compras com RAs com população semelhante, como a de Sorocaba, as compras promovidas em São José dos Campos foram pouco significativas. Ademais, outro fato contribuiu para que a execução do A14 na RASJC tivesse pequeno efeito na renda de seus agricultores familiares, posto que, praticamente, metade de suas compras foram feitas junto a agricultores familiares de regiões distantes no estado ou mesmo do Rio Grande do Sul.

5.17. A Dinâmica do PNAE em 2018 no Estado de São Paulo

O estado de São Paulo no ano de 2018, promoveu compras da agricultura familiar para a alimentação escolar em 470 dos seus 645 municípios. O repasse do FNDE para alimentação escolar para as prefeituras paulistas alcançou R\$ 478 milhões, dos quais R\$ 168 milhões ou 34,9% foram gastos na aquisição de alimentos da agricultura familiar. O valor repassado para São Paulo correspondeu a 13,7% do total de repasses do FNDE para o conjunto dos estados e Distrito Federal. Ao mesmo tempo, os gastos com agricultores familiares pelas prefeituras de São Paulo representaram 13,5% dos gastos de todas as prefeituras brasileiras com agricultores familiares. Este segundo valor é levemente inferior ao primeiro, com outros estudos mostrando que em São Paulo o atendimento ao Artigo 14 tem ficado abaixo do constatado nos estados da Região Sul e mostrado semelhança com os demais estados do Sudeste (Baccarin et al, 2017).

O estado de São Paulo, ocupa uma área de aproximadamente 248 mil km², o que representa 2,9% de todo o território nacional. Com uma população aproximada de 44,4 milhões de habitantes (IBGE,2022). Dos 645 municípios do estado, 508 são considerados de pequeno porte populacional, 59 de médio porte populacional, 75 de grande porte populacional e três são consideradas metrópoles.

Observando a tabela 83, verifica-se que 175 ou 27,0% dos municípios do estado de São Paulo não realizaram compras da AF para a AE no ano de 2018. Este é um número muito alto, ainda que predomine nessa abstenção municípios de pequeno porte. Como o serviço de alimentação escolar é obrigatório, duas possibilidades podem ser levantadas para que quase duas centenas de municípios paulistas não utilizem recursos do FNDE. Uma delas é que só usem recursos próprios para a alimentação escolar, a outra é que os serviços de alimentação escolar sejam executados integralmente por órgão estadual.

Tabela 83 – Distribuição dos municípios do estado de São Paulo de acordo com faixas de compras de alimentos dos agricultores familiares, FNDE, 2018.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE	
	Número	%	Milhões R\$	%
0%	173	26,8	-	-
0,01 a 10%	72	11,2	47.108.956	9,8
10 a 20%	64	9,9	47.602.794	9,9
20 a 30%	76	11,8	86.207.704	18,0
30 a 50%	170	26,4	230.957.126	48,0
mais de 50%	90	14,0	69.592.008	14,5
Total	645	100,0	481.468.589	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Dos 472 municípios que realizaram compras com recursos do FNDE para alimentação escolar, pode-se observar que 212 ou 32,9% dos municípios não conseguiram cumprir com o mínimo de 30% de compras da agricultura familiar. Entre estes municípios, 72 compraram entre 0,1% e 10%, 64, entre 10% e 20% e 76, entre 20% e 30%. Dos 260 municípios que cumpriram com o mínimo de 30%, 170 ou 26,5% compraram entre 30% e 50%, outros 90 ou 13,9% compraram acima de 50%.

Ao proceder a adequação, retirando as compras efetuadas junto ao comércio, o nível de atendimento ao A14 sofre pequena queda. Os municípios que cumpriram minimamente o A14 passam a ser 235 ou 36,6% dos municípios, vide tabela 84.

Tabela 84 – Distribuição dos municípios do estado de São Paulo de acordo com faixas de compras de alimentos da AF, desconsiderando compras do comércio.

Faixa de % A14	Municípios		Repasse FNDE	
	Número	%	Milhões R\$	%
0%	173	26,8	-	-
0,01 a 10%	80	12,4	60.568.818	12,6
10 a 20%	75	11,6	47.964.937	10,0
20 a 30%	82	12,7	87.608.128	18,2
30 a 50%	164	25,5	223.303.815	46,4
mais de 50%	71	11,0	62.022.891	12,9
Total	645	100,0	481.468.589	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Daqui por diante, serão considerados os gastos com a exclusão daqueles registrados de forma inapropriada, pois feitos junto ao comércio. Com isso, o total de gastos, próximo a R\$

148,4 milhões mostra-se menor do que o da tabela 2, de R\$ 168,6 milhões, pois aí se incluíram todos os gastos, mesmo os junto ao comércio.

Ao abordar o nível de processamento dos alimentos comprados, verifica-se que em 27,9% dos casos essa informação não estava disponível, conforme tabela 85. Pode-se verificar que produtos in natura e minimamente processados representaram 59,1% do total de compras, enquanto os produtos processados e ultraprocessados alcançaram 12,8% e ingredientes culinários, apenas 0,1%. Nesse quesito, como na grande maioria das RAs analisadas isoladamente, a execução do Artigo 14 vem se dando de forma adequada à orientação de se priorizar o consumo de produtos com menor nível de processamento.

Tabela 85 – Compras de produtos da agricultura familiar, de acordo com o grau de processamento dos produtos, em reais, estado de São Paulo, 2018.

Grau Processamento	Valor das Compras	
	Reais	%
In natura	64.143.887,68	43,2
Minimamente processado	23.636.640,66	15,9
Processado	7.032.875,03	4,7
Ultraprocessado	12.092.981,93	8,1
Ingrediente culinário	165.074,14	0,1
Sem descrição do Item	41.336.950,80	27,9
Total	148.408.410,24	100

Fonte: FNDE (2018).

Analisando a tabela 86, fica evidenciado que a participação das organizações sociais é amplamente predominante na intermediação do processo de compra e venda de produtos de agricultores familiares e serviços municipais de alimentação escolar. A participação direta dos agricultores familiares resumiu-se a 7,1% dos certames de compra e venda. As associações tiveram participação de 20,8% e as cooperativas de 72,1%.

Tabela 86 – Vendas por tipo de agricultor fornecedor, reais, São Paulo, 2018.

Região	Valor de Compra	Porcentual
AF Individual	10.618.506,27	7,1
Cooperativa	106.985.521,56	72,1
Associação	30.804.382,41	20,8
Total	148.408.410,24	100,00

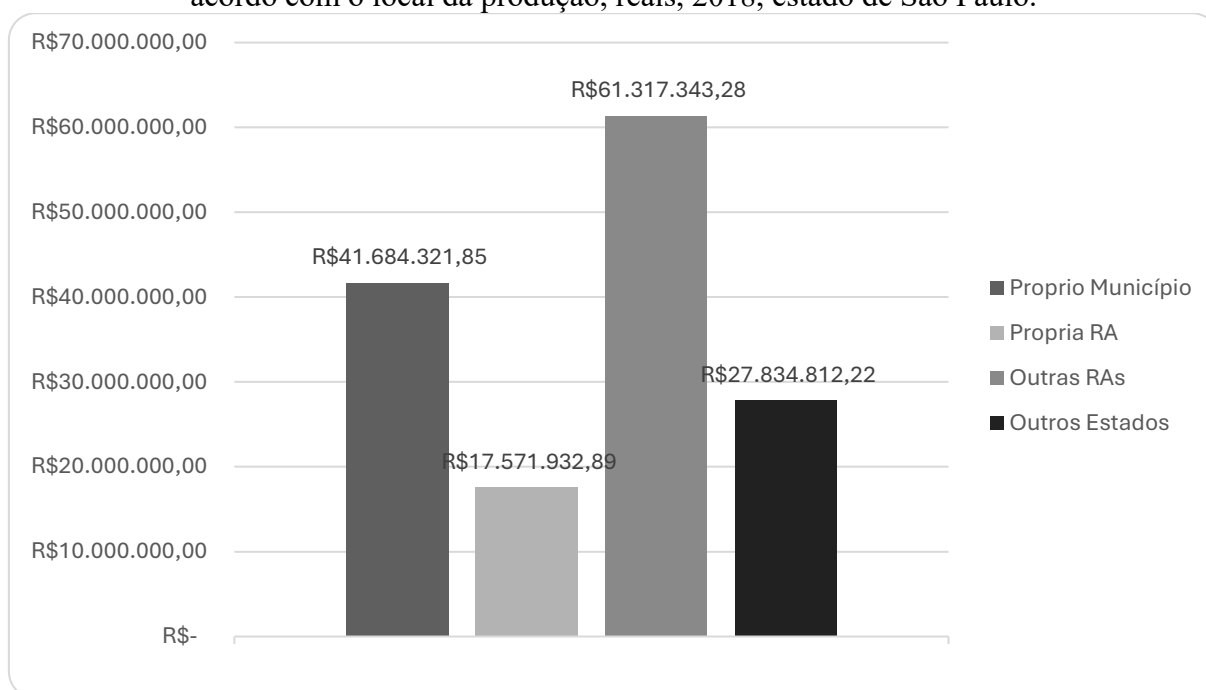
Fonte: FNDE (2018).

Na conceituação de circuito curto de comercialização, pressupõe-se proximidade física entre agricultor e consumidor ou a proximidade relacional, sem a existência de intermediários ou com no máximo um intermediário. Portanto, a participação de cooperativas ou associações não descaracteriza o circuito curto, em princípio. Contudo, resta a dúvida sobre a real relação das organizações sociais participantes do A14 com os agricultores familiares. Estes se sentem membros e com capacidade de interferir nas decisões das organizações ou as encaram como

outra possibilidade de intermediação, com modo de agir não muito diferente das empresas atacadistas convencionais?

Na convenção aqui adotada, de considerar circuitos curtos como aqueles caracterizados quando as compras são feitas de agricultores do próprio município ou da própria RA do município, verifica-se, através da figura 18, que eles não predominaram no estado de São Paulo todo. Os pouco mais de R\$ 59,2 milhões gastos dessa forma representaram 39,9% do total comprado. Outros R\$ 89 milhões, em termos aproximados, ou 61,1% foram comprados junto a agricultores de outras RAs ou mesmo de outros estados.

Figura 18 – Valor das compras de agricultores familiares para a alimentação escolar de acordo com o local da produção, reais, 2018, estado de São Paulo.



Fonte: Elaborado pelo autor

De pronto não se pode considerar as compras de outras RAs como descaracterizando o circuito curto, pois pode-se tratar de comércio entre RAs vizinhas, como a que se dá entre RMSP e a RAR. No caso das compras de outros estados, em termos de distância física, fica descaracterizado o circuito curto de comercialização, mesmo porque grande parte dessas compras foi feita junto a cooperativas de agricultores familiares do estado do Rio Grande do Sul, não vizinho ao estado de São Paulo.

A Tabela 87 discrimina as RAs de acordo com sua capacidade de compra. As três maiores compradoras são a RMSP, a RAC e a RAS, que juntas adquiriram 66,9% dos produtos comprados de agricultores familiares para os serviços municipais de alimentação escolar. São regiões próximas, compondo com São José dos Campos e Santos, o que vem sendo denominado de Macro Metrópole Paulistana. Sua população e número de estudantes são grandes, o que atrai

a atenção comercial de empresas fornecedoras de alimentos, incluindo as com maior distância física. Por exemplo, o volume de compra de cidades como São Paulo, Campinas ou Sorocaba, compensa, em grande parte, o custo do transporte entre a sede do fornecedor e o local de consumo da alimentação escolar. Nesse sentido, entende-se por que as compras da RMSP e RAC de outros estados foram significativas, em especial de cooperativas de agricultores familiares do Rio Grande do Sul.

Tabela 87 – Compras por Região Administrativa em reais e porcentual, no estado de São Paulo, 2018, em ordem decrescente.

Região Administrativa	Valor de Compra	Porcentual
Região Metropolitana de SP	56.442.409,34	38,1
Campinas	30.465.970,52	20,5
Sorocaba	12.204.611,60	8,3
São Jose do Rio Preto	8.415.829,93	5,7
Marília	5.668.243,23	3,8
Ribeirão Preto	4.546.677,69	3,1
Presidente Prudente	4.141.987,91	2,8
Franca	3.511.972,44	2,4
Itapeva	3.470.434,88	2,3
Araçatuba	3.362.048,07	2,3
Bauru	3.009.646,09	2,0
Central	2.972.457,67	2,0
Barretos	2.922.292,27	2,0
São Jose dos Campos	2.922.089,59	2,0
Santos	2.886.491,41	1,8
Registro	1.465.247,60	1,0
Total	148.408.410,24	100,0

Fonte: FNDE (2018).

Entre as demais 13 RAs do estado, nem sempre há proporcionalidade entre o número de estudantes e o valor comprado de agricultores familiares. Por exemplo, São José dos Campos e Santos têm um número relativamente alto de estudantes e tiveram pequena participação nas compras do Artigo 14. O contrário foi verificado nos casos de Marília e Presidente Prudente, por exemplo.

Quanto às regiões que mais venderam para a alimentação escolar, conforme tabela 88, a ordem é totalmente diversa da tabela 87. Os destaques nas vendas são a RA de Registro e a RA de Araçatuba, por razões diferenciadas. A RAR tem a vantagem da proximidade física com regiões com compras expressivas, como a RMSP. Além disso, seu perfil agrícola, conformado ao longo de décadas, levou a RAR a produzir quantidade expressiva de banana, fruta muito facilmente manipulável nos serviços de alimentação escolar e aceita pela grande maioria dos alunos.

Tabela 88 – Vendas por Região Administrativa e outros estados, em reais e porcentual, no estado de São Paulo, 2018 em ordem decrescente.

Região Administrativa	Valor de Vendas	Porcentual
-----------------------	-----------------	------------

Registro	31.907.962,43	21,5
Araçatuba	14.052.388,66	9,5
Campinas	12.674.323,70	8,5
Sorocaba	12.112.460,27	8,2
São José do Rio Preto	11.773.852,35	7,9
Itapeva	7.346.990,85	5,0
Presidente Prudente	6.200.549,24	4,2
Central	5.444.038,59	3,7
Marília	4.281.084,27	2,9
RM São Paulo	3.447.339,76	2,3
Bauru	3.153.333,78	2,1
Barretos	2.278.046,29	1,5
Franca	2.267.610,11	1,5
Ribeirão Preto	1.744.499,65	1,2
São José dos Campos	1.477.053,95	1,0
Santos	405.327,50	0,3
Outros estados	27.841.548,84	18,8
Total	148.408.410,24	100,0

Fonte: FNDE (2018).

No caso de Araçatuba, a mudança institucional, especificamente, a criação de um mercado reservado para agricultores familiares surge como um dos motivos para sua grande participação como fornecedora para o PNAE. O outro motivo é a existência na RAA de número expressivo de assentamento de Reforma Agrária, com capacidade organizativa prévia. Com base nisto, foram formadas cooperativas locais que investiram na capacidade de processamento de leite, inclusive leite em pó, e que conseguiram participar dos certames de compras de alimentação escolar em municípios distantes, como os da RMSP.

Voltando a RAR, na comparação das tabelas 87 e 88, percebe-se que foi ela que menos comprou e que mais vendeu para o PNAE. Ou seja, a capacidade de compra de suas prefeituras tem-se mostrado insuficiente para proporcionar uma injeção de renda considerável para seus agricultores.

Os 10 municípios que mais venderam para as prefeituras paulistas foram responsáveis por 38,9% das vendas. São eles: Registro, com 6,1% das vendas, Andradina, com 5,9%, Cajati, com 3,9%, Garibaldi, com 3,8%, Paulo Bento, com 3,7%, Sete Barras, com 3,6%, Nova Santa Rita, com 3,1%, Querência do Norte, com 3,0%, Eldorado, com 3,0% e Miracatu, com 2,8%. Registro, Cajati, Sete Barras, Eldorado e Cajati pertencem à RAR, Andradina à RAA, ambas de São Paulo. Garibaldi, Paulo Bento e Nova Santa Rita são municípios gaúchos, enquanto Querência do Norte é do Paraná.

6. CONCLUSÕES

Quanto ao principal objeto da Tese, a capacidade do Artigo 14 do PNAE, com suas normas de aplicação, fortalecer socioeconomicamente os territórios através da constituição de

circuitos curtos de comercialização, na sua conotação de distância física entre produção e consumo, os resultados aqui analisados mostram que, apenas em parte, isso foi alcançado.

Os recursos transferidos pelo FNDE para os gastos com alimentação escolar são insuficientes, em grande parte dos municípios e mesmo de regiões, para promoção de injeção de renda significativa na sua agricultura familiar. Nesse sentido, percebeu-se que algumas regiões procuraram obter rendas adicionais comercializando com serviços de alimentação escolar de outras regiões, citando-se os exemplos de Registro e Araçatuba.

Ao mesmo tempo, constatou-se que algumas regiões, muito urbanizadas e com grande número de alunos, atraíram a atenção de fornecedores para alimentação escolar de outras regiões, não necessariamente próximas. Os exemplos que aqui podem ser citados são os de Campinas e da Região Metropolitana de São Paulo. Essas duas foram as que mais compraram produtos para alimentação escolar de outros estados, com predomínio do distante Rio Grande do Sul.

Aparentemente, a região em que a execução do Artigo 14 do PNAE mais esteve associada ao fortalecimento dos agricultores locais foi a de Sorocaba. Suas prefeituras executaram um nível de compra relativamente alto de produtos dos agricultores familiares, em valor parecido com o que seus agricultores familiares venderam para o Artigo 14 do PNAE. Isso foi facilitado por duas características da região, número expressivo de população e alunado e área e composição da produção agrícola adequadas aos serviços de alimentação escolar.

O amplo predomínio da lavoura canavieira em São Paulo e o fato de muitos pequenos proprietários arrendarem suas terras para terceiros surgem como dificultadores para a efetivação do Artigo 14 do PNAE. Em regiões em que há cultivo de frutas, verduras e legumes, como Registro, Sorocaba e Itapeva, a participação dos agricultores familiares no PNAE tendeu a ser maior.

De maneira geral, percebeu-se que o circuito de comercialização para a alimentação escolar, curto ou longo, foi estabelecido com a participação importante de organizações sociais. O agricultor individual teve pequena participação nas vendas, em que predominaram as associações e as cooperativas. Isto reforça a percepção de que é difícil o agricultor assumir, adicionalmente, a tarefa de venda de sua produção, impondo a participação de intermediários nos canais de comercialização. No caso específico aqui estudado, fica a sugestão para futuros estudos de abordar o nível de participação dos agricultores nas associações e cooperativas que participam do Artigo 14 do PNAE.

A nova institucionalidade trazida pelos programas de compras públicas de alimentos contribuiu para que se reforçassem o espaço de atuação das organizações sociais, muitas delas criadas após a edição da Lei do PNAE.

Em termos mais operacionais, constatou-se a existência de diversos problemas. Um deles o acompanhamento da execução do Programa, com registros indevidos de compras e ausência de relatórios analíticos que facilitem o manejo e a interpretação dos resultados gerenciais alcançados.

Percebeu-se que um número expressivo de prefeituras do estado de São Paulo não tem participado dos serviços de alimentação escolar e outro número, também expressivo, vem executando o Artigo 14 bem abaixo do preconizado na Lei, de compra mínima de 30% dos produtos de agricultores familiares. Isso é ainda mais preocupante, diante do fato de que, a partir de 2026, essa obrigação mínima de compra passou a ser de 45%.

Quanto ao tipo de produto comprado, com poucas exceções, percebeu-se que houve prioridade na compra de produtos in natura ou minimamente processados em vez de produtos processados ou ultraprocessados. Até certo ponto, isso condiz com a formação de circuitos curtos de comercialização e atende plenamente a orientação de se priorizar o fornecimento aos estudantes de alimentos menos processados e com maior valor nutricional.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIYAR, R.; GELLI, A.; HAMDANI, S. H. A review of nutritional guidelines and menu compositions for school feeding programs in 12 countries. *Frontiers in public health*, v. 3, p. 148, 2015.
- ÁLVAREZ CASTAÑO, L. S. *et al.* Metodología para la evaluación alimentaria y nutricional desde una perspectiva de equidad. *Revista de Evaluación de programas y políticas públicas*, v. 5, p. 35-62, 2015.
- BAVA, S. C. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: BARTELT, D. D. (org). Um Campeão Visto de Perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro, Rio de Janeiro/RJ: Heinrich-Böll-Stiftung, Editora e Gráfica, 2012.
- BACCARIN, G, J; ALEIXO, S, S; SILVA, P, B, D; MENDONÇA, G, G. Alimentação escolar e Agricultura Familiar: Alcance e Dificuldades para Implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo. In: 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2011, Belo Horizonte (MG). *Anais ...: SOBER*, 2011.
- BACCARIN, J. G.; BUENO, G.; ALEIXO, S. S.; SILVA, D. B. P. Agricultura familiar e alimentação escolar sob a vigência da Lei 11.947/2009: adequação das chamadas públicas e disponibilidade de produtos no estado de São Paulo em 2011. In: 50º. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2012, Vitória (ES). *Anais ...: SOBER*, 2012.
- BACCARIN, J. G. *et al.* Agricultura Familiar sob a Vigência da Lei Federal 11.947/2009: Abrangência e Adequação das Chamadas Públicas, Impactos na Agricultura Local e Preços Recebidos pelos Agricultores Familiares. Relatório de pesquisa CNPq não publicado em posse do autor. 2015.
- BACCARIN, J. G. *et al.* Efeitos das Compras Institucionais via Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar nas Condições de Vida de Agricultores Familiares e no Desenvolvimento Local: Estudo e Aplicação em três Regiões do Estado de São Paulo e Articulações com Países da UNASUL. Relatório de pesquisa CNPq não publicado em posse do autor. 2016.
- BACCARIN, J. G. *et al.* Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(1), 103-122. 2017.
- BACCARIN, J. G.; TRICHES, R. M.; TEO, C. R. P. A.; Silva, D. B. P. Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 1, p. 103-122, 2017.
- BATALHA, M. O.; FILHO, H. M. de S., (Org.). *Gestão Integrada da Agricultura Familiar*. São Carlos, SP, EdUFSCar, 2005. 359 p.
- BEVILAQUA, K.; TRICHES, R. M. Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP), 10., 2014, Foz do Iguaçu. *Anais eletrônicos...* Pelotas: SBSP, 2014. Disponível em: < [http://sbspanais.com.br/uploads/artigos/Resumo%20\(113\).pdf](http://sbspanais.com.br/uploads/artigos/Resumo%20(113).pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2015.
- BEZERRA, O. M. P. A. *et al.* Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 335-342, mai./jun. 2013.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Presidência da República, Brasília, 2009. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2024.
- BRASIL. Resolução FNDE/CD/ nº 38, de 16 de julho 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a>

informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-cd-fnde-no-38-de-16-de-julho-de-2009.

Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE Nº 25, de 4 de julho de 2012, altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de julho de 2012. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-cd-fnde-no-25-de-4-de-julho-de-2012>.

Acesso em 22 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 abril 2015. Seção 1, p. 21. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2015/resolucao-cd-fnde-mec-no-4-de-3-de-abril-de-2015>.

Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *SIGPC - Acesso Público*. Brasília, [2015 Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpc>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. (2018). Dados da Agricultura Familiar. Brasília, DF: FNDE, c2018. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 30 mai. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Estatísticas Sociais População. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>. Acesso em 26 set. 2024.

BRASIL/FNDE/CD/MEC. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil*: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.

BRASIL/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO/IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009*: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006*. Brasília: MDA.

BRASIL/FNDE/CD/MEC. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências.

BRASIL (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA). Extrato da DAP. Disponível em <http://smap13.mda.gov.br/ExtratoDap>. Acesso em 12 de março de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**: portal. Brasília, 2026. Disponível em: <https://caf.mda.gov.br/>. Acesso em: 27 junho 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa

- Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 abril 2015. Seção 1, p. 21.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2021/resolucao-no-21-de-16-de-novembro-de-2021/view>. Acesso em: 19 mai. 2026.
- BRINKLEY, Catherine. The small world of the alternative food network. *Sustainability*, v. 10, n. 8, p. 2921, 2018.
- BUENO, G. *Inovação no Setor Público e o Programa Nacional de Alimentação Escolar: o processo de implementação da Lei 11.947 no município de Sorocaba-SP*. 2014. 114 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, São Carlos.
- BUENO, G. *Agricultura familiar e alimentação escolar nos grandes municípios paulistas: análise das características institucionais em redes políticas*. 2020. 188f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos.
- CERON, A. O., GERARDI, L. H. O. *Geografia Agrária e metodologia de pesquisa*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1, 1978, Salgado. *Textos Básicos para Discussão...* Salgado: UFS, 1978, p. 20-35.
- CONTERATO, M. A.; GAZOLLA, M.; SILVA, J. Gases de efeito estufa em cadeias alimentares curtas, médias e longas: uma análise comparativa do food miles de uma cesta de alimentos para o Brasil a partir dos dados do PROHORT/Ceasas. Disponível em: < <https://www.gepadagrifood.com.br> >. Acesso: 11 dez. 2024. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Clima e Sociedade. 112p, 2024.
- CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Orgs). Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. p.104.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CUNHA, L. A. G. TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O “NOVO MUNDO RURAL”. *Emancipação*, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/91>. Acesso em: 27 jul. 2025.
- ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 49-66.
- FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação). Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em 20 de setembro de 2015.
- FONSECA, A. E. *Efeitos das compras institucionais da agricultura familiar no fortalecimento de circuitos curtos de comercialização de alimentos em região sob o predomínio da cana-de-açúcar*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro (SP), 2021.
- FOURAT, Estelle *et al.* Social inclusion in an alternative food network: Values, practices and tensions. *Journal of Rural Studies*, v. 76, p. 49-57, 2020.
- FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, L; MALUF, R.S. *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: UNICAMP, 2000.p.1-22.
- FUNDAÇÃO SEADE. Perfil dos Municípios Paulistas, São Paulo, 2021. Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em 24 de março de 2025.

- GUZZATTI, C. T. *O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. C.; TURNES, V. A. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 16, n. 3, 2014.
- GELLI, A.; AL-SHAIBA, N.; ESPEJO, F. The costs and cost-efficiency of providing food through schools in areas of high food insecurity. *Food and nutrition bulletin*, v. 30, n. 1, p. 68-76, 2009.
- GONÇALVES, D. T. R. *Mercados institucionais para a agricultura familiar e desenvolvimento territorial: o Programa Nacional de Alimentação Escolar no contexto geográfico do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro (SP), 2018.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, s.1, p. 125-146, 2014.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.
- HAESBART, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar, 2007.
- HAESBART, Rogério. Território e multiterritorialidade em questão. In: _____. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HESPANHOL, R. A. M. *Produção Familiar: Perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de presidente prudente*. 2000. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2000.
- HESPANHOL, R. A. M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v.5, n.10, p. 123-147, ago./2010.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil*. Rio de Janeiro. 2011.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Estados@ - Síntese*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>. Acesso setembro de 2016.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013 - A percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos*. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2014. Apresentação em power point. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf>. Acesso em 3 de outubro de 2016.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 3 de outubro de 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), *Estatísticas Sociais População*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>. Acesso em 26 set. 2024.
- KAC, G. VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ; G.A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, p. 4-5, 2003.
- KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. *Economia*, v. 1, n. 2, p. 147-183, 2000.

- KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. *Pobreza, segurança alimentar e saúde no Brasil*. Campinas: Fundação Economia de Campinas, 2007.
- LAMARCHE, H. *A agricultura Familiar: Comparação Internacional*. Campinas: Unicamp, 1993. 336 p.
- LEITE, S. (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: *Editora da Universidade/UFRGS*, 2011.
- LEVY COSTA, R.B. et al. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). *Revista de Saúde Pública*, v.39, p.530-540, 2005.
- LELOUP, Fabienne; MOYART, Laurence; PEQUEUR, Bernardo. A governança territorial como o novo modo de coordenação territorial? *Géographie, économie, société*, v. 4, pág. 321-332, 2005.
- LLORENS, F. A. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política*. Tradução: Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 232 p. 2001.
- MARCONDES, T. Mudanças no espaço rural de Santa Catarina. In: VIEIRA, Luiz Marcelino. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010*. Florianópolis: EPAGRI, 2010. p. 12-24.
- MATTEI, L. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. In: VIEIRA, Luiz Marcelino. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010*. Florianópolis: EPAGRI, 2010. p. 25-35.
- MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, p. 83-92, 2014.
- MELÃO, I. B., Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. *Cad. IPARDES*. Curitiba, PR, v.2, n.2, p. 87-105, 2012.
- MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MIELE, M. & MIRANDA, C. R. de. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. In: CAMPOS, S. K. & NAVARRO, Z. (Org.). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro – Ganhar tempo é possível?* Brasília: CGEE, 2013. P. 201-232.
- MONTEIRO, C. A. et al. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2039-2049, nov. 2010.
- MÜLLER, A. L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação escolar. Brasília, 2010, 30 p. *Relatório de Consultoria*.
- NUTRE SÃO PAULO. *Análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo*. Paulo. CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Orgs.). São Paulo: Instituto Via Pública, 2012. 104p.
- OLIVEIRA, J. A. Políticas Públicas para Agricultura Familiar: o Caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo, Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro (SP), 2016.
- PEREIRA, V.V.V.R., BAZOTTI, A. *Ruralidade, agricultura familiar e desenvolvimento*. Nota técnica do IPARDES, nº 16. Curitiba, 2010.
- OLIVEIRA, B. C. S. C. M. e SANTOS, L. M. L. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*. 49(1), 189-206, 2015.
- PEDRADA, Ana Karolina Lima et al. Fortalecimento de circuitos curtos de comercialização como resposta à crise alimentar no Amapá. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 29, p. e022028-e022028, 2022.

- PEREZ-CASSARINO, J. *A construção de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- PERONDI, M. A. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- POZZEBON, Luciana; RAMBO, Anelise Graciele; GAZOLLA, Marcio. As cadeias curtas das feiras coloniais e agroecológicas: autoconsumo e segurança alimentar e nutricional. *Desenvolvimento em questão*, v. 16, n. 42, 2018.
- PREFEITURA SÃO PAULO. Departamento de Alimentação Escolar. Programa de Alimentação Escolar da Cidade de São Paulo. In: II Seminário Alimentação Escolar e Mercados Institucionais da Agricultura Familiar. UNESP, Jaboticabal (SP), outubro de 2015. Disponível em <http://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/seminario-san-2015---6-pref-sao-paulo-2.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2016.
- ROCHA, B. da; BACCARIN, J. G. Execução de compras de produtos para alimentação escolar pelas prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo e agricultores familiares contemplados. In: 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2011, Brasília (DF). *Anais ...*: SOBER, 2021.
- RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; VON DENTZ, E. (2019). Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. *Revista Grifos*, v. 28, n. 46, p. 9-26
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do Poder. São Paulo, Editoria Ática, 1993, p. 153. (Tradução para o português)
- ROCHA, Bruna; PEREIRA, Elizabeth Lima; BACCARIN, José Giacomo. Programa Nacional de Alimentação Escolar e agricultores familiares contemplados: o caso da região metropolitana de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, v. 27, n. 1, p. 48-68, 2024.
- SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Regiões Administrativas. Disponível em <http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=50&idd=160#descricao>. Acesso em 15 de julho de 2015.
- SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Gestão. *Regiões Administrativas*. Disponível em: <<http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=50&idd=160#descricao>>. Acesso em: 15 março 2016.
- SÃO PAULO. Instituto de Economia Agrícola, IEA. Área e Produção dos Principais Produtos da Agropecuária. Disponível em http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.
- SÃO PAULO. Instituto de Economia Agrícola, IEA. Distribuição dos Municípios por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), Região Administrativa (RA), Polo Regional e Bacia Hidrográfica, Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/distrib.php>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016a.
- SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Gestão. Regiões Administrativas. Disponível em <http://www.planejamento.sp.gov.br/index.php?id=50&idd=160#descricao>. Acesso em 15 de julho de 2015.
- SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. *Geosul*, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.
- SARAIVA, E. B. *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.
- SILVA, V. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - para o fortalecimento da agricultura familiar no sudoeste do Paraná: o caso da Coopafi de Capanema. Mestrado

- (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (UTFPR), 2013.
- SOARES, F. V. *et al.* Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the Case of PAA and PNAE. Brasília: IPC/WFP, 2013
- SOUSA, V. L. B. *et al.* Interfaces entre o PNAE, capital social e o fortalecimento da agricultura familiar no quilombo do Pacoval/Alenquer-Pará. *NAU Social*, v. 13, n. 24, p. 923-936, 2022.
- SOLER, Marta. El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009.
- SCHNEIDER, Sérgio; FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações rurais & agroindustriais*. Lavras, MG. Vol. 17, n. 1 (2015), p.[56]-71, 2015.
- SOUZA, M.L. TERRITÓRIO” DA DIVERGÊNCIA (E DA CONFUSÃO): EM TORNO DAS IMPRECISAS FRONTEIRAS DE UM CONCEITO FUNDAMENTAL. In: *SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.
- SPROESSER, R. L. Gestão estratégica do comércio varejista de alimentos. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão Agroindustrial – GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 5, p. 241-289.
- TEO, Carla Rosane Paz Arruda. The partnership between the Brazilian School Feeding Program and family farming: a way for reducing ultra-processed foods in school meals. *Public Health Nutrition*, v. 21, n. 1, p. 230-237, 2018.
- TRICHES, R.M. Reconnectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. Doutorado (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), 2010.
- TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica de intransigência. *Revista NERA, Presidente Prudente*, v. 18, n. 26, p. 10-27, jan./jun. 2015.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)*, Rio de Janeiro, Ano.20, v. 1, p. 66 - 106, abr. 2012.
- VALVERDE, O. A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 23, n. 2, p. 430-2, 1961.
- VILLAR, B. S.; SCHWARTZMAN, F.; JANUARIO, B. L.; RAMOS, J. F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, mar./2013.
- WEDEKIN, I. A política agrícola brasileira em perspectiva. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, p. 17-32, outubro 2005 (Edição Especial).
- ZOLDAN, P. O PIB e a evolução recente da economia catarinense. In: VIEIRA, Luiz Marcelino. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010*. Florianópolis: EPAGRI, 2010. p. 7-11.